



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMÁTICA

UMA INVESTIGAÇÃO DA ACEITABILIDADE DA LINGUAGEM INCLUSIVA DE
GÊNERO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE UM REVISOR DE TEXTO

Sara Veiga Gomes

Orientadores

Prof. Dr. Mariano Pimentel

Prof. Dr. Felipe Carvalho

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

DEZEMBRO DE 2023

UMA INVESTIGAÇÃO DA ACEITABILIDADE DA LINGUAGEM INCLUSIVA DE
GÊNERO A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DE UM REVISOR DE TEXTO

Sara Veiga Gomes

DISSERTAÇÃO APRESENTADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE MESTRE PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INFORMÁTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO). APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA ABAIXO ASSINADA

Aprovada por:

Mariano Gomes Pimentel, D.Sc. – UNIRIO

Felipe da Silva Ponte de Carvalho, D.Sc. – UNESA

Tadeu Moreira de Classe, D.Sc. – UNIRIO

José Damião Trindade Rocha, D.Sc. – UFT

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

DEZEMBRO DE 2023



Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

G633	Gomes, Sara Veiga Uma investigação da aceitabilidade da linguagem inclusiva de gênero a partir do desenvolvimento de um revisor de texto / Sara Veiga Gomes. -- Rio de Janeiro, 2023. 131 Orientador: Mariano Gomes Pimentel. Coorientador: Felipe da Silva Ponte de Carvalho. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Informática, 2023. 1. Revisor de texto. 2. Linguagem inclusiva de gênero. 3. Linguagem neutra. I. Pimentel, Mariano Gomes, orient. II. Carvalho, Felipe da Silva Ponte de, coorient. III. Título.
------	---

Dedico esta pesquisa a quem sempre me incentivou a buscar sabedoria e conhecimento desde meus primeiros anos de vida, cada um à sua maneira: minha mãe, com suas palavras firmes, assertivas, às vezes duras, porém sempre em prol do nosso bem-estar e desenvolvimento, e com um quê de ternura; meu pai (in memoriam), com sua crença inabalável em sua prole e seu jeito tão sincero de nos enaltecer; e aos meus três irmãos, que sempre me fizeram acreditar que posso chegar aonde eu almejar.

Dedico também a todas, todos e todes que sofrem constantemente com misoginia, transfobia, racismo e outras formas de opressão. Nossa existência é resistência.

Agradecimentos

Ao meu companheiro, meu esposo, minha família de destino, Márcio Gabriel, por todo amor e suporte não somente durante o curso de mestrado, mas no curso de nossa vida juntos. Agradeço por sempre me compreender, me impulsionar e me encorajar a seguir meus sonhos, e por ser uma pessoa tão incrível que, mesmo sem notar, me inspira a ser melhor todos os dias.

A minha família de origem, Julia (mãe), Gabriel, Haroldo e Rodolfo (irmãos), e a minha família de coração, Carla, Jéssica e Thaís (amigas-irmãs), por entenderem minha ausência e me apoiarem, por serem também aconchego, inspiração e por estarem sempre perto apesar da distância física.

Ao meu terapeuta, Luís, por cuidar da minha sanidade e me auxiliar a seguir os caminhos da vida com mais foco e determinação.

E aos meus orientadores, Pimentel e Felipe, pelos direcionamentos, conselhos e, principalmente, por acreditarem nesta pesquisa.

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes.

Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

Simone de Beauvoir

VEIGA GOMES, Sara. **Uma investigação da aceitabilidade da linguagem inclusiva de gênero a partir do desenvolvimento de um revisor de texto**. UNIRIO, 2023.2. Dissertação de Mestrado. Departamento de Informática Aplicada, UNIRIO. 131 p.

RESUMO

A linguagem possui regras gramaticais bem estabelecidas e demarcadas dentro da norma padrão. No entanto, as motivações dos precursores da linguagem em suas tomadas de decisões são incertas. Formalmente, entendemos que o gênero masculino torna-se o padrão – ou neutro – em generalizações e plurais. Coincidentemente ou não, nossa sociedade é historicamente dominada pelo patriarcado. Embora não possamos afirmar assertivamente a motivação por trás desse padrão, podemos explorar as reações das sujeitas e sujeitos na sociedade atual para entender se se sentem excluídos pela linguagem formal. Vivendo em uma sociedade machista e transfóbica, torna-se dever da humanidade formar uma corrente contrária e pesquisarmos nessa direção em todas as áreas de estudo. Com esse intuito e baseando-me nos Estudos Culturais e de Gênero, comecei a investigar movimentos sociais focados na inclusão através da linguagem. Para contribuir com esses movimentos, apliquei meus conhecimentos em desenvolvimento de sistemas informacionais para criar um artefato: um revisor de texto para *Google Docs*, que propõe sugestões para tornar textos mais inclusivos, aplicando a linguagem inclusiva de gênero. Com esse artefato, avaliei em um grupo controlado a aceitação do seu uso e da linguagem inclusiva de gênero. Para viabilizar este estudo, utilizei o paradigma *Design Science Research*, garantindo assim o rigor e relevância da pesquisa.

Palavras-chave: revisor de texto, linguagem inclusiva de gênero, linguagem neutra

ABSTRACT

The linguistic norm has well-established and demarcated grammatical rules. However, the motivations of language precursors in their decision-making are uncertain. Formally, we understand that the masculine gender becomes the default - or generic - in generalizations and plurals. Coincidentally or not, our society is historically dominated by patriarchy. While we cannot assertively state the exact motivation behind this pattern, we can explore the reactions of individuals in today's society to understand whether they feel excluded by formal language. Living in a sexist and transphobic society, it is humanity's obligation to form a counter current and research in this direction in all areas of study. With this aim and based on Cultural and Gender Studies, I began to investigate social movements focused on inclusion through language. To contribute to these movements, I applied my knowledge in software development to create an artifact: a text reviewer for Google Docs to propose suggestions to make texts more inclusive, applying gender-inclusive language. In a controlled group, I evaluated the acceptance of gender-inclusive language and the developed artifact. Aiming to make this study possible, I made use of the Design Science Research paradigm, thus ensuring the rigor and relevance of the research.

Keywords: text reviewer, gender inclusive language, neutral language

Sumário

1. Introdução	12
1.1 Itinerância da Pesquisadora.....	12
1.2. Justificativa e Relevância da Pesquisa.....	16
1.3. Especificação da Pesquisa	18
1.4. Estrutura da Dissertação	19
2. Quadro Teórico: Representação, Diferença, Identidade, Cultura, Gênero, Sexualidade e Linguagem.....	21
2.1. Representação	21
2.2. Diferença	23
2.3. Identidade.....	24
2.4. Crise de Identidade.....	27
2.5. Cultura Nacional e Globalização.....	28
2.6. Multiculturalismo	32
2.7. Gênero, Sexo e Sexualidade	33
2.8. Opressão de Gênero e o Papel da Linguagem.....	38
2.9. Linguagem Inclusiva de Gênero	46
2.10. Considerações do Capítulo	50
3. Quadro Técnico: Técnicas de Alteração para um Texto Inclusivo de Gênero.....	52
3.1. Adição do Feminino ao Sufixo	52
3.2. Alteração para Gênero Neutro.....	55
3.3. Utilização de Termos Abrangentes e Inclusivos	61
3.4. Considerações do Capítulo	64
4. Proposta: Revisor de Linguagem Inclusiva	65
4.1 Especificação e Funcionalidades.....	66
4.2 Arquitetura e Componentes	71
4.3. Ciclos de Desenvolvimento, Testes e Refinamentos.....	75

4.3.1 Primeiro Ciclo: Modelo Inicial	75
4.3.2 Segundo Ciclo: Novo Modelo	78
4.3.3 Terceiro Ciclo: Melhorias e Modelo Final	79
4.4 Considerações do Capítulo	82
5. Quadro Epistêmico-Metodológico	84
5.1. Abordagem, Posição Epistemológica e Finalidade da Pesquisa	84
5.2. O Paradigma <i>Design Science Research</i>	85
5.2.1. Elementos da Pesquisa DSR	87
5.2.2. Método DSRM.....	91
5.2.3. Ciclos e Avaliações	93
5.3. Método Empírico: Teste de Usabilidade	95
5.4. Instrumento de Coleta de Dados: Questionário	98
5.5. Técnicas de Análise de Dados	100
5.5.1. Análise Quantitativa: SUS e SUPR-Q	100
5.5.2. Análise Qualitativa: Hermenêutica	102
5.6. Considerações do Capítulo	102
6. Avaliação da Proposta	104
6.1. Análise de Dados.....	104
6.1.1. Análise Quantitativa	105
6.1.2. Análise Qualitativa	112
6.2. Interpretação dos Resultados e Lições Aprendidas.....	115
6.3. Considerações do Capítulo	120
7. Conclusão	121
7.1. Resultados e Contribuições da Pesquisa	121
7.2. Limitações e Trabalhos Futuros.....	122
Referências Bibliográficas	124

Lista de Figuras

Figura 1. Menu principal do complemento para <i>Google Docs</i> desenvolvido	16
Figura 2. Exemplos de brinquedos “de menina” e “de menino”	40
Figura 3. Tela principal do artefato com suas duas funcionalidades	68
Figura 4. Tela da funcionalidade de inclusão do gênero feminino	69
Figura 5. Tela da funcionalidade de modificação para o gênero neutro	70
Figura 6. Diagrama de componentes do Revisor de Linguagem Inclusiva	72
Figura 7. Fluxograma da função de análise textual e criação de sugestões	81
Figura 8. Relação entre Artefato e Teoria	87
Figura 9. Elementos da pesquisa em DSR	88
Figura 10. Método DSRM	92
Figura 11. Etapas do Ciclo de Engenharia	94
Figura 12. Etapas do Ciclo Empírico	95
Figura 13. Número de usuárias/os de testes em relação aos problemas de usabilidade encontrados	97
Figura 14. Notas, adjetivos, aceitabilidade e Net Promoter Score (NPS) relacionados à pontuação SUS	101
Figura 15. SUS numa curva com percentile rank e pontuação	108

Lista de Tabelas

Tabela 1. Comparação de quatro sistemas de pronome neutro	56
Tabela 2. Avaliação do modelo inicial do artefato	76
Tabela 3. Avaliação do novo modelo do artefato	78
Tabela 4. Avaliação do modelo final do artefato	82

Tabela 5. SUS: Valores iniciais e valores finais, após aplicação de fórmula específica	106
Tabela 6. SUS: Avaliações originais, pré-conversão.....	106
Tabela 7. SUS: Avaliações após conversão, com as respectivas notas, totais por item e média final.....	107
Tabela 8. SUPR-Q: Avaliações com as médias por respondente, totais por item e média final.....	110

Lista de Abreviaturas

API	Application Programming Interface
CES	Conselho Económico e Social (Portugal)
CONJUR	Consultor Jurídico
DSR	<i>Design Science Research</i>
DSRM	<i>Design Science Research Method</i>
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexual, Transexuais/Transgêneros/Travestis, <i>Queers</i> , Intersexos, Assexuais/Agêneros/Arromânticos e mais
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexual, Transexuais/Transgêneros/Travestis, <i>Queers</i> , Intersexos, Assexuais/Agêneros/Arromânticos, Pansexuais, Não-bináries e mais
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
STF	Supremo Tribunal Federal
SUPR-Q	<i>Standardized User Expérience Percentile Rank Questionnaire</i>
SUS	<i>System Usability Scale</i>
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNINTER	Centro Universitário Internacional
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1. Introdução

No atual panorama global de diversidade e inclusão, é fundamental que as práticas linguísticas acompanhem o ritmo das mudanças sociais e culturais. Em minha jornada acadêmica e pessoal, observei e experienciei a exclusão inerente em muitas expressões linguísticas, particularmente em relação ao gênero. Motivada pela intersecção de minha itinerância com a necessidade social de uma linguagem mais inclusiva, me proponho a investigar como a área de Sistemas de Informação pode contribuir para a promoção e incentivo da linguagem inclusiva de gênero.

1.1. Itinerância da Pesquisadora

Cresci em uma família com três irmãos mais velhos: eles têm onze, nove e seis anos a mais que eu. Apesar da diferença de idade e de gênero, sempre me senti uma deles, uma igual. Sempre pensei que poderia viver o mesmo que eles, porque tinha a mesma capacidade e potencial. No entanto, quando comecei a ter contato com o mundo exterior, passei a notar algumas divergências socialmente estabelecidas entre os gêneros. Uma das primeiras situações que me recordo foi quando, aos seis anos de idade, ao voltar da escola, apontei para um grupo de crianças do outro lado da rua e me referi a elas utilizando o pronome feminino, “elas”, porque a maioria era formada por meninas, então achei que seria o correto. Meu irmão me corrigiu, explicando que mesmo se fosse apenas um menino em um grupo só de meninas, independentemente da quantidade delas, o correto é usar o pronome masculino, pois é utilizado como neutro nas generalizações – o que me soa como sexismo na linguagem. Depois, fui percebendo que a própria escola separava meninas e meninos, e as crianças

seguiram essa divisão: eu era excluída pelos meninos, apesar de me identificar mais com eles, e não conseguia me encaixar no grupo de meninas, pois não gostava das mesmas coisas que elas. Então, fui uma criança menos sociável, bem tímida e isolada.

À medida que fui crescendo, comecei a me interessar por eletrônica e computação. Passei a conviver com uma grande maioria de homens, devido às áreas de meu interesse. Em vários momentos, tentaram me excluir, tentaram me convencer de que nada do que eu queria era para mim, pelo simples fato de eu não ter nascido com o gênero esperado para essas funções. Quase me convenceram, mas resisti – e resisto até hoje. Meus amigos eram quase sempre homens, então nem sempre entendiam o que eu passava. Foram minha teimosia e determinação que me mantiveram em meu caminho. O destino, no entanto, me apresentou mulheres incríveis neste percurso, das quais algumas ainda guardo carinhosa e orgulhosamente em minha vida, como minhas grandes amigas – e somos fontes de suporte umas para as outras.

Desde a primeira vez em que ouvi falar sobre mestrado, ainda quando criança, tive o desejo de me formar mestra. A partir da graduação em Ciência da Computação comecei a buscar um tema de pesquisa de meu interesse. Motivada também por questões da minha infância, direcionei meu foco para Educação Online: ambos os meus trabalhos de conclusão de curso da graduação e da pós-graduação foram nesta área.

Na graduação, em 2012, eu e outros quatro alunos desenvolvemos uma rede social para nossa faculdade. Era um sistema de perguntas e respostas, para web e Android, onde era possível votar positiva ou negativamente em cada conteúdo

postado. A pontuação do perfil de cada usuária/o variava de acordo com os votos recebidos em suas perguntas e respostas.

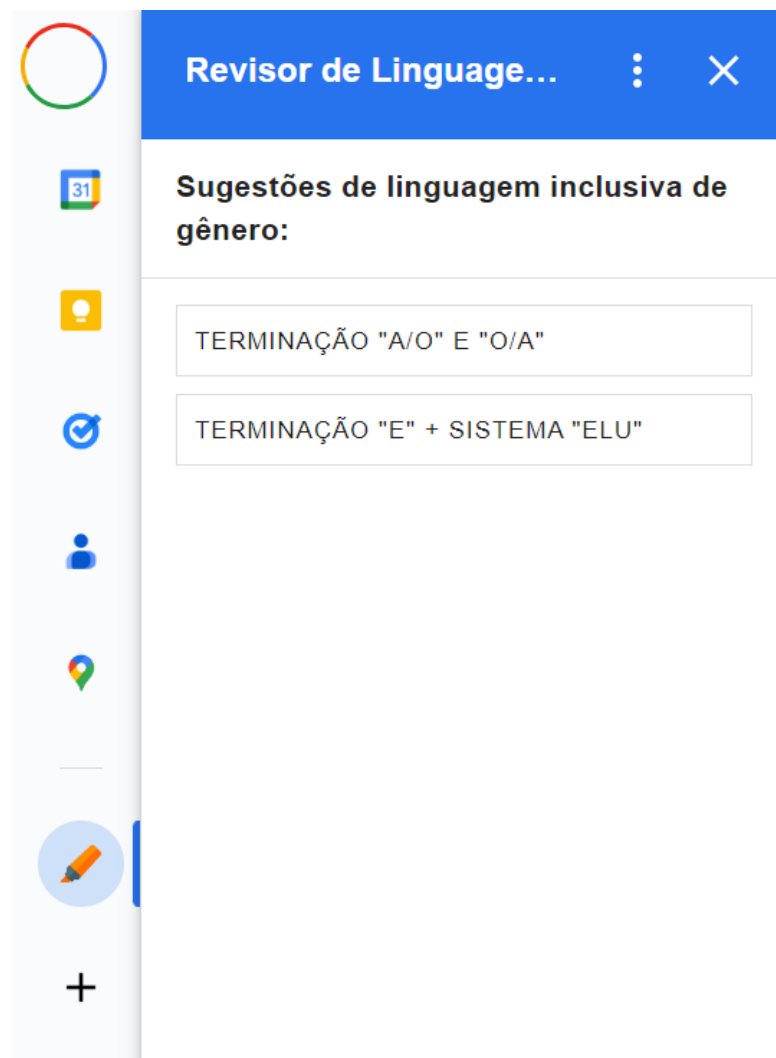
Logo após concluir a graduação, fui aceita no programa de pós-graduação em Engenharia de Software da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lá aconteceu o meu primeiro contato com a disciplina Sistemas Colaborativos, ministrada pela professora Denise Filippo. Apaixonei-me pelo assunto desde a primeira aula e decidi solicitar a orientação da professora para o meu trabalho de conclusão. Então, em 2014, sob sua orientação, desenvolvi a especificação de uma rede social colaborativa focada no ensino a distância de dança, com o intuito de facilitar o ensino online de dança.

Decidi, então, que queria prosseguir com os estudos na área de Educação Online no mestrado. Encorajada pela professora Denise, procurei a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Depois de ler os perfis das/os professoras/es, escolhi me candidatar para ser orientada pelo professor Mariano Pimentel, pois percebi que nossos interesses se alinhavam bem.

Após ingressar no curso de mestrado, durante uma aula de Docência ministrada pelo professor-orientador Pimentel, descobri em mim uma grande inquietação: um dos meus dilemas pessoais relacionado a minha infância ressurgiu ao assistir ao documentário “A Educação Proibida”, produzido pelo projeto Reevo (Reevo.org). Esse documentário revela métodos frequentemente utilizados por docentes para controlar e manter estudantes passivas/os. Além disso, evidencia como as/os alunas/os são vistas/os e tratadas/os linearmente, como se todas/os tivessem as mesmas necessidades de aprendizagem. Eu presenciei esse tipo de ensino na minha infância, e lembro-me de como alunas/os com necessidades específicas eram tratadas/os: por não conseguirem copiar os conteúdos no quadro-

negro tão rapidamente quanto a média da turma, eram privadas/os do recreio e, consequentemente, tinham menos interação com as/os outras/os alunas/os. Entretanto, o documentário não aborda as disparidades de gênero que notei desde cedo. Enquanto se espera que todas/os as/os estudantes tenham um desempenho semelhante com os mesmos estímulos, apesar de suas individualidades, há também uma tendência de classificá-las/os com base no sexo biológico: as meninas são consideradas as mais cuidadosas e esforçadas, enquanto os meninos são rotulados como os mais bagunceiros e brilhantes (Louro, 2014). E todas/os devem obrigatoriamente estar em uma das duas divisões (meninas ou meninos). A escola, desta forma, serve também para excluir, segregar, moldar e reforçar estereótipos e preconceitos. Diante disso, decidi me concentrar em pesquisar sobre representação e expressão da identidade, com ênfase nos estudos de gênero e sexualidade. Meu objetivo é compreender melhor as diferenças de identidade e propor um artefato que ajude pessoas a se sentirem mais incluídas, valorizando e respeitando suas diferenças individuais. Assim, passei a desenvolver um revisor de gênero gramatical em textos editados pelo *Google Docs*, para possibilitar que se faça uso de linguagem inclusiva de gênero a partir das sugestões do revisor.

Figura 1. Menu principal do complemento para *Google Docs* desenvolvido



Fonte: Da autora.

Na Figura 1, apresento o menu principal do artefato desenvolvido, o Revisor de Linguagem Inclusiva. Ao decorrer desta pesquisa, detalharei as funções deste artefato e como elas contribuíram para a investigação da aceitabilidade da linguagem neutra de gênero.

1.2. Justificativa e Relevância da Pesquisa

Os preconceitos de gênero causam diversos danos à sociedade. O Brasil, infelizmente, é o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans e travestis pelo décimo quarto ano consecutivo (Lucca, 2023). Dados do Conselho Nacional de Saúde (2022), indicam que a expectativa média de vida para pessoas trans no Brasil é de 35 anos, comparada a uma média de 74,9 anos para a população em geral. A violência de gênero é uma realidade sombria: todos os dias, quatro mulheres são vítimas de feminicídio (Velasco *et al.*, 2023) e a cada dois minutos uma mulher é estuprada no país, segundo dados do IPEA (2023). No ambiente de trabalho, a representação de pessoas trans e não-binárias é quase nula. É estimado que 90% das pessoas trans e travestis se prostituam (Alves, 2021). As mulheres, apesar de possuírem em média mais anos de estudo (Araujo, 2021), ainda ganham cerca de 20,5% menos do que os homens: a disparidade é tão significativa que equivale a não receber salário por 74 dias de trabalho por ano (Alvarenga, 2022), e essa diferença pode chegar até 52% (Araujo, 2021). Na área de Tecnologia da Informação, mulheres representam apenas 19% das/os profissionais, conforme dados da Catho (2021). Além disso, pela minha experiência de trabalho, é uma área hostil a nós: temos que constantemente mostrar e provar nosso valor, nossa inteligência, nossos resultados, muito mais do que os homens. Durante o trabalho remoto, as mulheres enfrentam uma sobrecarga maior que os homens devido aos afazeres domésticos e cuidados com filhas/os (Gaskell, 2023).

Em busca de tentar minimizar os impactos dos preconceitos de gênero, trago essas discussões para nossa área de tecnologia, que ainda é uma área com maioria de profissionais homens e permeada de preconceitos. Pesquisas nessa direção trazem à tona problemas estruturais da nossa sociedade, e podem ajudar a conscientizar a população, perfurando bolhas específicas, um pequeno grupo de cada

vez. Acredito que este trabalho também contribua para o sentimento de inclusão e pertencimento de uma parcela da população que enfrenta diariamente muitos desafios.

1.3. Especificação da Pesquisa

Dentre os sistemas de representação, a linguagem se destaca. A nossa linguagem e gramática são predominantemente orientadas para o gênero masculino, o que acaba por excluir parte da população que não se identifica com o gênero “padrão” masculino. Atualmente, existe uma demanda emergente – e urgente – por políticas de inclusão que evitem a marginalização dessas minorias (não necessariamente em termos numéricos, mas em relação ao acesso a espaços de poder). Para construir uma sociedade mais justa, coerente e pacífica, é fundamental incluir essas pessoas. Este estudo dá prioridade a essa demanda, buscando, ainda que por meio de pequenos passos, mitigar os efeitos da exclusão que enfrentamos como sociedade, ou seja, o problema que gerou a necessidade dessa pesquisa é a não inclusão de minorias na linguagem sexista da qual fazemos uso.

O objetivo desta pesquisa é trazer à tona discussões sobre diferenças de gênero no campo de Sistemas de Informação – uma área predominantemente composta por homens heterossexuais. De forma militante, esta pesquisa destaca os danos gerados por preconceitos e propõe a implementação de um artefato revisor de gênero gramatical em textos editados através do *Google Docs*. Esse artefato tem como finalidade reduzir a sensação de exclusão provocada por nossa linguagem escrita, um problema destacado por renomadas/os estudiosas/os na área de identidade, gênero e sexualidade. Além disso, em busca de justiça social e reparação

histórica, escrevo esta pesquisa priorizando, sempre que possível, o gênero feminino nos termos usados relacionados a pessoas.

Para produzir esta pesquisa, utilizo a abordagem epistêmica-metodológica conhecida como *Design Science Research* (DSR). O método específico adotado é *Design Science Research Methodology* (DSRM), desenvolvido por Peffers (2008) para garantir relevância e rigor às pesquisas dentro da abordagem DSR.

Com base no estudo aqui proposto, busco responder às seguintes questões:

- Qual a importância da adoção da linguagem inclusiva de gênero?
- Como se aplica a linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa?
- Como fazer uma pesquisa em Sistemas de Informação que contribua para o acultramento da linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa?
- Como deve ser um sistema de informação que contribua para o acultramento da linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa?
- As pessoas aceitariam utilizar um revisor de texto que auxilie na construção de textos alinhados com a linguagem inclusiva de gênero?

1.4. Estrutura da Dissertação

Esta dissertação está organizada em sete capítulos. Após este capítulo introdutório, o segundo capítulo, intitulado “Quadro Teórico: Representação, Diferença, Identidade, Cultura, Gênero, Sexualidade e Linguagem”, abordará os conceitos de identidade e gênero que motivaram este estudo, além de relacionar a opressão de gênero com a linguagem e também apresentar o que é a linguagem inclusiva de gênero. O terceiro capítulo, “Quadro Técnico: Técnicas de Alteração para um Texto Inclusivo de Gênero”, se dedicará a apresentar algumas das formas

possíveis de adaptar a linguagem para que seja inclusiva de gênero. No quarto capítulo, “Proposta: Revisor de Linguagem Inclusiva” apresentarei o artefato proposto, explicando tecnicamente seus detalhes de implementação. No capítulo seguinte, o quinto desta pesquisa, “Quadro Epistêmico-Metodológico”, explicarei como apliquei o paradigma *Design Science Research* nesta pesquisa e todos os métodos e ferramentas utilizados para garantir rigor e relevância. No capítulo seis, “Avaliação da Proposta”, será apresentada a avaliação do artefato proposto demonstrado no quarto capítulo. Por fim, no sétimo capítulo, farei uma conclusão deste estudo, destacando os resultados obtidos, as contribuições deste trabalho e direções para trabalhos futuros.

2. Quadro Teórico: Representação, Diferença, Identidade, Cultura, Gênero, Sexualidade e Linguagem

Neste capítulo, inicio a jornada pelos estudos pós-estruturalistas sobre representação, diferença, identidade, cultura, gênero, sexualidade e linguagem para embasar a teoria utilizada nesta pesquisa. Aqui utilizo autoras/es como Stuart Hall, Tomaz Tadeu, Guacira Louro, Judith Butler, Zygmunt Bauman, Sally McConnell-Ginet, Luce Irigaray, Margaret Doyle, Dale Spender e Scott Kiesling para referenciar importantes argumentos dentro dessas temáticas. O objetivo é compreendermos questões que formam e implicam os seres humanos, e como a/o sujeita/o é moldada/o ao longo de sua vida e como esse processo evolui de acordo com a época em que vivemos.

2.1. Representação

Silva (2014) explica que o conceito de representação possui diversos significados e, na filosofia ocidental, é a intenção de tornar presente o “real”, de transmiti-lo da forma mais fiel possível por meio de sistemas de significação. Ele complementa afirmando que a representação é entendida em suas duas dimensões: externa e interna. A representação externa é a forma pela qual as coisas são representadas no mundo através de sistemas de signos, como pintura, fotografia, cinema ou linguagem. Já a representação interna ou mental é a forma como coisas são representadas em nossa consciência, em nossa mente. Nesse sentido, a

representação interna é entendida como a imagem mental que temos de algo, ou seja, como representamos algo em nossa mente (Silva, 2014).

A representação é a forma simbólica que utilizamos para classificar tudo ao nosso redor. Podemos dizer também que usamos símbolos para nos caracterizar, ou seja, aquilo que usamos (roupas, acessórios, nossas tatuagens) também é uma maneira de representação de identidade (Silva; Woodward, 2014).

O poder de ditar a identidade está nas mãos daqueles – propositalmente no masculino – que têm o poder de representação. Portanto, ao questionarmos a identidade estamos na verdade questionando os sistemas de representação por trás das identidades (Silva, 2014). Kathryn nos recorda de que “a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação” (Rutherford *apud* Silva; Woodward, 2014, p. 19). Dessa forma, a representação midiática nada mais é do que uma forma de nos manter submissas/os e isso afeta diretamente a maneira como vivemos ou deixamos de viver. Na política, ao observarmos a composição da Câmara dos Deputados e do Senado brasileiro em 2023, vemos que ambos são majoritariamente formados por homens brancos de notável patrimônio. Na Câmara, 72% são brancas/os, 82% são homens e mais da metade possui patrimônio de pelo menos um milhão de reais (TSE/Câmara dos Deputados). No Senado, o cenário é semelhante: apenas 18,5% são senadoras e apenas 24,5% são negras/os (Queiroz, 2022). Das 513 cadeiras da Câmara, apenas duas são ocupadas por pessoas trans: Erika Hilton e Duda Salabert. Não há pessoas trans no Senado. Devemos, então, questionar se essa composição de parlamentares é a mais adequada para definir políticas públicas específicas para mulheres, pessoas travestis e trans, população negra e povos indígenas. Portanto, é necessário questionar as atuais representações, que não passam de um pequeno

percentual das infinitas possibilidades de identidade individual e não retratam, nem de longe, a totalidade.

2.2. Diferença

Para entendermos o conceito de diferença, basta lembrarmos que, conforme dito por Tomaz e Kathryn, “a identidade é relacional”, ou seja, cada identidade só existe em contraste com identidades distintas, marcando assim a diferença entre elas (Silva; Woodward, 2014). Ao olharmos através do espectro da diferença para a sociedade, que é completamente heterogênea, podemos observar diversos grupos com visões distintas e pessoas com suas particularidades, portanto é possível a coexistência de múltiplas identidades (Hall, 2015). A unificação da sociedade para evitar que entre em colapso não é necessária e tampouco possível, uma vez que as identidades estão sempre em evolução, construídas pela influência interna e externa de cada sujeito.

Dessa forma, considerando a diversidade em que vivemos, é essencial respeitar as diferenças para vivermos em harmonia e continuarmos a evoluir. Tomaz cita Pardo para explicar o que significa respeitar a diferença de forma autêntica: não apenas tolerar ou aceitar que as pessoas sejam diferentes, mas também permitir que elas sejam plenamente elas mesmas, sem impor nossas próprias expectativas ou julgamentos sobre elas. Deixar que a/o outra/o seja diferente de nós significa permitir que tenham suas próprias identidades, pensamentos, sentimentos, opiniões e escolhas, mesmo que sejam diferentes dos nossos. Isso não implica em abandonar nossos próprios valores e identidades, mas sim em reconhecer e respeitar a diversidade de ser e viver. Tomaz enfatiza que essa diferença não se limita apenas a

uma diferença em relação a nós mesmos ou às nossas próprias identidades, mas sim uma diferença absoluta, independente de qualquer relação conosco. Isso significa que a diversidade não se trata apenas de aceitar as diferenças entre “eu” e “outra/o”, mas sim de reconhecer que cada sujeita/o é única/o e irrepetível, com sua própria história, cultura, contexto e perspectivas (Pardo *apud* Silva, 2014).

Em resumo, respeitar a diferença implica permitir que a/o outra/o seja plenamente ela/e mesma/o, em toda a sua singularidade e diversidade, sem tentar moldá-la/o ou julgá-la/o de acordo com nossas próprias expectativas ou padrões. Isso requer uma atitude de abertura, curiosidade e humildade em relação a outras/os, reconhecendo que a diversidade é uma fonte de enriquecimento e aprendizado para todas/os nós.

2.3. Identidade

O conceito de identidade é bastante complexo. De maneira simplificada, podemos dizer que a identidade é um conjunto de características que formam a/o sujeita/o. Na comunidade sociológica, existem diferentes perspectivas sobre as identidades modernas estarem descentralizadas e segmentadas, ou, nas palavras de Hall, “descentradas, deslocadas, fragmentadas” (2015, p. 9). Podemos compreender a identidade como o “processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais”, conforme descrito por Castells (2016, p. 78). Além disso, a identidade depende de outra identidade para existir, já que é definida pelo que a diferencia das outras (Silva; Woodward, 2014).

Em uma linha cronológica, Hall (2015) caracteriza a identidade em três momentos distintos. O primeiro momento, conhecido como “sujeita/o do iluminismo”, entendia-se como centrada/o, unificada/o, que possuía um núcleo interior, uma identidade única e imutável, que era sua essência adquirida no nascimento e permanente ao longo da vida. O segundo momento, chamado de “sujeita/o sociológica/o” – ou “sujeita/o cartesiana/o” (Hall, 2015) –, caracterizava-se por sua relação com o exterior: não possuía um “centro essencial” autônomo – embora ainda houvesse um núcleo, este passava a ser mutável –, sua identidade era constituída pelo contato da/o sujeita/o com a sociedade. Já o terceiro e atual momento, “sujeita/o pós-moderna/o”, refere-se a não ter uma identidade fixa, mas sim uma identidade que é constantemente moldada pelas influências culturais ao seu redor. Essa identidade não é definida pela biologia ou por fatores imutáveis, mas sim pela história e pelas experiências de vida da/o sujeita/o. A/O sujeita/o pós-moderna/o pode assumir diferentes identidades em diferentes momentos, e essas identidades podem ser contraditórias ou até mesmo conflitantes. A ideia de uma identidade plenamente unificada, completa e coerente é considerada uma fantasia, uma vez que estamos constantemente sendo influenciadas/os por diferentes sistemas de significação e representação cultural. Em resumo, a/o sujeita/o pós-moderna/o é caracterizada/o por uma multiplicidade de identidades possíveis, que estão em constante transformação e mudança (Hall, 2015).

Seguindo a lógica da/o sujeita/o pós-moderna/o de Hall, Silva (2014) também afirma que a identidade não é fixa e coerente, tampouco uma essência ou um dado. Ela não é acabada, definitiva ou permanente. A identidade está em constante evolução, se altera ao longo do tempo, é uma construção, um “ato performativo”. O autor utiliza também as palavras “instável”, “inconsistente”, “fragmentada”,

“contraditória” e “inacabada” para definir a identidade. Ainda de acordo com Hall, a identidade está relacionada a estruturas discursivas, narrativas e a sistemas de representação, influenciando diretamente relações de poder (Silva, 2014).

Aquilo que somos é englobado pela capacidade de nossa consciência “ir para trás”, para pensamentos e ações do passado, ou seja, a identidade é altamente influenciada pela experiência da pessoa, pelo que ela já presenciou e fez (Locke *apud* Hall, 2015). Nossas vivências estão constantemente transformando o que somos. Assim, na sociologia encontramos motivação para a contribuição das relações sociais na formação da/o sujeita/o. Não só o mundo externo influencia a/o sujeita/o, como também cada pessoa interfere no mundo. Hall explica que essa é a descrição sociológica da/o sujeita/o moderna/o: a “internalização” do exterior na/o sujeita/o e a “externalização” da/o sujeita/o no mundo (Hall, 2015).

Outro ponto importante mencionado por Hall é a origem contraditória da identidade, que prova que a/o sujeita/o se constitui durante sua vida, em suas relações pessoais e com sistemas simbólicos (diferença sexual, cultura e linguagem), não havendo um núcleo formado ao nascer da/o sujeita/o. No entanto, características chave da/o sujeita/o, mesmo que contraditórias, tendem a se manter ao longo da vida e se combinam de maneira a formar uma identidade unificada (Lacan *apud* Hall, 2015).

Em suma, a identidade é um conceito complexo que é influenciado por uma variedade de fatores, incluindo experiências pessoais, relações sociais e sistemas simbólicos. De acordo com a abordagem pós-moderna, a identidade não é fixa e coerente, mas sim instável, fragmentada e em constante mudança. Essa visão da identidade destaca a importância da construção social da identidade e da influência das relações de poder na formação da identidade. É importante lembrar que a

identidade é relacional e marcada pela diferença, por ser definida pelo que a distingue de outras identidades. A compreensão da identidade é fundamental para entender como as pessoas se veem e como se relacionam com o mundo ao seu redor.

2.4. Crise de Identidade

Após compreendermos os conceitos básicos de identidade, representação e diferença, bem como a evolução da compreensão da formação da/o sujeita/o, podemos agora abordar a crise de identidade.

Stuart Hall inicia seu livro “A Identidade Cultural na Pós-Modernidade” (2015) citando a crise de identidade, afirmando que

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2015, p. 9).

Com o descentramento da/o sujeita/o e a possibilidade de evolução ao longo da vida, surgiram questionamentos em relação às identidades antes consideradas pré-estabelecidas e “fixas”. Esse questionamento é conhecido como “crise de identidade”, que marca a nova relação da/o sujeita/o com o mundo e consigo mesma/o. A crise de identidade é um fenômeno contemporâneo ligado às transformações sociais, políticas e culturais que ocorrem em todo o mundo. Com a desestabilização das identidades pré-estabelecidas, as/os sujeitas/os passam a questionar suas próprias identidades e a buscar novas formas de se compreenderem no mundo. Isso pode gerar uma sensação de insegurança e instabilidade, mas

também pode levar a uma maior abertura para a diversidade e para a construção de novas identidades.

Hall (2015) cita Kobena Mercer para afirmar que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (Mercer *apud* Hall, 2015, p. 10). A crise de identidade é um fenômeno complexo e multifacetado, que reflete as mudanças e transformações que ocorrem em todo o mundo. Ela pode trazer desafios e incertezas, mas também pode ser vista como uma oportunidade para a construção de identidades novas, mais abertas e adaptáveis.

Além disso, outro processo que impulsionou a evolução das identidades, que abordaremos na próxima seção, é a globalização, a qual impacta a identidade cultural e está relacionada às mudanças na modernidade tardia (Hall, 2015).

2.5. Cultura Nacional e Globalização

A globalização é um dos fatores que contribui para a crise de identidade, uma vez que impulsiona a homogeneização cultural e a fragmentação das identidades locais. Com a expansão das redes de comunicação e a circulação acelerada de informações, produtos e valores culturais, as identidades locais são desafiadas a se adaptarem a um mundo cada vez mais complexo e diverso. Nesse contexto, a busca por uma identidade autêntica e única pode se tornar mais difícil, levando muitas/os a questionarem quem são e onde se encaixam no mundo.

Zygmunt Bauman inicia seu livro “Identidade” (2017) contando sua história pessoal e ressaltando a importância da nacionalidade no contexto social. O autor relata que teve seu direito de lecionar na Polônia – país onde nasceu e foi criado –

suspenso, e foi acolhido no Reino Unido, onde se tornou um estrangeiro, mas com a liberdade de exercer seus direitos como sujeito. Ele explica, então, o sentimento de pertencimento, pois lhe foi retirado o direito à sua própria pátria, e não havia outro lugar onde ele pudesse se sentir “em casa”: ele estaria sempre “deslocado”. Essa condição pode ser desconfortável e perturbadora, exigindo que se esteja sempre alerta para defender suas próprias identidades e negociar com as percepções das pessoas ao seu redor. Bauman argumenta que, ao praticar e dominar essas habilidades, é possível começar a se sentir mais em casa em qualquer lugar, mas ainda terá que aceitar que nunca estará totalmente em casa em nenhum lugar (Bauman, 2017).

Existe, então, uma valorização da cultura nacional, tanto internamente para a/o sujeita/o quanto para aquelas/es que observam de fora. Hall (2015) afirma que “as culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar as identidades passadas”. Há um desejo velado de “purificação”, de eliminar o que é diferente, para que a cultura nacional – composta por “memórias do passado”, pelo “desejo por viver em conjunto” e pela “perpetuação da herança” – seja preservada sem ameaças (Hall, 2015).

No entanto, a ideia da cultura nacional é altamente questionável por vários fatores. A identidade cultural engloba diferentes classes sociais, gênero, raça e outros aspectos, e pretende representá-los homogeneamente. Porém, na maioria das nações, as culturas foram niveladas por um “longo processo de conquista violenta”, e a cultura prevalecente sempre é a do colonizador – propositalmente no masculino. Além disso, há uma forte generificação nas identidades nacionais, que frequentemente enaltece o homem, enquanto a mulher tem um papel secundário, de

apoio. Hall (2015) defende que olhemos as culturas nacionais como constituídas por unidades ou identidades que representam as diferenças, e não como unificadas. Na realidade, as culturas nacionais são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas que não são facilmente reconhecidas pela representação discursiva dominante (Hall, 2015).

“As nações modernas são, todas, híbridos culturais”, prossegue o autor, uma vez que se constituem de várias etnias, culturas e povos. Portanto, não há razão para tentar unificar a cultura nacional em torno de uma única etnia. Da mesma forma, não é possível limitar a identidade nacional com base na raça, uma vez que “raça” não é uma categoria biológica ou genética com validade científica, mas sim uma construção discursiva, uma categoria de análise sociológica para pensar como as sociedades organizam suas estruturas sociais (Hall, 2015).

Ainda existem as contradições internas, diferenças e dinâmicas de poder e subordinação nas identidades nacionais. É importante considerar como as diferenças são tratadas dentro de uma identidade nacional para entender o fenômeno de transição das identidades culturais (Hall, 2015).

Dessa forma, a nacionalidade parece estar se tornando uma questão mais territorial do que cultural, já que as culturas estão em constante evolução e deslocamento. Não há como mapear a “pureza” de uma nação, pois não existem limitações do que é herdado de nossas/os ancestrais nacionais (e quem são nossas/os ancestrais?) e ao que é posteriormente adquirido. Nossos povos modernos são, na realidade, uma “bricolagem” de diversos outros povos. A manutenção de um “padrão” da população é impensável, mesmo que tradições culturais sejam mantidas.

Esse fenômeno é causado pela globalização, que altera as noções de tempo e espaço e nos afasta da noção de sociedade como sistema bem delimitado. Com o

aumento da integração global, surgem novas identidades “híbridas” em substituição às tradicionais identidades nacionais, enquanto algumas identidades nacionais ainda se fortalecem em resistência à globalização (Hall, 2015).

No que diz respeito à cidadania e aos direitos legais, as identidades nacionais permanecem íntegras, mas as identidades “locais”, “regionais” e “comunitárias” têm prevalecido em outras questões. Além disso, a exposição das culturas nacionais a influências externas faz com que as identidades culturais se “maculem” e percam forças (Hall, 2015).

As reflexões desta seção ressaltam a importância de compreendermos a complexidade das identidades, das diferenças e das experiências das/os sujeitas/os em contextos de globalização e diversidade cultural. A ideia de que as culturas nacionais são unificadas é muitas vezes usada para impor uma determinada visão de mundo e de identidade cultural. Isso é feito através do exercício de diferentes formas de poder cultural, como a mídia, a educação, a religião e outras instituições. Essas formas de poder cultural são usadas para impor uma identidade cultural dominante, que muitas vezes é excludente e opressora em relação a outras identidades culturais que não se enquadram nessa visão dominante. Ao conceber as culturas nacionais como dispositivos discursivos, podemos começar a questionar a suposição de que uma única identidade cultural pode representar um país ou uma nação. Em vez disso, podemos reconhecer a diversidade e a complexidade das identidades culturais que existem dentro de uma determinada região geográfica ou política.

Não podemos mais pensar em identidades fixas e pré-determinadas, mas sim em identidades que se constituem em constante negociação e mudança, permeadas por questões de poder e representação. Não é mais adequado considerarmos identidades como fixas e pré-determinadas, mas sim como entidades em constante

negociação e transformação, permeadas por questões de poder e representação. É importante considerar e valorizar as perspectivas e experiências das/os sujeitas/os em suas diferenças e particularidades, estando sempre dispostas/os a dialogar e negociar para a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

2.6. Multiculturalismo

Tornou-se lugar-comum destacar a diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo. É um fato paradoxal, entretanto, que essa suposta diversidade conviva com fenômenos igualmente surpreendentes de homogeneização cultural. Ao mesmo tempo que se tornam visíveis manifestações e expressões culturais de grupos dominados, observa-se o predomínio de formas culturais produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação de massa, nas quais aparecem de forma destacada as produções culturais estadunidenses (Silva, 2010, p. 85).

Silva assim explica a ambiguidade dos processos culturais pós-modernos, evidenciando como as questões de poder e cultura estão interligadas. Entre estes processos culturais, um fenômeno conhecido como “multiculturalismo” emergiu reivindicando um lugar na cultura nacional para grupos historicamente dominados. Tais grupos buscam ter suas expressões culturais reconhecidas e representadas, o que nos remete às relações de poder que provocaram a mistura dessas culturas, através principalmente de relações de exploração, e por isso estes grupos dominados não devem ser silenciados ou esquecidos.

O autor argumenta ainda que as diferenças são processos linguísticos e discursivos, não naturais, que só existem em relação à/ao “outra/o”, e geralmente esta/e “outra/o” é o principal, o dominante – propositalmente no masculino – na cadeia de poder. Assim, nestas cadeias, as diferenças permanecem sendo produzidas e reproduzidas. Portanto, devemos não apenas “tolerar” ou “respeitar”, mas sim retornar

às origens do problema e entender porque “as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade” (Silva, 2010).

Silva (2010) destaca a importância do multiculturalismo na luta por igualdade e justiça social na educação, argumentando que a desigualdade no acesso e no currículo não pode ser reduzida unicamente à classe social, mas deve considerar também outras dinâmicas sociais, como gênero, etnia e sexualidade. Ele defende que a igualdade não pode ser alcançada meramente através do acesso igualitário ao currículo hegemônico existente, mas exige uma modificação substancial do currículo para refletir como a diferença é produzida por relações sociais de assimetria. O autor cita a expressão “justiça curricular” de Robert Connell, que destaca a necessidade de modificar o cânon curricular para promover uma educação mais justa e inclusiva.

Em suma, o autor defende que, para cada movimento social, é necessário incluir na história e no currículo a perspectiva de cada um destes grupos “marginalizados”, e não somente ensinar o respeito e a “aceitação” dos dominantes. Não se trata apenas de incluir essas visões, mas também questionar e desfazer a atual forma de construção das identidades nacionais, que detém poder e dominância e serve como “referência invisível” para as outras identidades, que acabam assumindo posições de subordinação a um determinado grupo étnico-racial. Um currículo que leve em consideração essas questões evitaria reduzir o multiculturalismo a uma questão de informação e se tornaria profundamente político, deixando de ser folclórico (Silva, 2010).

2.7. Gênero, Sexo e Sexualidade

Os conceitos de gênero, sexo e sexualidade se relacionam mas são, ao mesmo tempo, bem distintos. De acordo com Silva (2010), o conceito de gênero tem uma história relativamente recente e evoluiu ao longo do tempo. Originalmente, a palavra “gênero” era utilizada exclusivamente na gramática, servindo para indicar se um substantivo era masculino, feminino ou neutro. Foi somente em 1955 que o biólogo John Money começou a usar o termo “gênero” para se referir aos aspectos sociais e culturais da identidade sexual. Entende-se gênero como “um sistema que envolve um indivíduo, seus hábitos (incluindo a linguagem), seus sentimentos e sua forma de experienciar o mundo” (Kiesling, 2019, p. 23), ou como “práticas socioculturais, convenções e conjuntos de ideologias em torno da classificação biológica” (McConnell-Ginet, 2011, p. 6). O conceito de sexo é a categoria biológica e corporal, classificada em feminino e masculino, atribuída no nascimento (McConnell-Ginet, 2011; Kiesling, 2019). Já a sexualidade refere-se ao desejo e práticas sexuais (McConnell-Ginet, 2011; Kiesling, 2019).

Há dois termos relacionados a gênero que é preciso também explicar: identidade de gênero, que diz respeito ao rótulo aplicado à pessoa de acordo com o gênero; e expressão de gênero (ou performance, performatividade), que indica a forma como a pessoa se expressa, se apresenta de acordo com seu gênero (ou não-gênero) – como estilo de vestimenta, cabelo, formas corporais de se portar e expressar, entre outros (McConnell-Ginet, 2020; Kiesling, 2019). Outros termos a contextualizar são relacionados à sexualidade: orientação sexual, a forma como a pessoa identifica sua sexualidade; e identidade sexual, a real sexualidade exercida pela pessoa – nem sempre as duas são a mesma, o que chamamos de “estar no armário”, que diz respeito à pessoa que, apesar de se identificar com uma orientação

sexual, intimamente possui outros desejos, ou outra identidade sexual (McConnell-Ginet, 2020; Kiesling, 2019).

As identidades de gênero e sexualidade não são fixas, imutáveis, inerentes ou essenciais: são produtos de construções históricas, sociais e culturais, formadas ao longo do tempo, através de uma complexa interação entre normas, expectativas culturais, experiências pessoais e autoexpressão, e são reproduzidas por meio de performances e práticas sociais (Butler, 2017; Louro, 2014; Silva, 2010). Não há um momento específico em que a identidade sexual e a de gênero sejam definitivamente estabelecidas ou fixadas, e elas podem mudar e evoluir ao longo da vida. Algumas pessoas podem passar por uma transição de gênero, enquanto outras podem sentir-se mais fluídas em relação ao seu gênero ou orientação sexual. As identidades de gênero e sexualidade são complexas e diversificadas, portanto cada sujeita/o tem o direito de definir sua própria identidade de acordo com suas experiências e sentimentos pessoais.

De acordo com Butler (2017), não existem atos ou atributos de gênero que sejam verdadeiros ou falsos por si só, mas sim expressões performáticas que constituem a identidade de gênero em si. Isso significa que as noções de masculinidade ou feminilidade como características verdadeiras ou permanentes são, na verdade, construções sociais performativas e, portanto, passíveis de mudança e transformação através da contestação e subversão das normas de gênero dominantes. Butler (2017) assim introduz a performatividade de gênero, que é uma perspectiva na qual a identidade é vista como uma performance, como algo que fazemos, e sua definição não depende necessariamente de um núcleo essencial, mas sim de um processo discursivo de significação. A noção de performatividade permite compreender que nossas ações e comportamentos podem variar ao longo do tempo,

até mesmo nos contradizendo ou opondo-se ao que já fizemos no passado. Isso destaca a possibilidade de subverter a ideia de uma identidade fixa e estável, rompendo com a ilusão e a prisão que isso pode representar. A figura da *drag queen* é utilizada como metáfora para essa subversão, pois desafia as convenções e normas da identidade tradicional. A noção de *queer* – traduzido livremente como “estranho” do inglês, é um termo frequentemente utilizado pela comunidade LGBTQIAPN+ para indicar “não-conformante”, diferente, “não-hétero” – também desempenha um papel importante nesse contexto. *Queer* é associado à peculiaridade ou estranheza da sexualidade, contra a cultura dominante e hegemônica, que explora territórios proibidos de conhecimento e identidade. Dessa forma, *queer* é uma atitude epistemológica que vai além da sexualidade, questionando e problematizando todas as formas convencionais de conhecimento e identidade. Pensar de maneira queer implica desafiar as normas estabelecidas, contestar as estruturas convencionais e abrir caminho para uma epistemologia perversa, subversiva, impertinente, irreverente e profana (Silva, 2010). No entanto, a transformação do *queer* em uma identidade no Brasil pode ser vista como problemática, já que *queer* é produzir estranhamentos, então não é exatamente um lugar onde pessoas possam se enquadrar confortavelmente.

Conforme explica Butler (2017), existe um entendimento comum na sociedade que relaciona sexo, gênero e desejo a tal ponto que a heterossexualidade acaba por ser necessária para a coerência e a unidade internas de cada gênero. É a chamada heterossexualidade compulsória, que ignora a diversidade de experiências de gênero e sexualidade que existem dentro e fora da heterossexualidade. Silva (2010) e Louro (2014) também tecem críticas à heterossexualidade compulsória, afirmando que a concepção de que a heterossexualidade é a única forma “normal” de sexualidade é

uma maneira da sociedade definir e controlar as identidades sexuais. Determinados grupos sociais tentam impor significados e normas sobre as sexualidades, como religiosos e/ou conservadores, marginalizando as identidades sexuais com as quais não estão de acordo.

Butler (2017) cita as teorias feministas de Wittig e Beauvoir para explicar que a categoria do sexo é utilizada para reforçar a dominação masculina e a heterossexualidade compulsória. Wittig defende que é necessário destruir o conceito de sexo para que as mulheres possam alcançar a liberdade e a autonomia que os homens usufruem. Ela argumenta que a restrição binária do sexo é usada para manter o sistema de heterossexualidade compulsória, que restringe a liberdade sexual e a identidade de gênero das pessoas. Da mesma forma, Beauvoir argumenta que a identificação das mulheres com o “sexo” é uma forma de negar sua liberdade e autonomia, e que o conceito de sexo é usado para perpetuar a dominação masculina. Ela sustenta que o masculino não é um gênero, mas sim o padrão universal de humanidade, e que o feminino é usado para designar as mulheres como “o outro” em relação aos homens. Ambas as teorias enfatizam a importância de reconhecer as diferenças de gênero e a necessidade de combater a dominação masculina e a heterossexualidade compulsória. Elas sugerem que a destruição da categoria do sexo pode abrir caminho para um humanismo verdadeiro da “pessoa”, livre dos grilhões do sexo e das ilusões de gênero e identidade (Butler, 2017).

Louro (2014) também enfatiza que a maneira como a heterossexualidade é frequentemente considerada a norma, marginalizando e estigmatizando pessoas com outras identidades, resulta em pressão sobre as pessoas LGBTQIAPN+ para esconderem suas identidades, criando um ambiente de segredo e silêncio. A mudança desse paradigma exige uma revisão profunda da forma como abordamos a

sexualidade e todas as identidades a ela relacionadas. Isso significa reconhecer, como já discutido, que todas as identidades são construções sociais e estão em constante formação, ao invés de serem entidades fixas e imutáveis. Também envolve questionar a ideia de normalidade e centralidade, muitas vezes atribuída à heterossexualidade. No entanto, reconhecer e questionar a norma padrão não é uma tarefa fácil: requer disposição para examinar nossos próprios comportamentos e convicções, e estar aberta/o para buscar informações, debater e trocar ideias. Também implica ouvir atentamente aquelas e aqueles que têm sido historicamente marginalizadas/os e consideradas/os “outras/os” na sociedade. Desafiando as noções estabelecidas e abrindo espaço para perspectivas diversas, podemos criar um ambiente mais inclusivo e transformador, onde todas as identidades sejam respeitadas e valorizadas. Isso implica em reconhecer a influência do contexto social na construção das identidades e estar disposta/o a desafiar as normas que perpetuam a exclusão e a discriminação. Em resumo, devemos desconstruir as noções tradicionais de identidade sexual, desafiando a norma padrão mantida por grupos conservadores de que a heterossexualidade é a única forma “normal” de sexualidade para criarmos espaços mais inclusivos e igualitários para a diversidade sexual (Silva, 2010).

2.8. Opressão de Gênero e o Papel da Linguagem

A opressão de gênero acontece de várias maneiras e em diversas nuances da sociedade. Sociedade esta que acostumou-se a encaixar papéis e definições em mulheres e homens sempre numa lógica de dominação-submissão, numa relação dicotomizada. Desde a primeira infância existem separações de gênero que não

fazem sentido: ao procurar um presente para uma criança de um ano em uma loja de brinquedos, a/o vendedor/a questiona-lhe sobre o sexo da mesma. Ao meu ver, em idade nenhuma o sexo da criança deveria ser fator decisivo para a escolha de um brinquedo; no primeiro ano de vida se torna ainda menos relevante, já que todos os brinquedos consistem praticamente de peças de encaixe, sons e cores ou pelúcias. Desta idade em diante, o cenário fica deprimente: os brinquedos “femininos” se resumem a formar uma ótima dona de casa, com direito a bebês, aparatos de cozinha, itens de mercado, máquina de lavar roupa, ferro de passar e até vassoura e pá, além da construção estética, pois os outros brinquedos que não estão relacionados ao cuidado da casa e da prole são acessórios de manutenção da beleza padrão, como itens de maquiagem, cabelo e manicure; já os “masculinos” incluem diversas possibilidades: carros, aviões, super-heróis, encaixes incríveis e até a mobilidade, iluminação e efeitos sonoros destes brinquedos são mais interessantes e aguçam mais a criatividade, conforme exemplificado na Figura 2. Na idade adulta, a generificação nas profissões segue a mesma linha: mulheres devem se dedicar a cuidar, sendo donas de casa, enfermeiras, professoras, secretárias, e outros empregos que as mantenham submissas e servis aos homens; enquanto os homens se dedicam a inventar e comandar, ocupando muitas posições nas academias e nas gerências, e também dominando as áreas de engenharias, computação e outras ciências exatas.

Figura 2. Exemplos de brinquedos “de menina” e “de menino”



Fonte: Montagem a partir de fotos retiradas de Casa & Vídeo.

McConnell-Ginet (2011) transcorre sobre diversos estudos empíricos que demonstram como os ideais de gênero moldam nossas expectativas sobre outras pessoas. Esses ideais endossam a desvantagem entre mulheres e homens, principalmente no mercado de trabalho. É esperado que homens tenham boa performance exercendo papéis de poder no ambiente de trabalho e seus valores normalmente são reconhecidos como “trabalho duro” e habilidade; enquanto que o bom desempenho de mulheres é visto como sorte ou esforço muito além do comum, ou ainda é desmerecida a complexidade da tarefa executada (como se fosse algo muito fácil, explicando a boa performance). A autora diz também que estudos mostram que as diferenças entre mulheres e homens no mercado de trabalho estão muito mais relacionadas à forma como atuam os ideais de gênero no julgamento e reconhecimento de profissionais do que a questões, digamos, biológicas para diferentes desempenhos de gêneros ao executar a mesma função. Ou seja, a diferença está nos nossos olhos e em crenças pré-programadas, e não realmente no desempenho de cada profissional. Na fase escolar também vemos a mesma lógica dicotomizada aplicada a meninas e meninos. De acordo com Louro (2014), “as

armadilhas da linguagem atravessam todas as práticas escolares”. Em um estudo com alunas e alunos na disciplina de matemática, professoras e professores justificavam as avaliações que “invertiam a lógica” – quando meninas sucediam e meninos fracassavam –, sempre dizendo que as meninas se saíam bem por terem se esforçado e que os meninos não se saíam melhor por questões comportamentais. Palavras como “brilhante” e “potencial” eram sempre associadas aos alunos e nunca às alunas. Os meninos eram (e são) entendidos como tendo um dom natural para a matemática, e por isso eles nunca iam mal por não saberem, mas sim por falta de concentração. Já as meninas jamais poderiam ter a facilidade como uma qualidade inata para ciências exatas, e por isso seus/suas docentes encontravam motivação no esforço e dedicação para o sucesso delas (Louro, 2014).

Outro grande problema destas predefinições dicotomizadas é limitar a todas/os e fazer quem for diferente se sentir excluída/o, “marginalizada/o”. Segundo Louro (2014), quem vive feminilidade e masculinidade distintas do padrão imposto pela sociedade, quem não é reconhecida como mulher “verdadeira” ou como homem “verdadeiro”, critica este molde binário de humanidade, pois são invisibilizadas/os, entendidas/os como não-pertencentes e sofrem toda a forma de preconceito. Assim, é necessário desconstruir esta dicotomia para englobar diferentes formas de feminilidade e masculinidade, buscando compreender as/os sujeitas/os individualmente; já que são as experiências individuais que nos mostram as relações de poder implicadas nos processos de submetimento das/os sujeitas/os.

Dentre os processos de submetimento, podemos citar a linguagem como o “mais eficaz e persistente”. A linguagem está presente em todas as nossas relações e práticas, e se apresenta de forma amigável, natural. Apesar de ser vista como um eficiente meio de comunicação, através de suas regras acabamos por instituir e

manter diferenças. Palavras, por si só, não causam danos físicos diretamente. No entanto, a linguagem pode ser usada tanto para oprimir quanto para combater a opressão. As práticas sociais e circunstâncias históricas acrescentam valor às palavras, dando-as poder e significado (McConnell-Ginet, 2020).

É impossível esquecer que uma das primeiras e mais sólidas aprendizagens de uma menina na escola consiste em saber que, sempre que a professora disser que “os alunos que acabarem a tarefa podem ir para o recreio”, *ela* deve se sentir incluída. Mas ela está sendo, efetivamente, incluída ou escondida nessa fala? Provavelmente é impossível avaliar todas as implicações dessa aprendizagem; mas é razoável afirmar que ela é, quase sempre, muito duradoura. É muito comum que uma profissional, já adulta, refira a si própria no masculino: “eu, como pesquisador...”. Afinal, muitos comentariam, isso é “normal”. Como também será normal que um/a orador/a, ao se dirigir para uma sala repleta de mulheres, empregue o masculino plural no momento em que vislumbrar um homem na plateia (pois essa é a norma, já que aprendemos e internalizamos regras gramaticais que indicam ou exigem o masculino). Qual é, no entanto, a história que se inscreve na constituição das normas de linguagem? Essas regras são imutáveis? Que condições podem provocar transformações na linguagem e nas suas regras?

Estudiosas/os feministas vêm, já há alguns anos, colocando essas questões, ao mesmo tempo que sugerem fórmulas não sexistas de tratamento. No entanto, se em algumas sociedades seus esforços estão sendo acolhidos e incorporados, em outras são ainda menosprezados ou ridicularizados (Louro, 2014 p. 69-70).

Assim como Louro (2014) afirma ser “impossível avaliar todas as implicações dessa aprendizagem, mas [...] ela é, quase sempre, muito duradoura”, Gümüşay (2020) demonstra de forma direta um estudo no qual um grupo de 96 pessoas (50 mulheres e 46 homens) participou de um experimento de preenchimento de questionários. Este grupo foi subdividido em três: ao primeiro foi perguntado o herói favorito (no masculino); ao segundo, a melhor personagem (termo neutro); e ao terceiro, o/a herói/na favorito/a (inclusão de dois gêneros). O resultado foi que os dois últimos grupos incluíram significativamente mais mulheres em suas respostas do que o primeiro grupo. A autora ainda cita que existem outros estudos comprovando que o “masculino genérico” faz com que as pessoas lembrem menos de mulheres, contribuindo assim para o constante apagamento feminino na sociedade – “a invisibilização psicológica das mulheres” dita por McConnell-Ginet (2011).

Todas as nossas interações e papéis empenhados na sociedade são generificados; nossa linguagem está completamente impregnada de gênero: em tudo o que entendemos e comunicamos (McConnell-Ginet, 2011; Louro, 2014; Kiesling, 2019). Isso ocorre porque a linguagem é uma entidade social utilizada pelos humanos, e somos orientados a gênero. A forma com que usamos a linguagem também diz muito sobre nossas identidades como sujeita/o. Além de ser usada para interagirmos, as nuances dessas interações demonstram categorias sociais com as quais nos identificamos e a linguagem também nos ajuda a definir essas categorias (Kiesling, 2019).

No entanto, engana-se quem pensa que a linguagem é uma entidade neutra. A linguagem foi produzida por quem tinha – e ainda tem – o poder em mãos. Apesar de não haver registros históricos, é altamente provável que tenham sido homens que criaram a linguagem (McConnell-Ginet, 2020). Foram eles, o grupo dominante, que estruturaram e categorizaram o mundo em que vivemos hoje (Spender, 1980). De acordo com a autora (1980), foram eles também que criaram o sexismo e a justificativa para a existência dele, deixando “armadilhas linguísticas” para nós mulheres. McConnell-Ginet (2011) fala também sobre como a linguagem não representa as mulheres, chama-a de “linguagem do opressor”, e diz ainda que nem sempre é possível para uma mulher se expressar corretamente ou fazer o sentido que gostaria usando a linguagem. Há lógica ao afirmarmos que o grupo dominante produziu linguagens que os mostre como atores principais, com o masculino genérico, masculino como gênero não-marcado e até mesmo denominando objetos e papéis profissionais de mais importância no masculino, enquanto os de menor relevância receberam nomes no feminino (McConnell-Ginet, 2020; Spender, 1980; Irigaray, 1985; Kiesling, 2019).

Estas características da linguagem e a forma como a utilizamos não são meros detalhes: são assimetrias que marcam a dominância e opressão de gênero. Por isso, podemos definir a linguagem como sexista (Kiesling, 2019). Uma linguagem sexista é aquela (como a nossa) que prioriza o masculino em detrimento do feminino, que trata o masculino como padrão e o feminino como exceção (Kiesling, 2019; Doyle, 1995). Segundo Kiesling (2019), o “masculino padrão” – ou “masculino genérico” – é uma forma sexista por promover um sistema de poder no qual o ser humano padrão é o homem, fazendo com que a mulher seja menos humana, ou infantilizada, como se fosse preciso ser homem para ser um humano completo. Vemos esse uso quando usamos o plural no masculino, mesmo se houver mil mulheres e apenas um homem; quando usamos a generalização de títulos e papéis mais altos na hierarquia no masculino e os mais abaixo na hierarquia no feminino (“médicos” e “enfermeiras”, “executivos” e “secretárias”); quando usamos a mesma palavra ou expressão de forma positiva no masculino e pejorativa no feminino (“um homem viajado” e “uma mulher viajada”, este geralmente tem sentido sexual, enquanto que para o homem não); quando reduzimos uma mulher a um título (“Fulano e sua esposa” – ela não tem nome? –, “a esposa do vizinho” – ela não é vizinha?); entre outros.

Apesar da linguagem ser apenas a ponta do *iceberg* composto de discriminação, assédio, violência sexual, desigualdade econômica, desigualdade na rotina de cuidados de casa e filhas/os, entre outros, é também uma questão a ser olhada com atenção, para educar a sociedade e descobrir em que podemos melhorar. Irigaray, em 1985, afirmou que a maioria dos linguistas – propositalmente no masculino – argumentava que o gênero gramatical não carrega sexismos, porque estavam ignorando os impactos, menosprezando o problema, pois de alguma forma eles se beneficiavam – e ainda se beneficiam – dessa situação. Em tempos mais

atuais, McConnell-Ginet (2011) sustenta que poucas/os linguistas afirmam que não há vestígios de uma cultura machista na linguagem, mas que na realidade nenhum/a linguista se propôs a explicar as motivações por trás das estruturas da linguagem.

A linguagem e a forma com que foi desenvolvida servem, na verdade, para a manutenção de um padrão social de hierarquia. McConnell-Ginet (2011) expõe que grupos dominantes (em sua maioria homens brancos de classe média-alta) se mantêm no poder também com o auxílio da linguagem, que indica atitudes e valores sociais. A autora (2020) afirma conhecer parte do histórico de como os padrões linguísticos se erguem e são utilizados como ferramentas para indicar e preservar a hierarquia social que beneficia somente os grupos dominantes.

Embora parte da sociedade clame por mudanças, existe parte considerável que se beneficia diretamente e/ou simplesmente não quer pensar em alterar o padrão com o qual já se acostumaram. Como por exemplo, muitas pessoas não aceitam a existência do termo cisgênero – que na verdade serve para aceitar e reconhecer que existem pessoas transgênero –, por não quererem ser confrontadas com o assunto, e também por se recusarem a compreender que pessoas transgênero existem, têm direitos e merecem respeito (McConnell-Ginet, 2020). Ainda de acordo com McConnell-Ginet (2020), muitas pessoas não aceitam que formas linguísticas já não cabem mais na sociedade atual e não querem ser lembradas de que é necessário deixar de utilizar essas formas. A sociedade hoje está mais inclinada a incluir pessoas que antes eram marginalizadas, e isso engloba também pessoas fora do padrão binário de gênero e sexualidade. No entanto, as mudanças são desafiadoras porque nossa linguagem tem como base o gênero – assim como nossa sociedade (McConnell-Ginet, 2020), porém não são impossíveis de alcançar.

Então, nós como sociedade temos o dever de olhar para estas questões, pois a linguagem sexista exclui mais da metade da população, fere pessoas, força a normatividade binária às/aos falantes (mulher ou homem) e encoraja estereótipos destrutivos (Doyle, 1995; Kiesling, 2019). Há também problemas de comunicação, pois para alcançar o público-alvo desejado, é preciso saber como estabelecer a comunicação, caso contrário a mensagem não será bem compreendida e provavelmente será ignorada, já que a linguagem sexista é ofensiva (Doyle, 1995). Como afirma Doyle (1995), a adoção de linguagem não-sexista não vai acabar com todos os problemas do “*iceberg*” citado aqui, como desigualdade salarial e discriminação profissional, mas certamente auxiliará a tornar as mulheres mais visíveis, e a falta delas será mais percebida nos ambientes. A linguagem é apenas um dos métodos para o caminho da igualdade entre mulheres e homens (Doyle, 1995).

Palavras não são símbolos sem vida. Elas vivem em nós e nos mundos sociais que nos permitem criar e transformar. Elas mostram as suas histórias e muitas vezes é mais fácil dizer o que se enquadra nas visões dominantes e nos arranjos sociais existentes. Mas as palavras podem ser recrutadas para propósitos novos e resistentes. [...] A resistência pode lançar novas formas de compreender palavras familiares, e ela/nós podemos criar novas palavras e arranjos de palavras – e, talvez, eventualmente, novos mundos (McConnell-Ginet, 2020, p. 282-283).

2.9. Linguagem Inclusiva de Gênero

A linguagem é viva, dinâmica, e evolui de acordo com o tempo. Conforme Kiesling (2019), é normal acontecer mudanças na linguagem. Como o autor afirma, “change is a feature of language, not a bug” (Kiesling, 2019, p. 13), ou seja, apesar de muitas/os se incomodarem com as modificações na linguagem e acreditarem que deve-se preservá-la, na verdade a mudança e evolução fazem parte da linguagem.

“A língua não deve servir uma terra ou apenas um passado” (Zara *apud* Almeida, 2023). A linguagem deve servir a nós, seres humanos, que a usamos, e não o contrário. Se em algum momento, determinada expressão, termo ou forma de uso da linguagem não fizer mais sentido, é de nosso direito fazer as adequações necessárias.

A linguagem inclusiva de gênero surgiu da necessidade de inclusão de pessoas, a começar pela inclusão do “segundo gênero” do sistema binário, pois, como já demonstrei na seção anterior (seção 2.8), o “masculino genérico” contribui para o apagamento do gênero feminino. Além disso, a linguagem inclusiva abrange também as pessoas que não se encaixam em nenhum dos dois padrões de gênero, utilizando palavras que não as ofenda ao nos referirmos a elas (Zara *apud* Almeida, 2023). Apesar de não se saber ao certo por quem ou quando o movimento foi iniciado no Brasil, há esforços desde, pelo menos, 2004 para utilização do “x” ou “@” ao final dos termos para indicar o gênero neutro, no lugar de “a” ou “o”, nas palavras relacionadas a pessoa (Terra, 2023). Essas terminações foram deixadas de lado por não serem facilmente vocalizadas ou lidas – e também por causarem problemas em tecnologias assistivas para navegar online, como leitores de tela, utilizados por pessoas com baixa visão ou cegas, e serem de difícil compreensão por pessoas com dislexia, por exemplo (Foggetti, 2023). Atualmente, recomenda-se o uso de “e” ou “u” nas terminações (Foggetti, 2023; Terra, 2023).

Há algumas maneiras de utilizar a linguagem inclusiva de gênero. Uma das recomendações é incluir o gênero feminino nas generalizações, com barra (“aluno/a”) ou parênteses (“aluno(a)”) – pode-se também tornar o feminino o principal, por exemplo, “aluna/o” e “aluna(o)”. Outra forma é modificar a terminação das palavras para remover o gênero gramatical, como em “prezade alune”. E ainda pode-se trocar

certos termos por outros coletivos e/ou mais abrangentes, como “o corpo docente” ao invés de “os professores” e “a juventude” ao invés de “os jovens”, ou ainda omitir o artigo para casos em que a palavra utilizada é comum de dois gêneros (“os profissionais de saúde” para “profissionais de saúde” e “os contribuintes” para “contribuintes”). Estas formas serão abordadas com mais detalhe no capítulo seguinte (capítulo 3).

A linguagem inclusiva de gênero é também conhecida como linguagem não-sexista, linguagem não-binária e linguagem neutra. Apesar de “linguagem neutra” ser uma expressão comumente utilizada, há contestações sobre seu uso, pois não há “neutralidade” em nossa sociedade, já que até o silêncio é um posicionamento. A linguista e professora Raquel Freitag corrobora com esta ideia de não haver neutralidade, e afirma que por isso não há linguagem neutra, mas sim uma linguagem inclusiva de gênero (Freitag *apud* Rabelo, 2021). Apesar disso, utiliza-se a expressão “linguagem neutra” (ou “linguagem não-binária”) também quando se quer indicar especificamente a técnica de linguagem que recomenda alterações nas terminações das palavras para “e” ou “u” (como “alune”, “todes”, “elu”), criando novas palavras e regras gramaticais (Folter, 2021).

Além dos esforços na nossa sociedade para incorporação de pronome neutro e utilização de termos inclusivos na língua portuguesa, outras línguas também possuem este histórico, como inglês, francês e sueco. No sueco, há registros de que o pronome neutro “hen” foi proposto em 1966 e 1994 como alternativa aos pronomes “hon” (“ela”) e “han” (“ele”); porém só em 2015 foi adicionado ao dicionário sueco (Haake, 2018). No inglês, o pronome “they” (originalmente utilizado para indicar a terceira pessoa do plural, “eles”) tem sido cada vez mais aplicado no singular, como um pronome neutro, sem definição de gênero (McConnell-Ginet, 2011). No francês,

há também movimentos para incluir o feminino nas palavras por ser uma língua tão orientada a gênero quanto a nossa, na qual a maioria dos adjetivos e substantivos possui gênero – o que é menos recorrente no inglês. Há o pronome neutro “iel”, adicionado à versão online do “Le Robert” (um dos dicionários francófonos mais usados) em novembro de 2021. Este pronome é uma contração do pronome masculino “il” (“ele”) com o pronome feminino “elle” (“ela”), utilizado para referir-se a pessoas sem definir o gênero. Além disso, há também formas de incluir o feminino em adjetivos, substantivos e artigos como, por exemplo, “un.e étudiant.e intelligent.e”, que traduz-se para “um/a aluno/a esperto/a” (Sivadier, 2022).

Há movimentos a favor e contra a linguagem inclusiva de gênero. Ao mesmo tempo em que diversas universidades, empresas e órgãos públicos têm adotado uma linguagem não-sexista e não-violenta, projetos de lei também têm sido criados para combatê-la. Ao menos 34 projetos de lei já foram criados com a intenção de proibir a utilização da linguagem inclusiva de gênero (Holanda, 2021). Destes, houve projeto que foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como o do estado de Rondônia, que pretendia proibir o uso de linguagem inclusiva em editais de concursos públicos e no ensino público e privado do estado (ConJur, 2021). O ministro Edson Fachin afirmou que “a pretexto de valorizar a norma culta, ela [a lei] acaba por proibir uma forma de expressão”, e complementou: “Proibir que a pessoa possa se expressar livremente atinge sua dignidade e, portanto, deve ser coibida pelo Estado” (ConJur, 2021). Órgãos como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Senado, o STF e a secretaria de comunicação do governo federal possuem diretrizes de utilização de linguagem inclusiva (Dias, 2021; SECOM; Foggetti, 2023). No entanto, um texto foi aprovado na Câmara, em dezembro de 2023, no intuito de proibir a utilização da linguagem neutra em órgãos públicos, que, durante a escrita desta dissertação, ainda

não havia passado pelo Senado. Caso seja aprovado pelo Senado e sancionado pela presidência, será ilegal a utilização desta forma de comunicação em setores públicos (G1, 2023).

Assim, observamos que apesar das intenções por trás desta linguagem serem genuínas e de inclusão, muitas/os não compreendem e/ou não concordam. Algumas pessoas querem – ou pelo menos dizem que querem – preservar a língua portuguesa e conservar a tradição. No entanto, outras acreditam que existe por trás da linguagem inclusiva de gênero uma “doutrinação”, uma forma de subverter pessoas, de apresentar a “ideologia de gênero” e fazer com que crianças acreditem que precisam escolher um gênero. Todo esse discurso faz parte de uma pauta maior. Na realidade, quando dizem que o “politicamente correto” está apenas tirando a liberdade de expressão da população, estão propositadamente colocando em foco certas questões para abafar outras mais sérias, e também acabam recrutando desavisadas/os para esse lado, formado por pessoas que estão lutando contra a justiça, contra as minorias, e a favor de manter os espaços de poder que possuem na hierarquia da sociedade capitalista (Gümüşay, 2020).

2.10. Considerações do Capítulo

Neste capítulo, exploramos conceitos de identidade, diferença, a constituição da/o sujeita/o, cultura, gênero, sexo e sexualidade. Discutimos como a construção das identidades é um processo dinâmico, em constante mudança, até mesmo em questões que antes eram entendidas como biológicas e acabadas, como as identidades de gênero e sexuais. Também foram apresentadas as opressões de gênero promovidas pela linguagem e como mitigá-las utilizando linguagem inclusiva

de gênero. Toda a construção teórica deste capítulo foi produzida para chegarmos à explicação da importância da adoção da linguagem inclusiva de gênero. Em suma, utilizar esta linguagem é respeitar pessoas, é dar o direito de uma existência digna a quem tem tido este direito negado constantemente e em diversas instâncias, incluindo, infelizmente, o direito à vida.

3. Quadro Técnico: Técnicas de Alteração para um Texto Inclusivo de Gênero

Neste capítulo, apresento três formas de modificação textual para evitar usos sexistas da linguagem: i) adição do feminino ao sufixo; ii) alteração para gênero neutro; e iii) utilização de termos abrangentes e inclusivos. Dentre estas, as duas primeiras foram inseridas como funcionalidades no artefato desenvolvido nesta pesquisa. A última, por ser mais elaborada, não foi possível de estruturar programaticamente em tempo hábil no contexto desta investigação, no entanto é a técnica mais indicada por ser mais legível do que a primeira e mais formal do que a segunda técnica.

3.1. Adição do Feminino ao Sufixo

Uma primeira técnica para tornar a linguagem inclusiva de gênero é a adição do feminino ao sufixo de palavras, com o uso de parênteses (ex.: “aluno(a)”) ou de barra (ex.: “aluno/a”). Nesta pesquisa, utilizo a barra na funcionalidade de adição do feminino no artefato, assim como na escrita da dissertação. Há quem afirme que, dentro da língua culta, os parênteses sejam mais adequados para esta aplicação porque a barra indicaria alternância, assumindo a função do “ou” (“batata/arroz/macarrão”), e por isso deveria sempre ser usado com as duas palavras inteiras (“aluno/aluna”) e não com uma palavra e uma terminação (“aluno/a”) (Rodrigues, 2020). No entanto, os parênteses indicam informações acessórias, aquelas que se removidas não alterariam o sentido do texto, ou seja, informações

dispensáveis (Neves, 2014). Portanto, o uso de parênteses para indicar o gênero feminino é criticado, pois interpreta-se como uma forma de menosprezar, de diminuir a importância, já que se encaixa em “informação acessória”, e a barra dá uma ideia de simetria, de igualdade, de equivalência – e esta sim seria encarada como uma forma justa e de equiparação de gênero (Sanches, 2014; Guégués, 2014).

Esta técnica consiste em:

1. Em palavras em que a forma masculina termina com “-o” (não incluindo terminações “-ão”) e “-e”, deve-se adicionar “/a” ao final de palavras de gênero masculino ou tornar a palavra feminina e adicionar “/o”. Exemplos:
 - a. amigo: amiga/o ou amigo/a;
 - b. paleontólogo: paleontóloga/o ou paleontólogo/a;
 - c. solidário: solidária/o ou solidário/a;
 - d. mestre: mestra/e ou mestre/a;
2. Em casos onde a terminação da palavra na forma masculina é “-or”, “-ês” ou “-z”, sugere-se adicionar o “/a”, porém não há como utilizar a palavra na forma feminina e adicionar a forma masculina, já que a feminina consiste da adição da desinência de gênero “a”. Exemplos:
 - a. autor: autor/a (“autora/r” não faria sentido);
 - b. professor: professor/a;
 - c. camponês: camponês/a;
 - d. senegalês: senegalês/a;
 - e. juiz: juiz/a;
3. Na maioria dos casos em que a forma masculina da palavra termina em “-ão”, a forma feminina consiste em remover o “-o”, portanto devemos fazer o contrário da regra anterior. É necessário transformar a palavra em forma

feminina para então adicionar o “/o”, pois na forma masculina não faria sentido.

Exemplos:

- a. cidadão: cidadã/o;
- b. cirurgião: cirurgiã/o;
- c. irmão: irmã/o;

No entanto, quando a forma feminina possui terminação “-oa” ou “-ona”, pode-se sugerir o feminino adicionado à forma masculina ou o contrário:

- d. patrão: patroa/ão ou patrão/oa;
- e. peão: peoa/ão ou peão/oa;
- f. babão: babona/ão ou babão/ona;
- g. brincalhão: brincalhona/ão ou brincalhão/ona;

4. Casos em que a forma masculina da palavra termina em “-eu”, podem ter a forma feminina finalizada em “-eia”. Exemplos:

- a. ateu: ateia/u ou ateu/ia;
- b. europeu: europeia/u ou europeu/ia;
- c. plebeu: plebeia/u ou plebeu/ia;

5. Há outros casos que não se encaixam em nenhuma das regras anteriores, mas nos quais as palavras ainda mantêm seus radicais (ou parte deles) – parte principal da palavra que detém seu sentido (Cassiano, 2019). Para estes casos, dependendo da formação da palavra, utiliza-se após a barra a terminação que diferencia a feminina da masculina ou, quando não se mantém muita semelhança, utiliza-se a palavra completa nas duas formas:

- a. avô: avó/ô ou avô/ó;
- b. garçom: garçonete/m ou garçom/nete;
- c. guri: guri/a;

- d. herói: herói/na;
 - e. mau: má/u;
 - f. nu: nu/a;
 - g. príncipe: princesa/ipe ou príncipe/esa;
 - h. rei: rainha/rei ou rei/rainha;
 - i. réu: ré/u;
6. Por último, há palavras que não possuem correspondentes femininos, no sentido morfológico, por não possuírem sequer o radical da palavra, sendo outra palavra completamente diferente, o que são chamados de heterônimos (Margotti, 2011). Para estes casos, recomenda-se sempre utilizar as palavras completas nas formas feminina e masculina após a barra:
- a. genro: nora/genro ou genro/nora;
 - b. homem: mulher/homem ou homem/mulher;
 - c. padrasto: madrasta/padrasto ou padrasto/madrasta;
 - d. padrinho: madrinha/padrinho ou padrinho/madrinha;
 - e. pai: mãe/pai ou pai/mãe.

3.2. Alteração para Gênero Neutro

A segunda técnica descrita é a de alteração para o gênero neutro. Esta técnica não faz parte da forma padrão da língua. É, na verdade, uma indicação de uso criada a partir de estudos de gênero por grupos feministas e LGBTQIAPN+ para contornar situações de binariedade da linguagem e questões sexistas no uso da mesma. Em termos bem gerais, troca-se a desinência de gênero feminina ou masculina (“-a” ou

“-o”) por “-e”. No entanto, existem várias outras substituições que devem ser especificadas. Assim, começarei pelos pronomes.

Na norma culta, há pronomes pessoais de terceira pessoa femininos (“ela”, “elas”) e masculinos (“ele”, “eles”), o que nos obriga a escolher um dos dois gêneros padrão ao nos referirmos a alguém. No entanto, nem sempre sabemos o gênero da pessoa, além de poder se tratar de uma pessoa não-binária, que não se enquadraria em nenhum dos dois. Desta maneira, há movimentos para inclusão de um terceiro tipo de pronome pessoal de terceira pessoa: um pronome neutro.

Existem alguns diferentes sistemas de pronomes neutros. Nesta pesquisa, utilizo o “elu” como referência, pois é o que mais mantém a estrutura da língua como a conhecemos, causando menos impacto na adaptação. Podemos ver na Tabela 1 a seguir a comparação dos sistemas “elu”, “ilu”, “ile” e “el” em pronomes pessoais e demonstrativos:

Tabela 1. Comparação de quatro sistemas de pronome neutro

	elu	ilu	ile	el
ela/e(s)	elu(s)	ilu(s)	ile(s)	el(s)
dela/e(s)	delu(s)	dilu(s)	dile(s)	del(s)
nela/e(s)	nelu(s)	nilu(s)	nile(s)	nel(s)
esta/e(s)	estu(s)	istu(s)	iste(s)	est(s)
desta/e(s)	destu(s)	distu(s)	diste(s)	dest(s)
nesta/e(s)	nestu(s)	nistu(s)	niste(s)	nest(s)
essa/e(s)	essu(s)	issu(s)	isse(s)	ess(s)
dessa/e(s)	dessu(s)	dissu(s)	disse(s)	dess(s)
nessa/e(s)	nessu(s)	nissu(s)	nisse(s)	ness(s)
aquela/e(s)	aquelu(s)	aquilu(s)	aquile(s)	aquel(s)
daquela/e(s)	daquelu(s)	daquilu(s)	daquile(s)	daquel(s)

naquela/e(s)	naquelu(s)	naquilu(s)	naquile(s)	naquel(s)
àquela/e(s)	àquelu(s)	àquilu(s)	àquile(s)	àquel(s)

Fonte: Adaptado de Mokwa (2019) e Theodoro (2023).

O pronome neutro “elu”, além de representar pessoas que não se encaixam nos padrões conhecidos de feminino ou masculino – não-binárias, intersexo, de gênero neutro, gênero indeterminado e não-conformantes –, no plural (“elus”) pode ser aplicado para grupos de pessoas onde há mais de um gênero envolvido, substituindo o “masculino genérico” de forma realmente genérica, e não utilizando um gênero dominante por padrão (Cassiano, 2019).

Além dos pronomes pessoais e demonstrativos exibidos na Tabela 1, há também os pronomes possessivos, oblíquos e indefinidos (Cassiano, 2019):

- minha(s) ou meu(s): minhe(s);
- tua(s) ou teu(s): tue(s);
- sua(s) ou seu(s): sue(s);
- nossa(s) ou nosso(s): nosse(s);
- vossa(s) ou vosso(s): vosse(s);
- -a(s) ou -o(s): -e(s). Exemplo: “amo-a” para “amo-e”;
- a(s) ou o(s): ê(es). Exemplo: “a amo” para “ê amo”;
- -la(s) ou -lo(s): -le(s). Exemplo: “amá-la” para “amá-le”;
- -na(s) ou -no(s): -ne(s). Exemplo: “chamam-no” para “chamam-ne”;
- outra(s) ou outro(s): outres(s);
- quanta(s) ou quanto(s): quante(s);
- tanta(s) ou tanto(s): tante(s);
- toda(s) ou todo(s): tode(s);
- várias ou vários: váries;

- muita(s) ou muito(s): multe(s);
- pouca(s) ou pouco(s): pouque(s);
- alguma(s) ou algum(ns): algume(s);
- nenhuma(s) ou nenhum(ns): nenhume(s).

As regras gerais, que valem para substantivos, adjetivos, artigos, adjuntos e complementos, serão elucidadas a seguir – retiradas de Cassiano (2019), um manual online que vem sendo atualizado e incrementado regularmente, feito por uma pessoa não-binária:

1. O artigo “o(s)” ou “a(s)” se torna “ê” (no plural “es”). Exemplo:
 - a. “Ê amigue delu chegou. Ês amigues gostam de dançar juntas”.
2. Em palavras em que a forma masculina termina por “-o” (exceto “-ão”, “-co”, “-ço” e “-go”) e a forma feminina termina por “-a”, troca-se a desinência de gênero (“-o” ou “-a”) por “-e”. Exemplos:
 - a. bonita ou bonito: bonite;
 - b. cozinheira ou cozinheiro: cozinheire;
 - c. solidária ou solidário: solidárie;
3. Quando a palavra possui a forma masculina “-ão” e a feminina “-ã”, utiliza-se “-ãe” como desinência. Exemplos:
 - a. cidadã ou cidadão: cidadãe;
 - b. cirurgiã ou cirurgião: cirurgiãe;
 - c. irmã ou irmão: irmãe;
4. Palavras finalizadas em “-ão” (masculino) e “-oa” (feminino), modifica-se a desinência para “-oe”. Exemplos:
 - a. patroa ou patrão: patroe;

- b. peoa ou peão: peoe;
5. Em palavras com forma masculina “-ão” e feminina “-ona”, utiliza-se “-one”.
- Exemplos:
- a. babona ou babão: babone;
 - b. brincalhona ou brincalhão: brincalhone;
6. Nos casos em que a forma masculina termina em “-co” e na feminina “-ca”, substitui-se a desinência de gênero por “-que”. Exemplos:
- a. hispânica ou hispânico: hispânique;
 - b. médica ou médico: médique;
 - c. rica ou rico: rique;
7. Para palavras em que a terminação na forma masculina é “-ço” e feminina “-ça”, utiliza-se “-ce”. Exemplos:
- a. descalça ou descalço: descalce;
 - b. moça ou moço: moce;
 - c. suíça ou suíço: suíce;
8. Quando a terminação da forma masculina é “-go” e feminina é “-ga”, altera-se a desinência de gênero por “-gue”. Exemplos:
- a. amiga ou amigo: amigue;
 - b. paleontóloga ou paleontólogo: paleontologue;
 - c. socióloga ou sociólogo: sociologue;
9. Em palavras de desinência “-or”, “-ês” ou “-z” na forma masculina, acrescenta-se o “-e” à forma masculina no singular e “-ies” para formar o plural. Exemplos:
- a. autora ou autor: autore;
 - b. autoras ou autores: autories;
 - c. professora ou professor: professore;

- d. professoras ou professores: professories;
- e. camponesa ou camponês: camponese;
- f. camponesas ou camponeses: camponesies;
- g. senegalesa ou senegalês: senegalese;
- h. senegalesas ou senegaleses: senegalesies;
- i. juíza ou juiz: juíze;
- j. juízas ou juízes: juízies;

10. Nos casos em que a palavra termina em “-e” na forma masculina e “-a” na feminina, modifica-se a desinência para “-ie”. Exemplos:

- a. mestra ou mestre: mestrie;
- b. monja ou monge: mongie;

11. Quando as terminações da palavra são “-eu” na forma masculina e “-eia” na feminina, troca-se por “-eie”. Exemplos:

- a. ateia ou ateu: ateie;
- b. europeia ou europeu: europeie;
- c. plebeia ou plebeu: plebeie;

12. Existem outras exceções que devem ser tratadas caso a caso. Exemplos:

- a. avó ou avô: avôe;
- b. garçonete ou garçom: garçone;
- c. guria ou guri: gurie;
- d. heroína ou herói: heroíne;
- e. má ou mau: male;
- f. nua ou nu: nue;
- g. princesa ou príncipe: príncise;
- h. rainha ou rei: reinhe;

i. ré ou réu: réie;

13. E para os heterônimos (palavras que não possuem flexão de gênero, mas sim palavras distintas para masculino e feminino):

- a. nora ou genro: nore;
- b. mulher ou homem: pessoa;
- c. madrasta ou padrasto: nadraste;
- d. madrinha ou padrinho: nadrinhe;
- e. mãe ou pai: ãe.

As palavras “nadraste”, “nadrinhe” e “ãe” iniciam por “n” ao invés de “p” ou “m” para indicar pessoa “não-binária”.

3.3. Utilização de Termos Abrangentes e Inclusivos

Nesta terceira e última técnica, há, na realidade, algumas estratégias envolvidas. A ideia central aqui é fazer substituições de termos genéricos sexistas por outras formas mais inclusivas. De acordo com Guerra (2002), as estratégias de evitar o “masculino genérico” são:

1. Utilizar substantivos genéricos ou coletivos:
 - a. os descendentes: a descendência;
 - b. os homens: a humanidade;
 - c. os jovens: a juventude;
2. Empregar perífrase, ou substituir palavra por expressão de mesmo significado (Priberam):
 - a. o homem: o ser humano;
 - b. os políticos: a classe política;

- c. os professores: o corpo docente;
- 3. Fazer uso de construções metonímicas, ou substituir uma palavra por outra que represente o cargo, profissão ou título:
 - a. os chefes: a chefia;
 - b. os gerentes: a gerência;
 - c. os tutores: a tutoria;
- 4. Usar desdobramentos:
 - a. os alunos: os alunos e alunas;
 - b. os médicos: os médicos e médicas;
 - c. os trabalhadores: os trabalhadores e trabalhadoras;
- 5. Aplicar barras, conforme demonstrado na seção 3.1 (“Adição do Feminino ao Sufixo”);
- 6. Introduzir apostos explicativos – “nome ou locução nominal que se junta a outro nome para melhor o caracterizar” (Priberam):
 - a. os contribuintes: os contribuintes, tanto homens quanto mulheres;
- 7. Omitir determinantes:
 - a. os profissionais com experiência: profissionais com experiência;
- 8. Usar determinantes sem marca de gênero:
 - a. todos os estudantes: cada estudante;
 - b. todos os representantes: cada representante;
- 9. Utilizar estruturas com “se” para omitir o sujeito:
 - a. o juiz decidirá: se decidirá judicialmente;
- 10. Aplicar certas formas pessoais de verbos:
 - a. se o usuário testar dessa forma: se testar dessa forma;
- 11. Empregar formas não pessoais de verbos:

- a. é necessário que o usuário teste: é necessário testar.

Em manuais do governo, é possível verificar recomendações de uso de linguagem inclusiva como as mencionadas anteriormente. Numa postagem do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (Gov.br, 2023), explica-se algumas das diretrizes de linguagem não-sexista:

- Não usar o masculino como forma de universalizar as pessoas;
- Fazer uso das palavras “pessoa(s)”, “gente”, “quem”, “alguém” no lugar de substantivo masculino;
- Privilegiar palavras que não caracterizem gênero específico, que retiram a marcação de gênero. Por exemplo, autoria em vez de autor/a. No caso de texto para site, verificar se isso não afetaria a ferramenta de busca (palavras mais comuns);
- Ao especificar gêneros, privilegiar a ordem feminino + masculino. Se optar por usar o gênero neutro “e”, como em “todes”, usar também as formas no feminino e no masculino: todas, todes e todos;
- Atentar para artigos, pronomes e contrações prepositivas que acompanham substantivos que poderiam ser neutros. Ex.: preferir “estudante” em vez de “a estudante” ou “o estudante”;
- Optar por barra ou parênteses para incluir gênero. Ex: aluna/o.

A secretaria de comunicação do Tribunal Superior Eleitoral também possui manual com recomendações de linguagem inclusiva de gênero com exemplos (TSE, 2023):

Temos duas medidas para uma linguagem inclusiva e ampla:

- Especificação de gênero

Exemplos: *todas e todos, homens e mulheres, prezadas e prezados, masculino e feminino, senhoras e senhores, senhores(as), todos/as etc.*

- Neutralização ou abstração de referência a gênero

Exemplos: *colega, jovem, estudante, eleitorado, representante, etc.*

Em outros diversos manuais de universidades, concursos e departamentos públicos e privados pelo mundo, vemos também as mesmas recomendações de uso não-sexista da linguagem, bem como na Universidade do Porto (Leal *et al.*, 2023), no

Conselho Económico e Social de Portugal (CES, 2021) e no Parlamento Europeu (Papadimoulis, 2018).

3.4. Considerações do Capítulo

Neste capítulo foram apresentadas técnicas para aplicação da linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa. Aqui foi possível compreender formas de uso não-sexista da linguagem. As explicações das seções 3.1 e 3.2 foram utilizadas como base para a construção do artefato desenvolvido no escopo desta pesquisa.

4. Proposta: Revisor de Linguagem Inclusiva

Neste capítulo detalharei o artefato desenvolvido para mitigar o problema levantado a partir da leitura do referencial teórico (capítulo 2): o sexismo presente na linguagem, com ênfase na linguagem escrita (descrito na seção 5.2.1, “Elementos da Pesquisa”). Aqui explicarei como o revisor de textos foi projetado e implementado, as tecnologias utilizadas, as funcionalidades propostas e os ciclos de desenvolvimento e testes executados. O detalhamento do projeto e implementação do artefato será crucial para compreender como ele funciona, bem como avaliar sua relevância e eficácia, além de permitir que outras/os pesquisadoras/es possam replicar, validar e estender este trabalho no futuro. Pretendo aqui fornecer uma base sólida para a avaliação subsequente de sua eficácia, que será detalhada no capítulo 6.

Um dos objetivos desta pesquisa é investigar como a informática pode ser usada para promover a linguagem inclusiva de gênero. Assim, desenvolvi uma ferramenta de revisão de texto para facilitar a criação de textos inclusivos de gênero. Para isso, há algumas alternativas, como a criação de um complemento para uma das ferramentas de edição de texto *desktop* (*Apache OpenOffice*, *Microsoft Word*, etc) ou *web* (*Google Docs*, *Microsoft OneDrive Word*, etc), criação de um sistema *web* específico, criação de um *prompt* para *ChatGPT* ou criação de um complemento de navegador. Dentre estas, a utilização *web* é mais acessível para teste, por não precisar instalar nada novo no computador, o que já descarta ferramentas *desktop*. Já a criação de um sistema *web* específico ou utilização do *ChatGPT* significaria ensinar às pessoas utilizadoras que elas deverão escrever seus textos e submetê-los para análise em uma outra ferramenta, o que não seria prático, além de que um sistema *web* específico dependeria de uma estrutura de *deploy* e um servidor *web*, e

o *ChatGPT*, por ser um sistema terceiro, não garantiria confiança de retornar sempre o mesmo resultado. A opção que eu almejava era a criação do complemento de navegador, que seria acessível, com uma interface bem simples e fácil, poderia ser instalado em qualquer navegador e, uma vez ativo, poderia ser utilizado em qualquer caixa de texto, como editores *online*, *e-mails* e mensagens. Comecei a desenvolver desta forma, mas encontrei questões de segurança que impediram a utilização do complemento dentro do *Google Docs*, o que para mim apresentava um grande problema, por ser uma ferramenta amplamente utilizada – e a que mais gosto de usar para edição de textos. Então, optei por desenvolver um complemento especificamente para o *Google Docs*, que, além de ser um editor muito acessível e manejado, possui suporte para criação de complementos dentro da plataforma *Google*, facilitando o desenvolvimento e a utilização do revisor. Assim, desenvolvi o Revisor de Linguagem Inclusiva para auxiliar na criação de textos com a linguagem inclusiva de gênero e para sensibilizar e educar as/os usuárias/os sobre a importância da linguagem inclusiva de gênero.

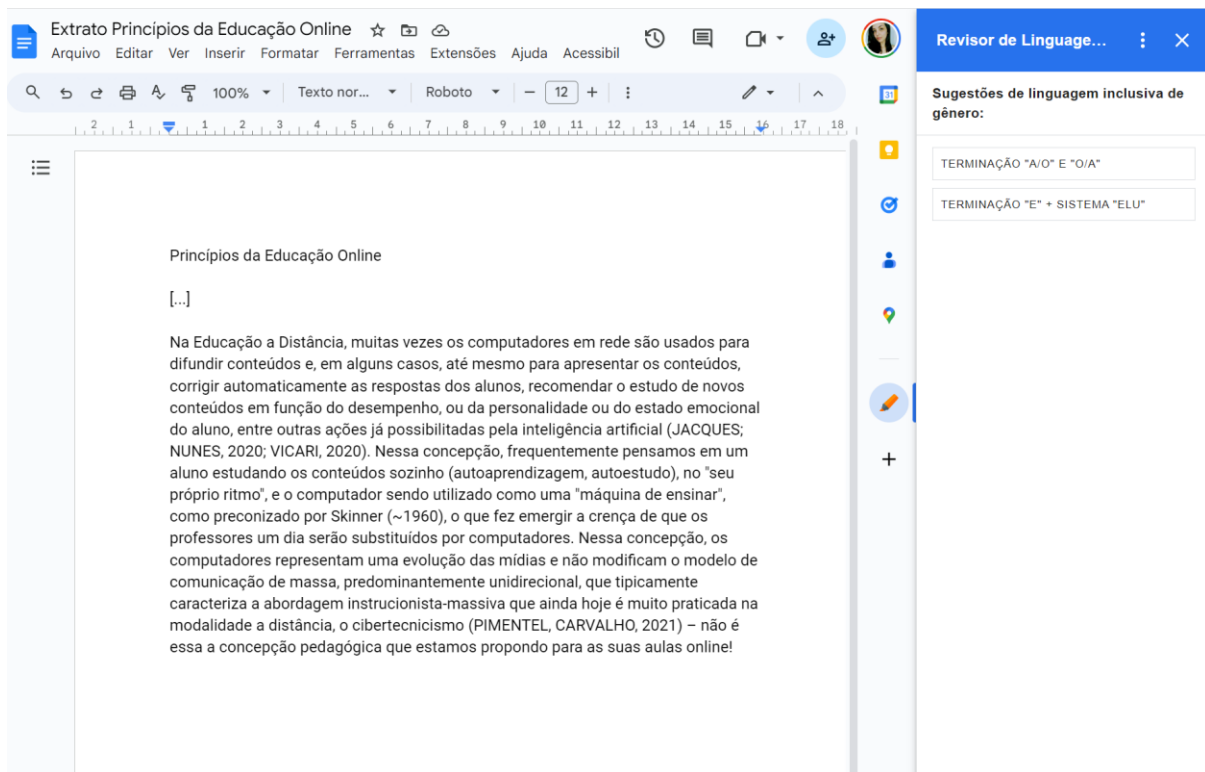
4.1 Especificação e Funcionalidades

O artefato criado chama-se Revisor de Linguagem Inclusiva e é um complemento para *Google Docs*, desenvolvido utilizando *Google Apps Script*, uma plataforma de desenvolvimento de aplicação integrada com *Google Workspace* (*Google Docs*, *Google Sheets*, *Gmail*, etc), na qual escreve-se código em *JavaScript*. Utilizei esta plataforma para criar um complemento para revisão de textos de possível utilização no *Google Docs* – um editor de textos online amplamente utilizado (e foi, inclusive, a principal ferramenta que utilizei para escrever esta dissertação). Minha

ideia inicial era criar um complemento de navegador que pudesse ser utilizado em qualquer página *web* – como o já citado *Grammarly* –, porém devido a algumas limitações técnicas não foi possível, já que cada página *web* pode ter especificidades e bloqueios para manter o conteúdo confiável (como o próprio *Google Docs* possui), e o *Grammarly* é adaptado para diferentes páginas. No contexto de uma dissertação de mestrado, com recursos e tempo limitados, não seria viável, então assim escolhi o *Google Docs* como página central para desenvolver o revisor.

A finalidade deste artefato é auxiliar na revisão de textos no sentido de incluir o gênero feminino ou modificar para o gênero neutro em palavras e expressões que referenciam pessoas. Para isso, é necessário que o sistema tenha capacidade de verificar e levantar no texto em análise as sugestões possíveis. Assim, para criar esta inteligência, primeiramente utilizei *Google Natural Language API* para analisar sintaticamente as construções textuais e avaliar o gênero gramatical das palavras. No entanto, grande parte das palavras que possui gênero gramatical específico não é relacionada a pessoas (por exemplo: “o projeto”, “a cadeira”, “a casa”), o que fazia com que muitas sugestões do artefato fossem falsos positivos, impossibilitando o seu uso. Então, fiz um levantamento em dicionários (mais de 320 mil palavras e expressões analisadas) para criar um conjunto de dicionários de referência de termos possivelmente utilizados em contextos pessoais. Assim, a última versão do artefato possui seu próprio conjunto de dicionários ao invés de utilizar o processador de linguagem natural do *Google*. Todos esses detalhes serão explicados com mais minúcia na seção 4.3, onde apresentarei os ciclos de desenvolvimento.

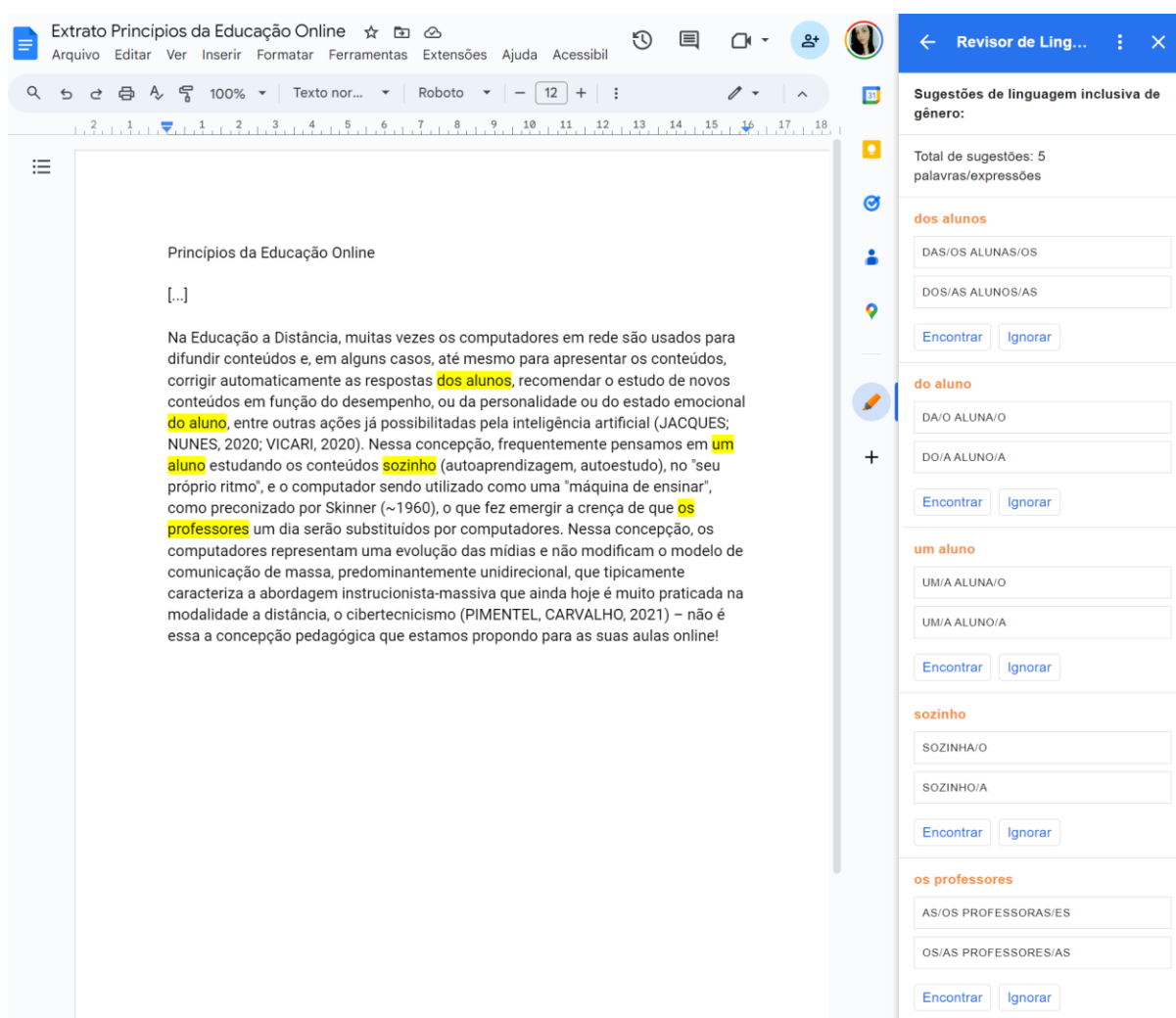
Figura 3. Tela principal do artefato com suas duas funcionalidades



Fonte: Da autora.

Conforme demonstrado na Figura 3, este artefato possui duas funcionalidades: uma para sugerir a inclusão do gênero feminino nos termos de gênero gramatical masculino, sem sugerir alterações para termos que já estão apresentados no gênero gramatical feminino; e a segunda para alterar termos de gênero gramatical masculino ou feminino para o gênero neutro. Ao clicar no botão da funcionalidade escolhida, automaticamente o artefato irá analisar o texto em questão, marcar as palavras e termos com possíveis sugestões e exibir as sugestões numa lista no menu à direita, conforme podemos ver na Figura 4 e na Figura 5 a seguir.

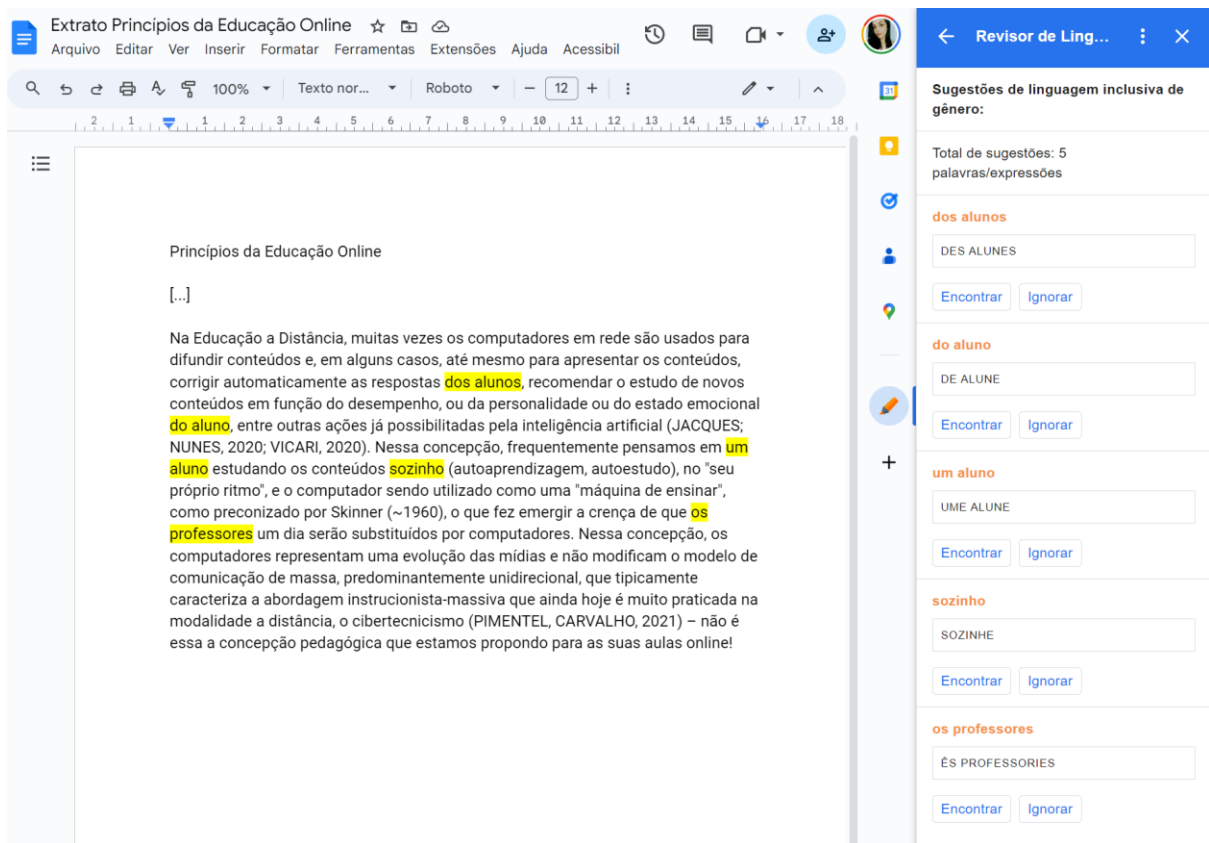
Figura 4. Tela da funcionalidade de inclusão do gênero feminino



Fonte: Da autora.

Como exibido na Figura 4, nesta funcionalidade adiciona-se “/a” ao final de palavras (como em “professor/a”), de acordo com regras explicadas na seção 3.1. Nesta funcionalidade, são sugeridos termos com o masculino em prioridade e também com o feminino precedente. Por exemplo, tanto “aluno/a” quanto “aluna/o” serão sugeridos pelo artefato.

Figura 5. Tela da funcionalidade de modificação para o gênero neutro



Fonte: Da autora.

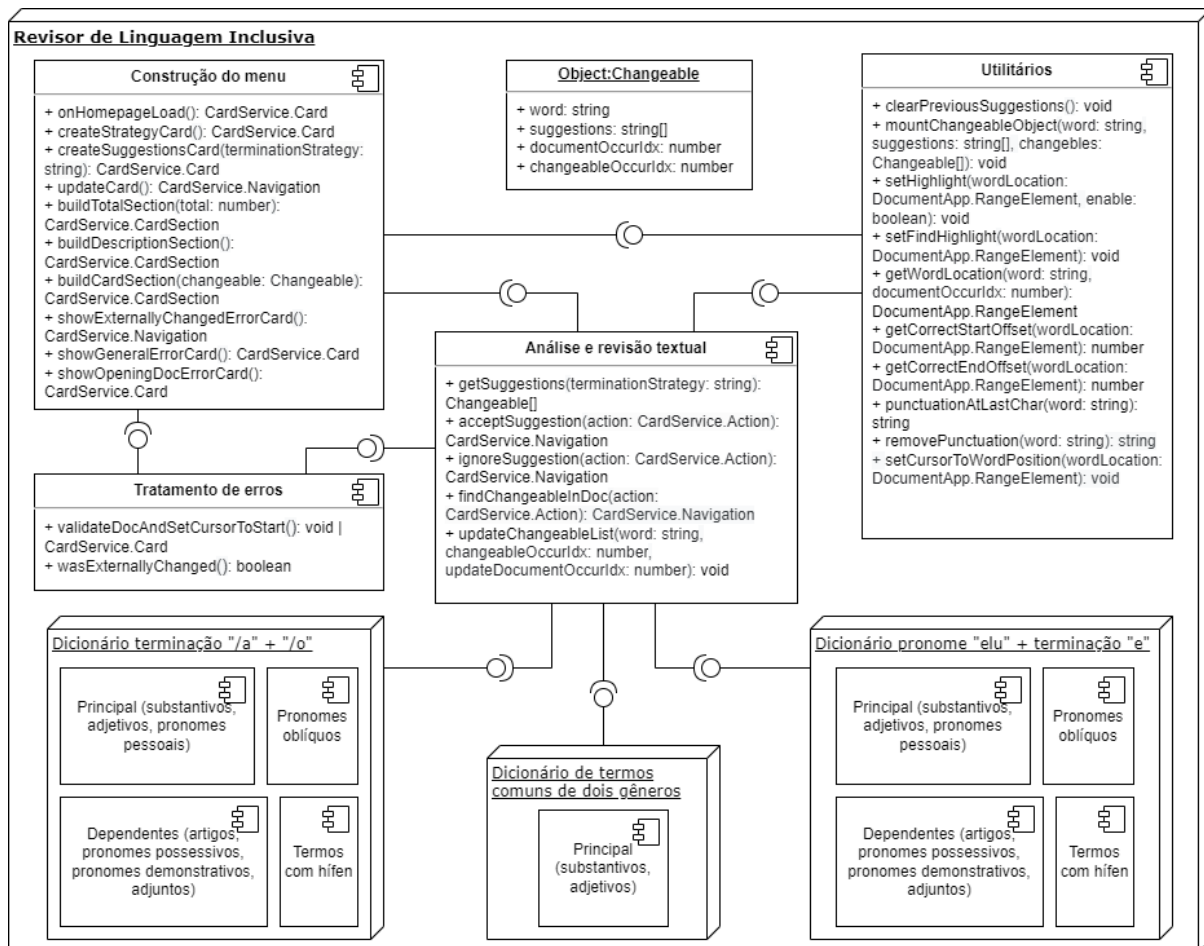
Na segunda funcionalidade, retratada na Figura 5, foi utilizado o sistema “elu” para pronomes pessoais, possessivos e oblíquos (“elu”, “delu”, “abraçá-le”) e a terminação “e” para substantivos e adjetivos (“amigue”, “bonite”), de acordo com regras explicadas na seção 3.2. É possível aceitar cada sugestão ao clicar sobre ela. Caso não queira aceitar, é possível clicar no botão “ignorar” para que a palavra seja desmarcada e não exibida mais na lista de sugestões. Há também um botão “encontrar” para auxiliar a/o usuária/o no processo de aceitar ou ignorar as sugestões. Infelizmente, nas versões desenvolvidas até o momento de escrita desta dissertação, a/o utilizador/a não poderá alterar o texto durante o processo de modificação via artefato, pois isso poderia implicar em inconsistências na lista de sugestões e este

controle não seria algo trivial de implementar neste contexto enxuto de tempo e recursos.

4.2 Arquitetura e Componentes

A arquitetura do artefato aqui produzido possui sete componentes: i) análise e revisão textual; ii) construção do menu; iii) tratamento de erros; iv) utilitários (conjunto de funções comuns para auxiliar em pequenos processamentos utilizadas em diferentes momentos); v) dicionário de termos comuns de dois gêneros; vi) conjunto de dicionários de terminação “/a” e “/o”; e vii) conjunto de dicionários de pronome “elu” e terminação “e”. A divisão do artefato nestes componentes permite que o código seja mais facilmente gerenciável e expansível, abrindo espaço para possíveis melhorias e novas funcionalidades – além de permitir a melhor compreensão do mesmo. Estes componentes e como eles interagem entre si podem ser observados na Figura 6 a seguir.

Figura 6. Diagrama de componentes do Revisor de Linguagem Inclusiva



Fonte: Da autora.

O componente central diz respeito à análise e revisão textual do artefato. Neste componente são descritas todas as funções do código referentes ao processamento do texto a ser tratado. É nele que se dá a análise textual para identificar termos que denotam gênero e que podem, por consequência, ser alterados. Para isso, algumas das funções principais são:

- *getSuggestions(terminationStrategy: string): Changeable[]*, que busca sugestões de alterações baseadas em uma estratégia de terminação fornecida (inclusão do feminino ou modificação para o gênero neutro, conforme funcionalidade escolhida no menu principal, antes de começar a análise textual);

- *acceptSuggestion(action: CardService.Action): CardService.Navigation*, que permite aceitar as sugestões fornecidas;
- *ignoreSuggestion(action: CardService.Action): CardService.Navigation*, que permite ignorar as sugestões fornecidas;
- *findChangeableInDoc(action: CardService.Action): CardService.Navigation*, que encontra palavras alteráveis no texto em revisão;
- *updateChangeableList(word: string, changeableOccurIdx: number, updateDocumentOccurIdx: number): void*, que atualiza a lista de palavras alteráveis.

O componente de construção do menu é essencial para a interação com a/o usuária/o. Utilizando recursos do *Google Apps Script* – como *CardService.Card*, *CardService.CardSection* e *CardSection.Navigation* –, foi possível criar uma interface de usuária/o interativa no menu lateral do *Google Docs*. Neste componente estão concentradas todas as funções que criam e atualizam o menu, além de exibir mensagens de erro quando necessário. Este é o componente base do artefato, pois é através dele que as funções de análise e revisão textual são iniciadas.

O componente de utilitários engloba uma série de funções de utilidade geral que são empregadas em outros componentes do sistema. As funções variam desde a marcação dos possíveis termos a alterar e localização de palavras no texto, passando pela remoção de pontuação, até o posicionamento do cursor no documento. Além deste, o outro componente utilizado pelas principais funções do sistema é o de tratamento de erros, que foca na validação do documento e no tratamento de eventuais erros durante o processamento do texto. Entre suas funções está a verificação de alteração manual do documento durante o uso do artefato.

Além desses cinco componentes, vemos na parte inferior da Figura 6 três blocos de componentes relacionados aos dicionários de referência. Estes componentes formam a base para a análise de gênero, contendo dicionários de referência para a terminação "/a" e "/o", bem como para a terminação "e" e o pronome "elu". Cada um desses dois blocos inclui dicionários com diversas categorias de palavras, como substantivos, adjetivos, pronomes pessoais, artigos, pronomes possessivos, pronomes demonstrativos, adjuntos, pronomes oblíquos e termos com hífen. Já o menor bloco, de termos comuns de dois gêneros, contém apenas um dicionário com substantivos e adjetivos que podem ser aplicados a ambos os gêneros. Este dicionário é usado durante a análise de artigos e pronomes para verificar a presença de palavras comuns de dois gêneros, e ainda assim sugerir a troca do artigo/pronome.

Todos os nove dicionários deste artefato são, cada um, uma estrutura de dados *Map*, com pares chave-valor, nas quais as chaves são do tipo alfanumérico (*string*) e os valores são listas alfanuméricas (de *string*). Cada chave é um termo candidato à alteração e as listas de valor são as possíveis sugestões para troca (pois cada termo pode ter mais de uma sugestão).

Estes dicionários foram construídos a partir da observação e levantamento de palavras na língua portuguesa de possível aplicação em contexto pessoais. Assim, mais de 320 mil termos foram analisados e cuidadosamente separados. Este processo aconteceu em várias etapas e iterações, e ao final agreguei mais de 2.700 termos no dicionário principal de inclusão do gênero feminino (excluem-se os termos com gênero feminino) e mais de 5.500 termos no dicionário principal de alteração para o gênero neutro (com termos nos dois gêneros).

Criei, portanto, a seguinte estrutura de dicionários: i) quatro dicionários para a estratégia de inclusão do gênero gramatical feminino; ii) quatro dicionários para a estratégia de alteração para o gênero neutro; e iii) um dicionário de palavras comuns de dois gêneros. Dentro desta estrutura, os quatro dicionários de inclusão do gênero gramatical feminino e de alteração para o gênero neutro possuem a mesma categorização: um dicionário principal, com substantivos, adjetivos e pronomes pessoais; um dicionário de artigos, pronomes possessivos, pronomes demonstrativos e adjuntos; um dicionário de pronomes oblíquos; e um dicionário de termos com hífen.

A lista de sugestões de cada termo, em cada um dos dicionários, foi construída de acordo com os conjuntos de regras apresentados nas seções 3.1 (“Adição do Feminino ao Sufixo”) e 3.2 (“Alteração para o Gênero Neutro”).

4.3. Ciclos de Desenvolvimento, Testes e Refinamentos

Este artefato passou por três atualizações relevantes que devem ser documentadas. Em cada ciclo de desenvolvimento, o problema foi investigado, e então uma solução foi desenhada, validada, implantada e avaliada, e um próximo ciclo se iniciaria, se necessário. A seguir, elucidarei cada um destes ciclos.

4.3.1 Primeiro Ciclo: Modelo Inicial

O modelo inicial deste artefato teve como início de ciclo de desenvolvimento o problema central desta dissertação a ser resolvido: criar uma solução de software para auxiliar na revisão de textos para tratar o gênero gramatical masculino, incluindo o feminino ou alterando para o gênero neutro, para reduzir a utilização de linguagem

sexista. Assim, criei um complemento de *Google Docs* para revisão de textos. Este modelo, que chamarei de modelo inicial, era experimental e pretendia, com o mínimo produto viável, tentar resolver o problema aqui em questão. Então, utilizei o *Google Natural Language API* para descobrir a função sintática de cada termo e encontrar quais eram masculinos para poder criar as sugestões com base apenas no gênero gramatical das palavras, sem considerar o sentido empregado.

Desta forma, o artefato surgiu. Durante a fase de avaliação deste modelo inicial, com testes funcionais feitos em ambiente de desenvolvimento, percebi então um novo problema a tratar em novo ciclo de projeto: as sugestões de mudanças de termos feitas pelo artefato eram muitas, já que grande parte das palavras na língua portuguesa possui gênero gramatical, mesmo quando não relacionada a pessoas. Assim, usei sete textos de controle para avaliar as melhorias do artefato. Os resultados do modelo inicial do artefato são exibidos na Tabela 2 a seguir. Todos os resultados exibidos são referentes ao uso da funcionalidade de modificar para o gênero neutro, ou seja, palavras de gênero gramatical masculino e feminino são igualmente consideradas para a criação da lista de sugestões de alteração.

Tabela 2. Avaliação do modelo inicial do artefato

	Total palavras	Total palavras com possíveis sugestões	Total de palavras encontradas corretamente	Total falsos positivos	Total falsos negativos	Percentual de acerto de palavras não candidatas	Percentual de acerto de palavras candidatas	Relação total de sugestões / reais candidatas
Texto 1	1017	10	9	457	1	54,62	90	46,6
Texto 2	937	15	15	470	0	49,02	100	32,33
Texto 3	849	31	31	412	0	49,63	100	14,29
Texto 4	1264	15	15	649	0	48,04	100	44,27
Texto 5	1150	23	23	565	0	49,87	100	25,57
Texto 6	794	24	24	379	0	50,78	100	16,79
Texto 7	916	13	11	412	2	54,37	84,62	32,54

Fonte: Da autora.

Os valores demonstrados na coluna "Total falsos positivos" são os totais, por texto, de palavras encontradas erroneamente pelo artefato como palavras candidatas a sugestões de alteração. Já a coluna "Total falsos negativos" diz respeito aos totais de palavras que deveriam ser identificadas como candidatas a sugestões de mudança mas que não foram indicadas pelo artefato. Nas duas colunas seguintes, "Percentual de acerto de palavras não candidatas" e "Percentual de acerto de palavras candidatas", apresento os percentuais de acerto desta versão do artefato, considerando os totais de falsos positivos e falsos negativos. Para calcular o percentual de acerto de palavras não candidatas, utilizei a seguinte fórmula: dividi o total de falsos positivos (Fp) encontrados pelo total de palavras do texto (Pt), reduzindo antes as palavras candidatas (Pc) deste total; então reduzi este valor de 1 para encontrar os acertos (já que no cálculo utilizei os falsos positivos) e ao final multipliquei por 100 para obter o percentual.

$$\text{Percentual de Acerto Palavras Não Candidatas} = 1 - [Fp / (Pt - Pc)] * 100$$

Para calcular o percentual de acerto de palavras candidatas, dividi o total de palavras candidatas encontradas corretamente (Pec) pelo total de palavras candidatas (Pc), multiplicando por 100 ao final para obter a percentagem.

$$\text{Percentual de Acerto Palavras Candidatas} = (Pec / Pc) * 100$$

Analisando os resultados obtidos, podemos concluir que esta versão sugere muito mais palavras do que deveria, mostrando por volta da metade das palavras do texto como candidatas, o que chegou a ser até quase 47 vezes mais do que deveria,

conforme podemos ver na última coluna, que faz a relação entre o total de palavras sugeridas pelo artefato e as reais candidatas. E, sendo assim, não podemos considerar confiáveis as sugestões levantadas por esta versão do artefato, apesar de o percentual de acerto de palavras candidatas ter sido alto.

4.3.2 Segundo Ciclo: Novo Modelo

Um novo ciclo de desenvolvimento foi iniciado para tratar o problema apresentado no modelo inicial do artefato: a quantidade de mudanças de termos sugeridas pelo artefato era muito grande, o que tornava seu uso impraticável. Com isso, precisei encontrar uma maneira de reduzir as sugestões, aumentando a acurácia do artefato. Assim, deixei de utilizar o processador de linguagem natural da *Google* e criei um dicionário de referência – para cada estratégia de mudança – apenas com palavras da língua portuguesa que podem ser usadas em referência a seres humanos.

A criação deste dicionário de referência envolveu um extenso e meticuloso trabalho de analisar mais de 320 mil palavras e expressões da língua portuguesa, conforme explicado ao final da seção 4.2. Assim, cheguei ao segundo modelo do artefato, que chamarei de novo modelo. Os resultados deste modelo podem ser observados na Tabela 3, na qual exibo os resultados após avaliação nos sete textos de controle.

Tabela 3. Avaliação do novo modelo do artefato

	Total palavras	Total palavras com possíveis sugestões	Total de palavras encontradas corretamente	Total falsos positivos	Total falsos negativos	Percentual de acerto de palavras não candidatas	Percentual de acerto de palavras candidatas	Relação total de sugestões / reais candidatas
Texto 1	1017	10	9	130	1	87,09	90	13,9

Texto 2	937	15	12	154	3	83,3	80	11,07
Texto 3	849	31	24	108	7	86,8	77,42	4,26
Texto 4	1264	15	13	149	2	88,07	86,67	10,8
Texto 5	1150	23	22	170	1	84,92	95,65	8,38
Texto 6	794	24	21	139	3	81,95	87,5	6,67
Texto 7	916	13	12	144	1	84,05	92,31	12

Fonte: Da autora.

Apesar de ter conseguido reduzir a quantidade de falsos positivos para aproximadamente um terço do resultado do modelo anterior, ainda temos muitas sugestões equivocadas. O principal motivo desta falha é causado pelo tratamento feito pelo artefato de palavra em palavra, sem considerar, por exemplo, à qual palavra se refere o artigo ou pronome utilizado. Então, muitos casos em que o contexto não se refere a pessoa acabam sendo considerados como candidatos a mudança, como em "a profissão", "a década", "essa tecnologia" – em todos esses exemplos, o artefato indicaria a mudança do artigo ou pronome. Aqui temos o problema a tratar no próximo ciclo de desenvolvimento: alguns termos devem ser tratados em conjunto com outros, como artigos, pronomes e adjuntos, para melhorar a eficiência do artefato.

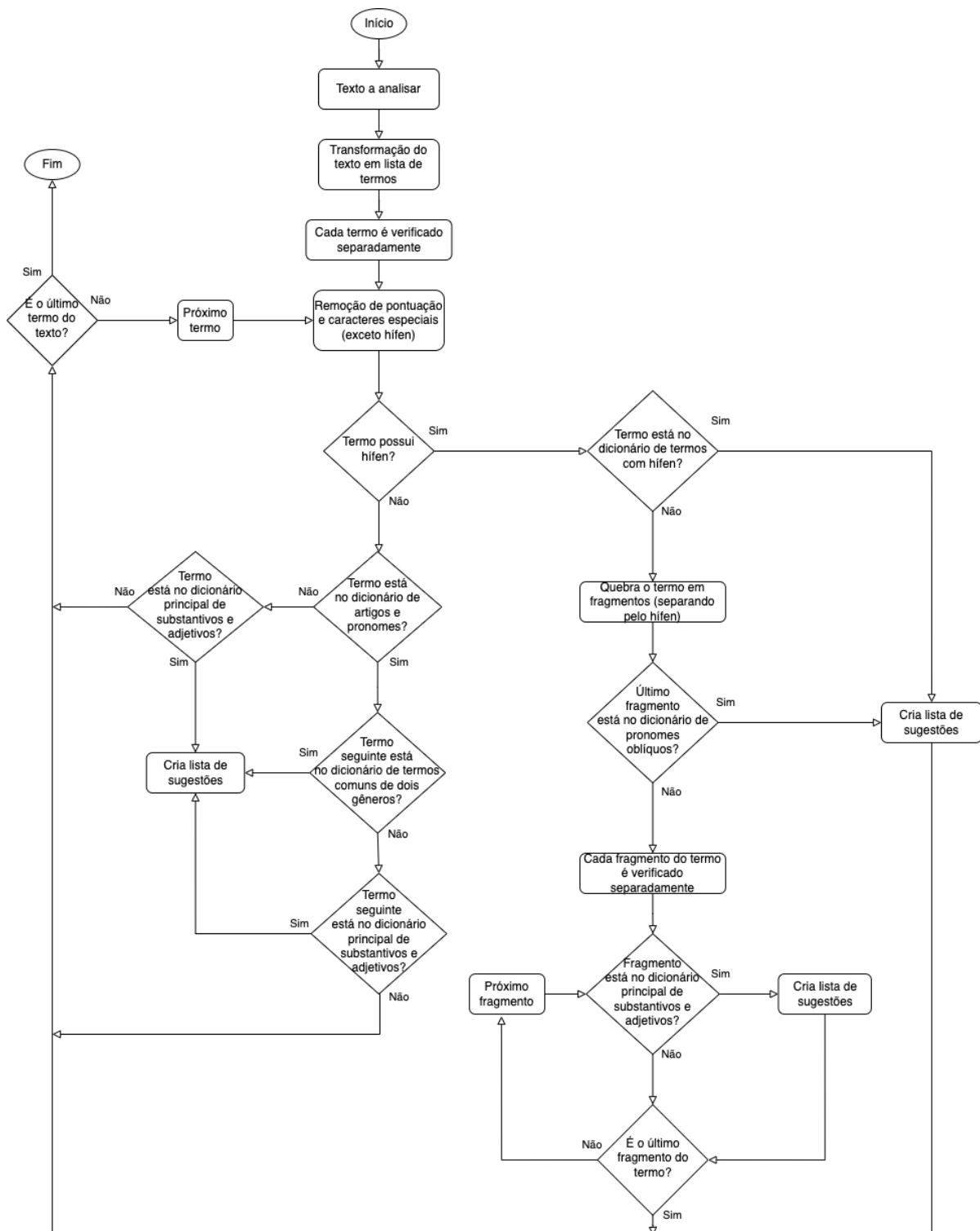
4.3.3 Terceiro Ciclo: Melhorias e Modelo Final

Então, cheguei ao último ciclo de desenvolvimento deste artefato no contexto desta pesquisa. Para resolver o problema identificado na avaliação do novo modelo, agora algumas palavras serão tratadas em conjunto, e para tal, foi necessário criar novos dicionários de referência com diferentes categorias e lógica distinta. E assim mais quatro dicionários por estratégia de alteração foram criados e mais um para as palavras comuns de dois gêneros (especificamente para analisar os artigos,

pronomes e adjuntos que precederem essas palavras para sugerir a alteração, se necessário).

Na função que levanta as possíveis sugestões, agora há lógicas para diferenciar termos que possuem hífen, e dentre estes, verificar se o termo está no dicionário de termos com hífen (como "bem-vindo") e sugerir. Caso não esteja, verificará se o último fragmento do termo após o hífen está no dicionário de pronomes oblíquos (como em "ajudá-lo") para fazer sugestões. Se caso também não estiver, cada parte do termo com hífen será buscada no dicionário principal de substantivos e adjetivos (como "professor-orientador"). Já para os termos sem hífen, primeiro é validado se o termo está no dicionário de artigo/pronome/adjunto; caso esteja, o termo seguinte será avaliado para descobrir se está no dicionário principal de substantivos e adjetivos ou no dicionário de neutros, e sugerir em conjunto ("o aluno", "o estudante"); caso não esteja, nenhuma sugestão será criada para o artigo/pronome/adjunto (como em "o quadro"). Se o termo não estiver no dicionário de artigo/pronome/adjunto, então é analisado se existe no dicionário principal de substantivos e adjetivos. Esta lógica está representada na Figura 7 a seguir.

Figura 7. Fluxograma da função de análise textual e criação de sugestões



Fonte: Da autora.

Após estas alterações, a validação do artefato foi executada com os sete textos de controle. Ao final deste ciclo, obtive os seguintes resultados da Tabela 4:

Tabela 4. Avaliação do modelo final do artefato

	Total palavras	Total palavras com possíveis sugestões	Total de palavras encontradas corretamente	Total falsos positivos	Total falsos negativos	Percentual de acerto de palavras não candidatas	Percentual de acerto de palavras candidatas	Relação total de sugestões / reais candidatas
Texto 1	1017	10	6	19	4	98,11	60	2,5
Texto 2	937	15	7	14	8	98,48	46,67	1,4
Texto 3	849	31	21	6	10	99,27	67,74	0,87
Texto 4	1264	15	11	17	4	98,64	73,33	1,87
Texto 5	1150	23	19	3	4	99,73	82,61	0,96
Texto 6	794	24	16	8	8	98,96	66,67	1
Texto 7	916	13	6	7	7	99,22	46,15	1

Fonte: Da autora.

Podemos ver, então, que agora o número de palavras candidatas reduziu muito, tornando o artefato utilizável. Agora a relação entre total de sugestões e reais candidatas é quase um para um, ou seja, para uma candidata real no texto, temos uma candidata de alteração equivocada no menu do artefato. Ainda não é um modelo ideal de revisor de texto, porém já é possível auxiliar usuárias/os a revisar seus textos.

4.4 Considerações do Capítulo

Neste capítulo, todo o processo de concepção, desenvolvimento, testes e melhorias do artefato foi explanado. Pudemos ver os desafios de se criar um revisor tão subjetivo quanto este, e as estratégias adotadas para obter um modelo de artefato que possa ser minimamente confiável, mesmo ainda com detalhes a lapidar. Algumas melhorias ainda podem ser aplicadas para que o artefato se aproxime de um modelo ideal, que

serão descritas na seção 7.2, "Limitações e Trabalhos Futuros". Desta forma, aqui foi demonstrado como deve ser um sistema de informação para contribuir com o acultramento da linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa.

5. Quadro Epistêmico-Metodológico

Neste capítulo explico o posicionamento epistemológico desta pesquisa, bem como descrevo a metodologia científica e todos os processos e padrões adotados para garantir o rigor desta pesquisa. São detalhados o paradigma, a abordagem, a posição epistemológica, a finalidade, o método de pesquisa que possibilitou a avaliação do artefato, a técnica de coleta de dados e as técnicas de análise e interpretação de dados utilizados. Ao final deste capítulo, será possível compreender o encadeamento desta pesquisa e as decisões tomadas nesta jornada.

5.1. Abordagem, Posição Epistemológica e Finalidade da Pesquisa

A abordagem adotada nesta pesquisa foi a qualitativa com aporte quantitativo. Os resultados e conclusões são decorrentes de dados analisados qualitativamente com apoio de dados estatísticos quantitativos coletados com a utilização de modelos de questionários amplamente utilizados para avaliação de usabilidade e satisfação de usuário.

A posição epistemológica desta pesquisa é interpretativista (Filippo *et al.*, 2011), pois procuro dar sentido ao uso da linguagem inclusiva e entender o que as pessoas acharam da experiência em utilizar o artefato aqui proposto.

Em relação à finalidade da pesquisa, caracterizo-a como descritiva (Filippo *et al.*, 2011), pois o objetivo é descrever o uso que tem sido feito da linguagem inclusiva de gênero. Esta também é uma pesquisa-intervenção e pesquisa-projetiva, pois, pelo desenvolvimento de um revisor de texto, espero potencializar a promoção do uso da

linguagem inclusiva de gênero contribuindo para torná-la, a médio prazo, mais frequentemente utilizada pela população em geral.

5.2. O Paradigma *Design Science Research*

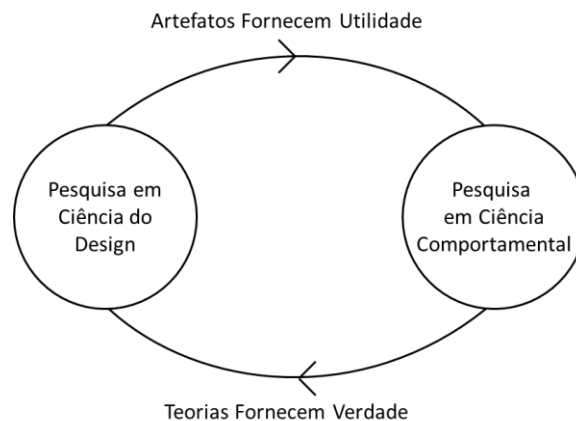
Esta pesquisa foi concebida e conduzida de acordo com o paradigma epistêmico-metodológico *Design Science Research* (DSR), que consiste em uma maneira de fazer pesquisa unindo a teoria científica com o desenvolvimento de um artefato que busca resolver um problema na prática. Autoras/es como Wieringa (2009) e Sordi e colaboradora/es (2013) defendem que a origem do paradigma DSR remonta a 1968, na obra de Herbert Simon, intitulada “Ciência do Artificial”. Dresch e colaboradores (2015) argumentam que o conceito de uma nova ciência emergiu muito antes de Simon, ainda no século XV quando Leonardo da Vinci procurou resolver problemas sem soluções conhecidas de maneira inovadora. A autora e autores mencionam também Giovanni Battista Vico que, entre 1702 e 1725, contribuiu com ideias que permanecem sendo consideradas inovações epistemológicas, fornecendo a base para o desenvolvimento do DSR como conhecemos hoje. A relevância de Simon, contudo, foi amplificada pelo fato dele ter recebido o Prêmio Nobel de Economia em 1978, o que impulsionou a proeminência de sua obra (Dresch *et al.*, 2015).

DSR é uma “meta-teoria” que visa apoiar pesquisadoras/es a desenvolverem estudos que sejam simultaneamente teóricos e práticos (Bax, 2014). Seus dois principais passos envolvem a elaboração e construção de um artefato a partir de uma demanda do mundo real e a avaliação da utilidade do artefato no contexto proposto (March; Smith, 1995). O DSR indica a construção de conhecimento teórico em

conjunto com a criação de um artefato e fornece diretrizes para a validação do mesmo, garantindo assim uma pesquisa efetiva dentro do contexto apresentado. De acordo com Hevner e colaboradores (2004), o DSR não busca uma verdade absoluta, como teorias ou leis gerais, mas sim produzir algo útil e eficaz que solucione problemas reais, criando soluções satisfatórias que contribuam técnica e teoricamente para a área em questão. Kuechler e Vaishnavi (2011) corroboram que o DSR visa apresentar um processo para a elaboração de conhecimento utilizando “*Design*” para o desenvolvimento de artefatos que produzam conhecimentos e resolvam problemas concretos em ambientes reais, validados através de testes empíricos.

Um artefato é, por definição, algo artificial, criado por pessoas, um artifício, algo que não encontra-se dado pela natureza. É um dispositivo concebido propositadamente em um contexto específico para resolver um dado problema, e para isso é preciso gerar conhecimento através de seu design e utilização (Simon, 1996). Embora o desenvolvimento de um artefato seja importante e possa solucionar um problema real, não é o bastante para ser considerado uma pesquisa científica (Pimentel; Filippo, 2018). Dessa forma, Hevner e colaboradores (2004) elaboraram um modelo teórico-metodológico sobre o paradigma DSR estabelecendo a relação entre artefato e conhecimento científico (Figura 8), que consiste em: i) as teorias possibilitam elaborar conjecturas para resolver problemas por meio de artefatos; e ii) um artefato projetado para resolver um problema, ao ser utilizado possibilita avaliar se as conjecturas teóricas eram adequadas. É esta relação entre o conhecimento teórico e o conhecimento técnico que possibilita aliar uma pesquisa científica com o desenvolvimento de artefatos.

Figura 8. Relação entre Artefato e Teoria



Fonte: Hevner e Chatterjee (2010, p.11, tradução nossa).

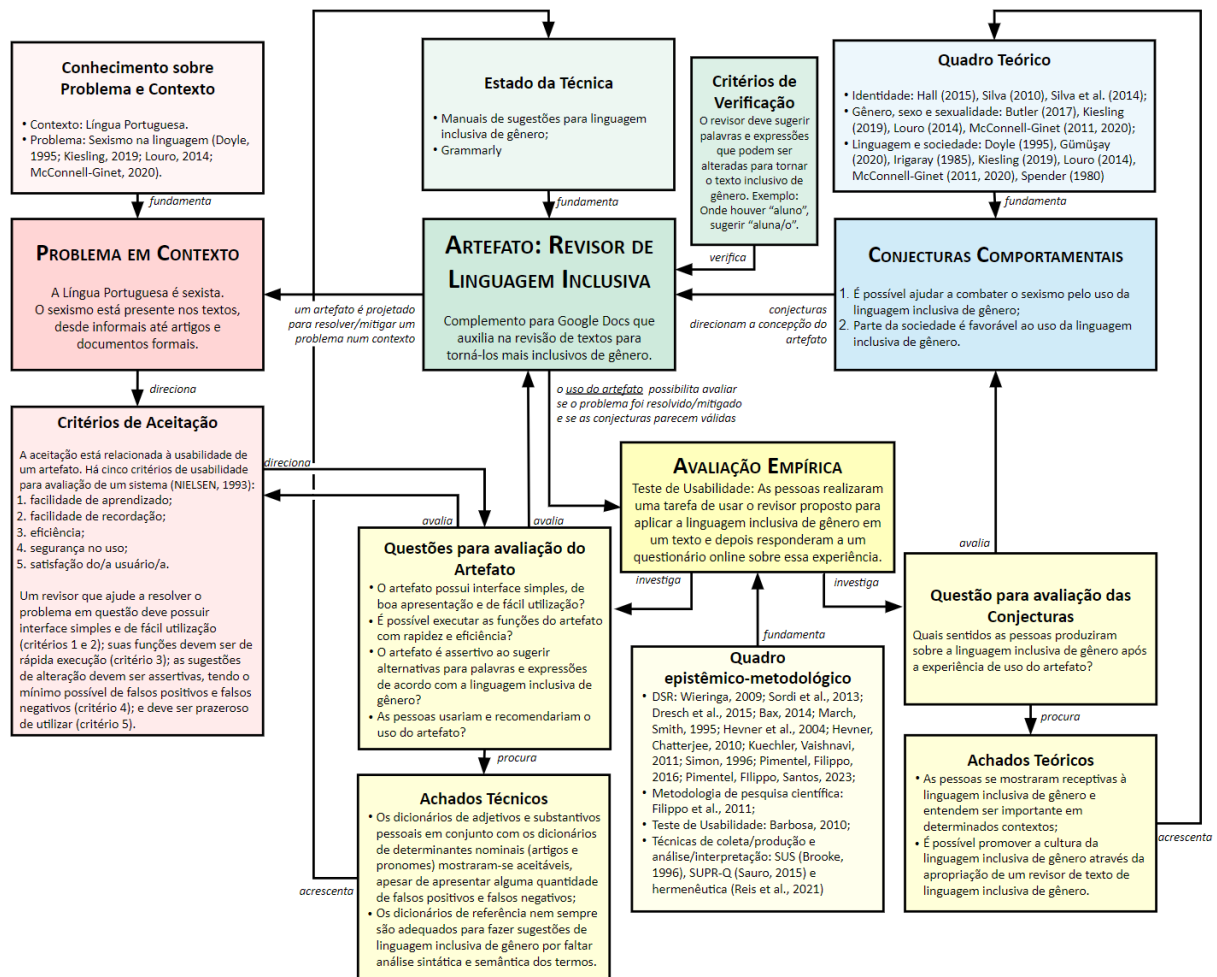
A partir da leitura e compreensão do referencial teórico (capítulo 2), levantei as conjecturas teóricas desta pesquisa e idealizei um artefato para auxiliar a revisão da linguagem empregada em textos, buscando torna-la mais inclusiva de gênero. A seguir, discuto os elementos importantes para pensar-fazer pesquisas em DSR: o problema, o contexto, o artefato proposto, o estado da técnica, as conjecturas teóricas, as avaliações e o referencial teórico.

5.2.1. Elementos da Pesquisa DSR

O esquema ilustrado na Figura 9 foi desenvolvido por mim com base no Modelo DSR proposto por Pimentel, Filippo e Santos (2023), desenvolvido e fundamentado em Hevner e Chatterjee (2010) e Wieringa (2014), com o propósito de auxiliar o planejamento de pesquisas científicas no contexto da abordagem DSR. Este modelo ajuda a distinguir os aspectos teóricos e práticos da pesquisa, particionando todos os elementos visualmente e elucidando as relações entre eles. Segundo Pimentel e Filippo (2018), construir uma instância desse modelo em uma pesquisa específica

possibilita “fundamentar o artefato em conjecturas teóricas, bem como teorizar a partir do uso do artefato, possibilitando assim o avanço do conhecimento científico-teórico além do desenvolvimento técnico”. A seguir explico cada elemento deste modelo.

Figura 9. Elementos da pesquisa em DSR



Fonte: Adaptado de Pimentel, Filippo e Santos (2023).

A pesquisa em DSR é essencialmente direcionada para a solução de problemas (Hevner et al., 2004). Por isso é necessário identificar um problema específico em um determinado contexto real (Wieringa, 2014). O problema aqui levantado relaciona-se com as estruturas sociais e como elas se refletem na construção da linguagem. Na atualidade, questões relacionadas a gênero emergem

e borbulham em nossa sociedade, e cada vez mais essas discussões se expandem e tornam-se conhecidas. A identidade da/o sujeita/o nunca esteve tão em pauta como nos tempos contemporâneos. Para atendermos às mais diversas necessidades da/o sujeita/o, é imprescindível debatermos e educarmos sobre os males causados pela opressão e exclusão de gênero. A linguagem tradicionalmente binária, com sua divisão masculino/feminino – sendo o masculino o gênero dominante –, pode ser considerada um dos meios de excluir e marginalizar aquelas/es/us que não se encaixam nesses gêneros, além de perpetuar estereótipos de gênero (Doyle, 1995; Kiesling, 2019). A exclusão linguística pode contribuir para uma sensação de isolamento e alienação entre quem não se sente representada/o/e pela linguagem binária, o que pode ter implicações negativas para a autoestima, a identidade e a inclusão social. Portanto, busco mitigar o sexismo presente na linguagem (Doyle, 1995; Kiesling, 2019; Louro, 2014; McConnell-Ginet, 2020) e a exclusão causada pelo uso da linguagem, com foco no processo de criar textos de acordo com a linguagem inclusiva de gênero. Esse tipo de cuidado com a linguagem ainda não é amplamente aceito e utilizado por parte da população, e requer conhecer muitas regras a se aplicar. Pretendo desenvolver um revisor de texto que possa desmistificar e facilitar o uso da linguagem inclusiva de gênero e, a partir de seu uso, mostrar que esse tipo de revisor de texto é aceitável pelas pessoas. O contexto do problema investigado nesta pesquisa é a Língua Portuguesa (embora em outras línguas esse mesmo problema se repete), na qual identificamos o problema da linguagem não inclusiva que queremos tentar resolver. Para tentar resolver o problema identificado, elaborei um artefato a partir das conjecturas teóricas extraídas do quadro teórico da pesquisa.

O referencial teórico utilizado engloba autoras e autores especialistas em identidade, gênero e sexualidade, educadoras e educadores, assim como linguistas,

feministas e críticas e críticos da linguagem. Nos estudos de identidade, utilizei livros de Stuart Hall (2015), Tomaz Tadeu da Silva (2010) e Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward (2014). Na área de gênero, sexo e sexualidade, recolhi informações de livros de Judith Butler (2017), Scott Kiesling (2019), Guacira Louro (2014) e Sally McConnell-Ginet (2011, 2020). E para o conteúdo relacionado à linguagem e sociedade, utilizei um livro de Kübra Gümüşay (2020), textos de Margaret Doyle (1995), Luce Irigaray (1985) e Dale Spender (1980), além dos livros já citados de Kiesling, Louro e McConnell-Ginet.

A partir deste referencial, foram levantadas as seguintes conjecturas:

- É possível ajudar a combater o sexismo pelo uso da linguagem inclusiva de gênero.
- Parte da sociedade é favorável ao uso da linguagem inclusiva de gênero.

Essas conjecturas foram avaliadas de acordo com a seguinte questão: quais os sentidos as pessoas produziram sobre a linguagem inclusiva de gênero após a experiência de uso do artefato? A partir desta avaliação, foram encontrados os achados teóricos que serão explicados na seção 6.2, “Interpretação dos Resultados e Lições Aprendidas”.

O artefato aqui produzido foi um revisor de linguagem inclusiva de gênero para textos editados através do *Google Docs*. Trata-se de um complemento (*add-on*) desenvolvido em *JavaScript*, através da plataforma *Google Apps Script*. Esse artefato foi detalhado no capítulo anterior (capítulo 4). Além das conjecturas, esse artefato foi projetado com referência ao estado da técnica: utilizei manuais educativos de sugestões para linguagem inclusiva de gênero (capítulo 3) e o revisor gramatical *Grammarly*. Este revisor é um complemento de navegador (há também versões

desktop e mobile) que pode ser utilizado em diversas páginas da *web*, inclusive dentro dos produtos da plataforma *Google*, como *Google Docs* e *Gmail*. *Grammarly* foi minha inspiração, pois com ele é possível verificar a gramática e ortografia em praticamente qualquer caixa de texto em páginas da *web*, e era esse meu intuito inicial ao desenvolver o Revisor de Linguagem Inclusiva, porém não seria possível utilizar dentro do *Google Docs* pois há limitações de segurança. Assim, foi necessário desenvolver utilizando os recursos da plataforma *Google Apps Script*.

Então, o artefato foi disponibilizado para uso e um teste de usabilidade (descreverei na seção 5.3) foi executado para validar se o problema foi solucionado e se as conjecturas são válidas. As avaliações do artefato foram feitas com base nos critérios de usabilidade em três fases: primeiramente, foram executados três ciclos de testes funcionais e melhorias no artefato; posteriormente, o artefato foi disponibilizado para um grupo de usuários; e, por último, os aprendizados do processo de utilização foram levantados e documentados, buscando responder às seguintes questões:

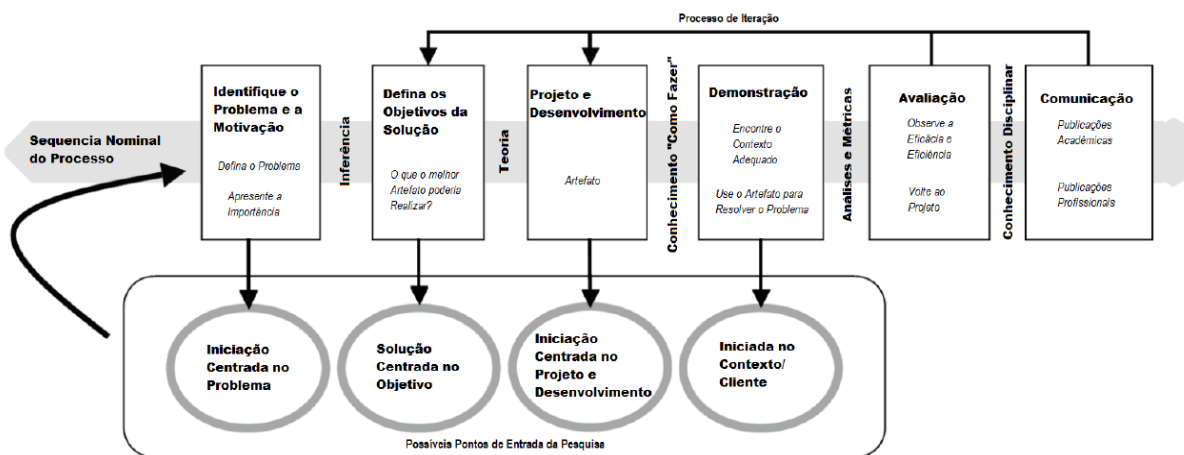
- O artefato possui interface simples, de boa apresentação e de fácil utilização?
- É possível executar as funções do artefato com rapidez e eficiência?
- O artefato é assertivo ao sugerir alternativas para palavras e expressões de acordo com a linguagem inclusiva de gênero?
- As pessoas usariam e recomendariam o uso do artefato?

Então, essas questões me guiaram ao encontro dos achados técnicos, que, assim como os achados teóricos, serão revelados na seção 6.2.

5.2.2. Método DSRM

Para conduzir pesquisas sob o paradigma DSR, é necessário escolher um dos diversos métodos disponíveis adequados a DSR. Nesta pesquisa, adotou-se um dos métodos mais citados, a Metodologia de Pesquisa em Ciência do *Design* (DSRM), proposta por Peffers e colaboradores (2007). Os seis passos deste método, apresentados na Figura 10, orientam a pesquisa, auxiliam na obtenção de resultados robustos e conferem relevância e rigor ao estudo.

Figura 10. Método DSRM



Fonte: Peffers e colaboradores (2007, p. 54, tradução nossa).

A primeira etapa desta pesquisa, seguindo o método adotado, foi a identificação do problema (detalhado na seção anterior): a exclusão causada pela linguagem sexista. Em seguida, na segunda etapa, os objetivos da resolução foram levantados, o que incluiu o estado da arte, para verificar o que outras/os pesquisadoras/es já fizeram na área, o que pode ser melhorado e o que ainda não foi explorado. Na etapa seguinte, a terceira do método, executei o desenho e criação do artefato para solucionar o problema, reunindo também as conjecturas teóricas para guiar o desenvolvimento e avaliação do artefato. A quarta etapa envolve o uso do artefato, para demonstrar sua aplicação e então avaliá-lo. A etapa posterior, a quinta da sequência, foi quando se deu a avaliação do artefato, para verificar se atendeu

aos critérios propostos, e caso não o fizesse, deveria retornar ao projeto do mesmo, testá-lo e validá-lo novamente. Finalmente, na sexta e última etapa, os resultados estão sendo comunicados através da documentação e apresentação desta pesquisa.

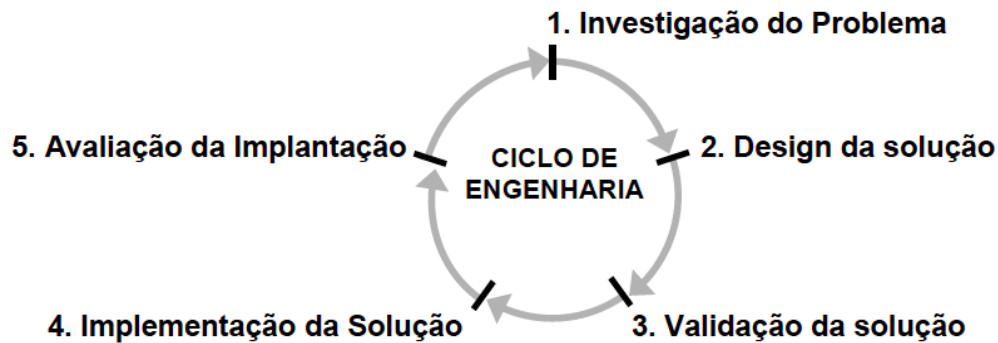
5.2.3. Ciclos e Avaliações

Em DSR, as etapas da elaboração da pesquisa são divididas em duas principais metas: i) desenvolver um artefato que resolva um problema real; e ii) produzir novo conhecimento científico (Pimentel; Filippo, 2018). Portanto, existem dois principais ciclos para nos auxiliar dentro do paradigma: um de engenharia e um empírico.

O ciclo de engenharia (Wieringa, 2014), também conhecido como ciclo de *design* (Hevner, 2007), investiga um problema, projeta a solução, valida, implementa e avalia, ou seja, itera entre os processos mais importantes de criação e avaliação de artefato. Já o ciclo empírico, de conhecimento (Wieringa, 2014) ou de rigor (Hevner, 2007), tem como principal objetivo garantir a inovação e as contribuições da pesquisa com base em um sólido referencial teórico. Nesse ciclo ocorre o levantamento das conjecturas teóricas que servirão de guia para avaliar os resultados do artefato.

A Figura 11 apresenta as cinco fases do ciclo de engenharia (*design*). Este é o ciclo de criação do artefato, então seus passos incluem investigação do problema, desenho, validação, implementação e avaliação do artefato. Se o artefato não resolver o problema como esperado, o ciclo pode ser reiniciado até que a solução seja satisfatória.

Figura 11. Etapas do Ciclo de Engenharia

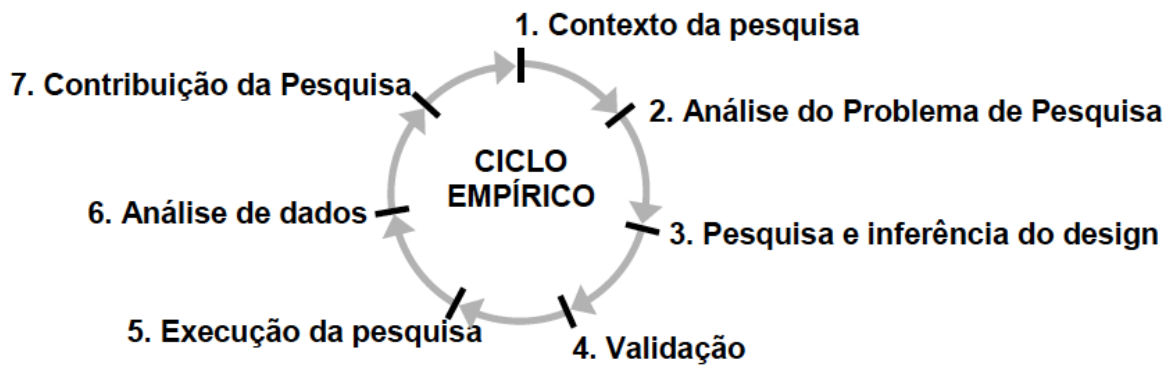


Fonte: Wieringa (2014, p. 28 e 60, tradução nossa)

Nesta pesquisa, tive três grandes modificações no artefato, considerando-as três ciclos de engenharia. Durante o primeiro ciclo, desenvolvi uma versão experimental, para entender o que poderia ser feito e como atingir meus objetivos. Era uma versão de base para discussões com o orientador Pimentel. Então, melhorias foram sugeridas e iniciei assim o segundo ciclo. Novamente, ao final deste segundo ciclo, outras ideias surgiram, e mais um ciclo de engenharia foi executado. Ao final, chegamos, eu e o orientador Pimentel, a uma versão sólida, mais bem acurada e possível de ser validada com usuárias/os – o que se deu no ciclo empírico. Todo este processo de desenvolvimento foi minuciosamente detalhado no capítulo 4, no qual descrevi o artefato.

A Figura 12 demonstra, então, as etapas do ciclo empírico (de conhecimento ou rigor). Este é o ciclo que assegura a contribuição para o conhecimento científico, e por isso seus sete passos enfatizam o estudo teórico. Da mesma forma que no ciclo de engenharia, se o resultado final não for satisfatório, todo o processo pode ser repetido desde o início.

Figura 12. Etapas do Ciclo Empírico



Fonte: Wieringa (2014, p. 112, tradução nossa)

Neste ciclo, na pesquisa ora especificada, o artefato foi implantado e utilizado por um grupo de usuários – propositalmente no masculino. As experiências de usabilidade foram levantadas por meio de questionário e os dados foram então analisados para se chegar aos resultados e conclusões que serão posteriormente descritos (capítulo 6: “Avaliação da Proposta” e capítulo 7: “Conclusão”). Uma execução deste ciclo foi o suficiente para validar as conjecturas propostas.

5.3. Método Empírico: Teste de Usabilidade

Para viabilizar as avaliações apresentadas no esquema da Figura 9 (seção 5.2.1), uma avaliação somativa foi conduzida através de um teste de usabilidade. A avaliação somativa visa definir se determinado produto alcança níveis de qualidade de uso desejados, através da avaliação realizada ao final do processo de *design* (nesta pesquisa, após o artefato estar pronto e ter passado pela primeira avaliação) (Barbosa; Silva, 2010).

O teste de usabilidade é um método de avaliação através de observação em laboratório, ou método empírico (Barbosa; Silva, 2010). Métodos de observação são

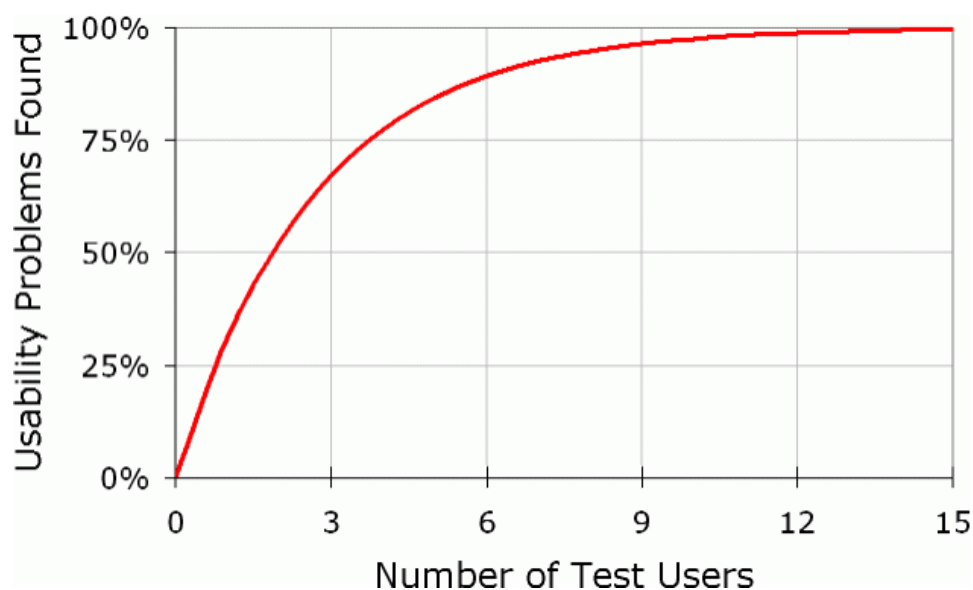
formas de descobrir problemas reais enfrentados por usuárias/os durante uso do sistema em questão, através da observação em contexto real ou em laboratório (Barbosa; Silva, 2010).

O teste de usabilidade tem como principal objetivo avaliar a facilidade de uso e a experiência de usuária/o ao interagir com um produto, sistema ou serviço, a partir da experiência de uso de usuárias/os-alvo (Rubin, 1994; Rubin; Chisnell, 2008). Ele se concentra na compreensão das necessidades, comportamentos e expectativas das/os usuárias/os, visando melhorar a qualidade e eficácia do artefato desenvolvido. O teste de usabilidade geralmente envolve a coleta de dados qualitativos e quantitativos por meio de observações, entrevistas, questionários e medições de desempenho durante a interação da/o usuária/o com o artefato (Moran, 2019). Nesta pesquisa, dois aspectos serão avaliados: i) a apropriação de tecnologia pela/o usuária/o, para entender se o artefato satisfaz suas necessidades, como afeta sua vida, se o uso é agradável e identificar as possíveis causas de não incorporação do artefato pela/o usuária/o; e ii) problemas na interação e na interface, avaliado por mim durante a avaliação 1, será também avaliado pelas/os usuárias/os com o intuito de identificar mais problemas na interação com o artefato que prejudiquem a qualidade do mesmo (Barbosa; Silva, 2010).

O teste de usabilidade do artefato aqui desenvolvido foi, então, conduzido com um grupo de estudantes de Bacharelado em Sistemas de Informação. O objetivo deste estudo foi medir tanto a usabilidade quanto a satisfação dos usuários – refiro-me no masculino a este grupo de estudantes por não haver nenhuma pessoa declaradamente do gênero feminino – ao utilizar o artefato, bem como coletar suas opiniões e sugestões para melhorias.

De acordo com Nielsen (2000), a quantidade ideal de usuárias/os para testes de usabilidade varia de cinco a quinze pessoas. Com cinco usuárias/os, já é possível identificar mais de três quartos dos possíveis problemas de usabilidade de um sistema, de acordo com a Figura 13. Aqui nesta pesquisa, doze pessoas participaram dos testes de usabilidade e satisfação: o suficiente para encontrar mais de 95% dos problemas de usabilidade de um sistema.

Figura 13. Número de usuárias/os de testes em relação aos problemas de usabilidade encontrados



Fonte: Nielsen (2000).

Os participantes da fase de teste do artefato, como já citado, foram doze estudantes, a maioria homens cis heterossexuais com faixa etária de 20 a 29 anos. Apesar deste grupo não ser o público-alvo de costume da linguagem inclusiva de gênero, obtive visões variadas e respostas valiosas para esta pesquisa.

Primeiramente, os estudantes foram guiados a como instalar e iniciar o complemento dentro do *Google Docs*. Depois, alguns textos previamente selecionados foram enviados aleatoriamente para que os alunos testassem o revisor.

Após o uso do artefato, foi pedido que respondessem a um questionário online, que será detalhado na seção a seguir.

5.4. Instrumento de Coleta de Dados: Questionário

Para que a avaliação empírica e conseguinte validação do artefato se tornasse possível, um questionário (Filippo *et al.*, 2011) online foi aplicado para a coleta de dados. Este questionário consistiu em quatro etapas de perguntas: a primeira para levantar o perfil de respondentes, a segunda para avaliar a usabilidade do artefato, a terceira para aferir a experiência de uso, e a última, com três perguntas discursivas, para compreender as opiniões de participantes. Segundo Nielsen (1993), há cinco critérios de usabilidade para avaliarmos um sistema de acordo com a experiência de uso, para definir o nível de qualidade de um sistema: i) facilidade de aprendizado; ii) facilidade de recordação; iii) eficiência; iv) segurança no uso; e v) satisfação da/o usuária/o. Os dois primeiros critérios dizem respeito à facilidade de utilização da interface. O terceiro critério é sobre o quão rápido alguém pode executar as funções do sistema. O quarto critério, para um revisor de texto, diz respeito à assertividade do mesmo em propor sugestões, tendo o mínimo possível de falsos positivos e falsos negativos. E o quinto e último critério é o quão prazeroso é utilizar o sistema. Estes critérios foram abordados nas etapas dois e três do questionário desta pesquisa com a utilização de dois modelos específicos de questionários, explicados a seguir.

As questões de avaliação de usabilidade foram baseadas em System Usability Scale (SUS), com perguntas de múltipla escolha. O SUS, desenvolvido por Brooke (1996), é uma ferramenta eficaz e confiável para avaliar a usabilidade de um sistema. Ele consiste em um questionário de dez itens de resposta em escala Likert (1932), de

um a cinco, que variam de “discordo fortemente” a “concordo fortemente”. O SUS é amplamente usado devido à sua simplicidade e eficácia na obtenção de uma medida global de percepção de usabilidade. Nele, os itens são intercalados entre positivos e negativos: os ímpares são relacionados a ações e características positivas (como “usaria com frequência” e “fácil de usar”), então quanto maior for a concordância da/o respondente, melhor a nota do sistema; e nos pares são apresentadas descrições negativas (como “desnecessariamente complexo” e “apresenta muitas inconsistências”), o que inverterá a pontuação, pois mais concordância resultará em pior avaliação do sistema.

As questões para avaliar a satisfação ao utilizar o artefato foram fundamentadas em Standardized User Experience Percentile Rank Questionnaire (SUPR-Q), também com perguntas de múltipla escolha. O SUPR-Q, desenvolvido por Sauro (2015), é uma ferramenta abrangente que mede a qualidade da experiência da/o usuária/o. O SUPR-Q inclui perguntas sobre a facilidade de uso, confiança, credibilidade e lealdade da/o usuária/o em relação a um sistema. Ele consiste em oito itens avaliados em uma escala Likert (1932) de cinco pontos, e os resultados podem ser comparados com um banco de dados de referência para proporcionar uma perspectiva sobre como o sistema se sai em relação a outros produtos semelhantes.

Ao final, o questionário incluiu três questões discursivas para obter as opiniões de participantes sobre a linguagem inclusiva de gênero e suas experiências usando o Revisor de Linguagem Inclusiva, bem como suas críticas e sugestões de melhorias. Essas questões discursivas permitiram uma análise mais profunda e qualitativa do uso do artefato.

5.5. Técnicas de Análise de Dados

Os dados coletados foram analisados quantitativa e qualitativamente. Na seção seguinte, 5.5.1, descreverei as técnicas utilizadas para a análise quantitativa dos dados. As respostas de múltipla escolha do SUS e do SUPR-Q foram investigadas usando métodos estatísticos para determinar a usabilidade e a satisfação média dos usuários.

E na seção subsequente, 5.5.2, será apresentada a técnica específica para interpretação dos dados qualitativos desta pesquisa. Com esta técnica, analisei as respostas às perguntas discursivas de forma qualitativa, identificando temas comuns e *insights* significativos sobre as opiniões e experiências dos participantes, para chegar às conclusões e lições aprendidas nesta pesquisa.

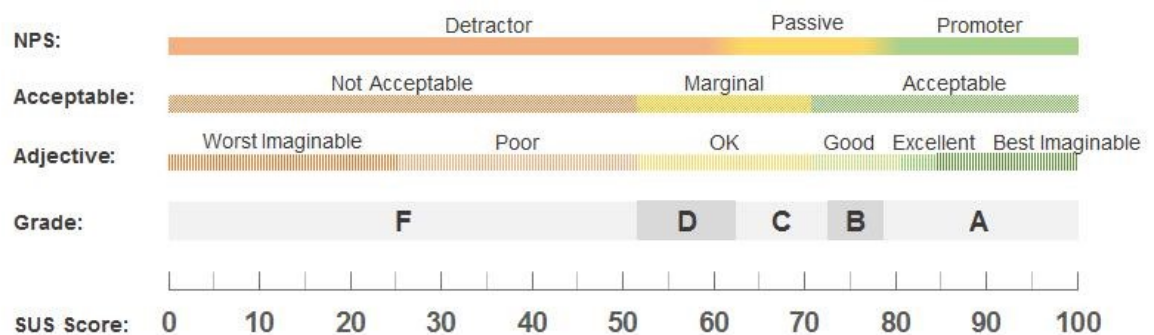
5.5.1. Análise Quantitativa: SUS e SUPR-Q

Seguindo as recomendações dos modelos de questionários SUS e SUPR-Q, os itens do questionário online foram analisados de acordo com suas fórmulas específicas para obter as médias.

Conforme o SUS, após coletar as respostas, devemos fazer uma conversão das avaliações de cada item do questionário. Para os itens ímpares (1, 3, 5, 7 e 9), apenas reduzimos um da avaliação dada ($x - 1$). Já para os itens pares (2, 4, 6, 8 e 10), precisamos fazer uma inversão dos valores, pois são itens negativos, então quanto menor a avaliação para tais itens, melhor foi a impressão da/o usuária/o, e a fórmula será reduzir o valor da avaliação de cinco ($5 - x$). Após a conversão de cada avaliação, todas as avaliações de usuária/o devem ser somadas e o total deve ser

multiplicado por 2.5 (para obtenção de resultados de 0 a 100, ao invés de 0 a 40). Ao final, faz-se uma média aritmética simples dos valores finais por usuário/o para obter a pontuação final do sistema. Com isso, pode-se comparar a pontuação alcançada com o quadro a seguir, na Figura 14, proposto por Sauro (2018a), que sumariza as cinco maneiras de interpretar os resultados obtidos.

Figura 14. Notas, adjetivos, aceitabilidade e Net Promoter Score (NPS) relacionados à pontuação SUS



Fonte: Sauro (2018a).

Já no modelo SUPR-Q, o processo é mais simples: após as/os respondentes enviarem suas avaliações, faz-se a média aritmética simples por respondente. Aqui nesta pesquisa, obtive o percentual reduzindo um do resultado da média e multiplicando por 25 ($(x - 1) * 25$), já que as avaliações vão de 1 a 5, e gostaria de obter o resultado na escala de 0 a 100. De acordo com Sauro (2018b), quando o sistema obtém pontuação acima de 75%, é considerado bom, abaixo de 25% é entendido como um sistema ruim, e na média por volta de 50%. Além disso, a comparação de *percentile rank* é “um para um”, ou seja, 50% de pontuação é um sistema na média, e acima de 70% é um sistema mais bem avaliado do que 70% dos sistemas.

5.5.2. Análise Qualitativa: Hermenêutica

As análises qualitativas desta pesquisa foram feitas utilizando a hermenêutica, que é uma técnica antiga, nascida para interpretar textos religiosos e filosóficos, que se concentra na interpretação de textos e na compreensão dos significados subjacentes (Reis *et al.*, 2021), na intenção de compreender e relacionar as respostas das/os usuárias/os.

Para isso, reuni todas as respostas das questões discursivas do questionário online aplicado. Assim, obtive uma visão geral das ideias e observei tendências nas respostas. Como já possuía algumas suposições sobre o assunto, tentei ao máximo analisar as respostas sem considerar minhas vivências. Cada resposta foi analisada levando em conta o perfil do respondente, e alguns paralelos foram traçados entre os respondentes. Assim, iniciei um diálogo interpretativo com as respostas, considerando emoções expressas e possíveis motivos por trás das respostas. Desta forma, fiz algumas descobertas e também confirmei algumas das minhas suposições. Revisei e refinei minha interpretação à medida que progredi nesta análise. Com isso, descrevo os resultados e lições aprendidas no capítulo 6. Nesse capítulo, então, apresentarei todo o processo de descoberta das interpretações das respostas, com exemplos específicos do que foi informado pelos respondentes.

5.6. Considerações do Capítulo

Neste capítulo, apresentei todo o processo seguido durante o desenvolvimento desta pesquisa: o paradigma utilizado (DSR), os elementos desta pesquisa em DSR, o método DSRM, os ciclos e avaliações, o teste de usabilidade, a técnica de coleta e

as técnicas de análise dos dados. Com isso, pretendo garantir rigor e utilidade a esta pesquisa científica, e assim demonstrar que é possível uma pesquisa em Sistemas de Informação contribuir para o acultramento da linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa. Pretendo também, parafraseando Dresch *et al.* (2015), que esta pesquisa contribua para o avanço do entendimento sobre a utilização da linguagem inclusiva de gênero e que o conhecimento gerado aqui possa melhorar o mundo em que vivemos e tornar a vida mais gratificante.

6. Avaliação da Proposta

Neste capítulo, apresentarei a avaliação do artefato desenvolvido. Nesta fase, avalio se o artefato é capaz de mitigar o problema identificado durante o processo de pesquisa, detalhado na seção 5.2.1. Serão descritos em detalhes o processo de análise dos dados levantados e os critérios de avaliação para julgar o sucesso do artefato. Além disso, revelarei os resultados técnicos e teóricos obtidos, como forma de "lições aprendidas", que poderão servir como base para enriquecer pesquisas futuras.

6.1. Análise de Dados

A análise dos dados coletados permitirá levantar informações para avaliar quais os sentidos sobre a linguagem inclusiva de gênero produzidos pelas pessoas que testaram o artefato, um revisor de texto para auxiliar na criação de textos inclusivos de gênero. Adotei uma abordagem de análise de dados mista, que inclui análise quantitativa e qualitativa, para assim chegar a resultados mais assertivos e detalhados.

A seção seguinte, 6.1.1, envolve o levantamento dos resultados dos questionários SUS e SUPR-Q que foram preenchidos pelos participantes da pesquisa. Essa análise permitirá avaliar a usabilidade e a percepção da qualidade do artefato proposto, além de medir, de maneira objetiva, a usabilidade e a experiência de uso do mesmo.

Na seção 6.1.2, demonstrarei o processo hermenêutico de triagem das respostas às questões discursivas, com o objetivo de entender melhor as percepções,

opiniões e experiências dos usuários. Ao interpretar as respostas dos participantes, podemos começar a entender o contexto e as nuances por trás dos números, dando vida à nossa análise quantitativa.

Espero proporcionar, através dessa análise, uma contribuição significativa para a pesquisa em Sistemas de Informação, ajudando a promover uma maior inclusão e representatividade na comunicação escrita com o artefato proposto.

6.1.1. Análise Quantitativa

A análise quantitativa foi feita em duas etapas: a primeira seguindo o modelo SUS e a segunda de acordo com o SUPR-Q. Ambas as etapas auxiliarão a responder as questões utilizadas para avaliação do artefato, levantadas na seção 5.2.1.

O modelo SUS foi utilizado para a avaliação de usabilidade, com os seguintes itens de questionário:

1. Eu acho que gostaria de usar esse complemento com frequência.
2. Eu achei o complemento desnecessariamente complexo.
3. Eu achei o complemento fácil de usar.
4. Eu acho que precisaria de ajuda de uma pessoa com conhecimentos técnicos para usar o complemento.
5. Eu achei que as funções do complemento estão bem apresentadas e integradas.
6. Eu acho que o complemento apresenta muita inconsistência.
7. Eu imagino que as pessoas aprenderão como usar esse complemento rapidamente.
8. Eu achei o complemento muito complicado de usar.

9. Eu me senti muito confiante usando o complemento.

10. Eu precisei aprender várias coisas novas antes de conseguir usar o complemento.

Estas perguntas são propostas pelo modelo SUS e têm a intenção de validar a facilidade de aprendizagem, eficiência, facilidade de memorização, minimização de erros e satisfação da/o usuária/o (Barboza, 2019). Conforme já demonstrado na seção 5.5.1, deve-se fazer uma conversão das avaliações de cada item: para os itens ímpares, a fórmula aplicada é $x - 1$, e para os itens pares, $5 - x$. A conversão é demonstrada a seguir, na Tabela 5.

Tabela 5. SUS: Valores iniciais e valores finais, após aplicação de fórmula específica

	Itens ímpares					Itens pares				
De	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
Para	0	1	2	3	4	4	3	2	1	0

Fonte: Da autora.

A seguir, na Tabela 6, apresento as avaliações de cada item (Q1 a Q10) por pessoa (R1 a R12). Estes são os valores originais, antes da aplicação das fórmulas.

Tabela 6. SUS: Avaliações originais, pré-conversão

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10
R1	1	1	4	1	4	4	5	1	5	3
R2	4	1	5	1	5	2	5	1	4	1
R3	3	4	2	3	3	3	2	4	2	4
R4	2	4	1	5	3	2	3	4	2	3
R5	2	1	5	1	5	1	5	1	5	1

R6	1	3	5	1	4	2	5	1	3	2
R7	3	1	5	1	5	1	5	1	5	1
R8	5	1	5	1	5	1	3	1	5	1
R9	5	1	5	1	5	1	5	1	4	3
R10	3	1	5	1	5	1	5	1	5	2
R11	5	1	5	1	5	2	5	1	5	1
R12	3	1	5	1	5	3	5	1	5	1

Fonte: Da autora.

A estes valores apliquei as fórmulas citadas anteriormente. Após essa conversão, somei os valores de cada usuário e multipliquei por 2.5 para obter o resultado individual em escala de 0 a 100. Para chegar ao resultado final, fiz então a média aritmética simples das notas dos respondentes. Na Tabela 7 a seguir, podemos ver as avaliações convertidas e as médias.

Tabela 7. SUS: Avaliações após conversão, com as respectivas notas, totais por item e média final

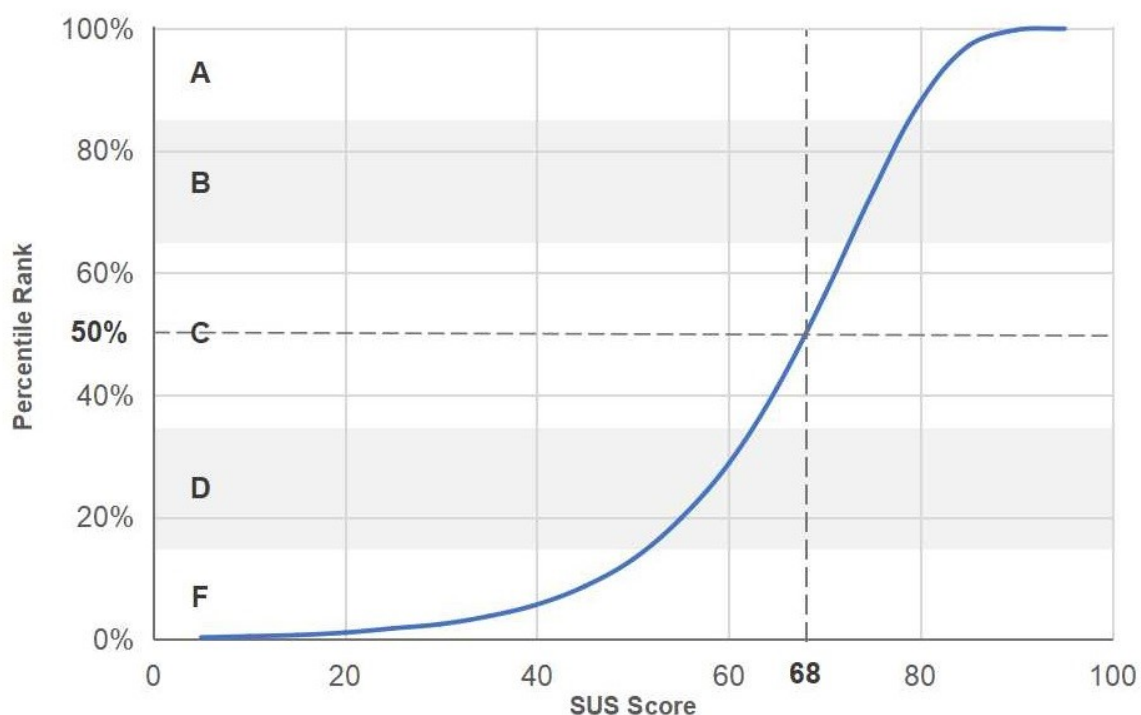
	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Média (%)
R1	0	4	3	4	3	1	4	4	4	2	72,5
R2	3	4	4	4	4	3	4	4	3	4	92,5
R3	2	1	1	2	2	2	1	1	1	1	35
R4	1	1	0	0	2	3	2	1	1	2	32,5
R5	1	4	4	4	4	4	4	4	4	4	92,5
R6	0	2	4	4	3	3	4	4	2	3	72,5
R7	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	95
R8	4	4	4	4	4	4	2	4	4	4	95
R9	4	4	4	4	4	4	4	4	3	2	92,5
R10	2	4	4	4	4	4	4	4	4	3	92,5
R11	4	4	4	4	4	3	4	4	4	4	97,5
R12	2	4	4	4	4	2	4	4	4	4	90

Total item	25 52,08%	40 83,33%	40 83,33%	42 87,5%	42 87,5%	37 77,08%	41 85,42%	42 87,5%	38 79,17%	37 77,08%	-
Média Final											80

Fonte: Da autora.

Finalmente, chegamos ao resultado para a parte SUS do questionário: de 0 a 100, o artefato foi avaliado em 80 de acordo com a escala de usabilidade. Este é um resultado entre bom e excelente, de acordo com o *ranking* deste sistema de avaliação.

Figura 15. SUS numa curva com percentile rank e pontuação



Fonte: Sauro (2018a).

Esta avaliação final pelo SUS significa que o artefato aqui desenvolvido pontuou acima da média comparada a outros sistemas. Não apenas isso, a pontuação SUS 80 indica que o Revisor de Linguagem Inclusiva possui melhor usabilidade que aproximadamente 90% dos sistemas avaliados através do SUS, conforme Figura 15.

Além disso, se observarmos a pontuação por item do questionário, podemos chegar a algumas conclusões:

- Uma das questões foi consideravelmente pior avaliada que as outras: a primeira questão, sobre o desejo de utilizar com frequência o artefato. Esta questão teve 25 pontos de um total possível de 48, ou seja, 52%. Podemos inferir, então, que a metade das pessoas utilizaria com frequência, o que, dado o contexto e perfil destas pessoas (profissionais e estudantes de Sistemas de Informação, homens, heterossexuais), é mais do que eu imaginaria.
- Três questões (4, 5 e 8) foram as mais bem avaliadas, com 42 pontos de um total de 48, ou seja, 87,5%. A questão 4 diz respeito à satisfação da pessoa ao utilizar o sistema; já as questões 5 e 8 estão relacionadas à eficiência do sistema. Todas as três perguntas indicam certa facilidade de uso: não precisar de uma pessoa técnica para auxiliar durante o uso; funções do sistema bem apresentadas e integradas; e não ser complicado de utilizar. Com este dado, entendo que para a maioria das pessoas o artefato foi de fácil uso, o que pode indicar que seria mais acessível e poderia, assim, alcançar mais usuárias/os.

A avaliação de satisfação da/o usuária/o, executada através do SUPR-Q, continha oito itens – para avaliar usabilidade, confiança, credibilidade, aparência e lealdade (Sauro, 2015) – , que eram:

1. O complemento é fácil de usar.
2. É fácil navegar pelo complemento.
3. Sinto-me confortável aceitando as sugestões do complemento.
4. Sinto-me confiante em aceitar as sugestões do complemento.

5. Provavelmente voltarei a usar o complemento no futuro.
6. Acho o desenho e a apresentação das informações no complemento interessantes/atraentes.
7. O complemento tem uma apresentação limpa e simples.
8. Eu recomendaria o complemento a outras pessoas.

Para obter os resultados desta parte da avaliação do artefato, foi feita a média aritmética das respostas por pessoa, e ao final todas as médias foram somadas e divididas pela quantidade de participantes, para obter a pontuação final 4,167 (escala de 1 a 5). Para transformar esses valores em percentual, reduzi um da média de cada respondente e multipliquei por 25 ($(x - 1) * 25$). Na Tabela 8, a seguir, apresento todas as pontuações por item e por respondente, assim como as médias individuais e pontuação final.

Tabela 8. SUPR-Q: Avaliações com as médias por respondente, totais por item e média final

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Média	Média (%)
R1	5	5	3	3	1	4	5	1	3,375	59,375
R2	5	5	5	3	4	4	4	4	4,25	81.25
R3	3	2	3	3	3	2	2	3	2,625	40.625
R4	3	2	4	2	2	3	3	3	2,75	43.75
R5	5	5	5	5	3	5	5	5	4,75	93.75
R6	5	5	3	3	1	5	5	3	3,75	68.75
R7	5	5	5	4	5	5	5	4	4,75	93.75
R8	5	5	5	5	5	5	5	5	5	100
R9	5	5	5	5	4	3	5	5	4,625	90.625
R10	5	5	5	5	3	4	5	5	4,625	90.625
R11	5	5	5	5	5	5	5	5	5	100

	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Média	Média (%)
R12	5	5	5	4	3	5	5	4	4,5	87.5
Total item	56 91,67%	54 87,5%	53 85,42%	47 72,92%	48 75%	50 79,17%	54 87,5%	47 72,92%	-	-
Média Final									4,167	79,167

Fonte: Da autora.

No SUS, temos uma curva de *percentile rank*, conforme mostrado na Figura 15. Já no SUPR-Q, pode-se utilizar o percentual final como *percentile rank*. Assim, conclui-se que o artefato aqui produzido foi mais satisfatório e bem aceito que pouco mais de 79% dos sistemas.

Além disso, se analisarmos item a item, como feito com as questões do SUS anteriormente, nota-se que a questão mais bem avaliada foi a primeira, pontuando 56 de 60 (como aqui a escala começa em 1, é necessário reduzir 12 da soma para então chegar ao percentual correto, 91,67%), que fala da facilidade de uso do artefato, o que foi também demonstrado no resultado do SUS. Já as duas questões com menor pontuação (47 de 60, ou 72,92%) foram a 4, sobre confiança para aceitar as sugestões propostas pelo artefato para correção do texto, e a 8, sobre recomendar a outras pessoas. Vemos que mesmo sendo as de menor pontuação, não ficaram muito abaixo do resultado final. Podemos, de certa forma, relacionar a questão 8 e a 5 (a terceira pior avaliada, com 48 de 60, 75%) à questão de menor pontuação do SUS (sobre o desejo de usar o artefato com frequência), já que são questões sobre utilização e recomendação do artefato. A diferença de peso para a questão do SUS ficar ainda com menor pontuação do que essas (comparada principalmente à 5, sobre utilização) deve-se, provavelmente, ao fato do uso da expressão "com frequência". Então, entendo que a maioria das pessoas voltaria a utilizar, mas não frequentemente, enquanto que a metade usaria com frequência.

6.1.2. Análise Qualitativa

Na última parte do questionário, inclui três perguntas abertas, de resposta discursiva, para entender melhor as impressões e opiniões de participantes:

1. O que você acha da linguagem neutra? Já tinha ouvido falar? Já tinha utilizado?
2. O que você achou de remover o gênero dos textos? Foi complexo? Foi fácil? Faz sentido para você este tipo de alteração?
3. Que críticas e melhorias você propõe em relação ao complemento?

Minha intenção ao propor essas questões foi coletar mais informações sobre o uso do artefato e permitir que respondentes pudessem se expressar livremente. Assim, é possível observar alguns pontos em comum. A maioria afirmou que foi fácil ou simples utilizar o artefato (9 pessoas de 12), e a metade encontrou sugestões desnecessárias (falsos positivos) feitas pelo artefato. Observo também que existem pessoas que acham a linguagem inclusiva de gênero desnecessária, outras acreditam que não pode se tornar obrigatória, enquanto que algumas dizem ser muito importante e afirmam utilizá-la com frequência. Algumas também reconhecem que esta linguagem se originou de grupos feministas e LGBTQIAPN+.

Além dos falsos positivos, outros três problemas foram reportados, cada um deles duas vezes:

- Funcionalidade do botão "encontrar" falhava em determinados momentos;
- Impossibilidade de alterar o texto ao mesmo tempo em que se aceita/ignora as sugestões do artefato;

- Cursor de edição acompanhar a palavra modificada atrapalhava os usuários.

Voltando às avaliações anteriores, SUS e SUPR-Q, vemos que os respondentes 3 e 4 avaliaram o artefato abaixo da média. Ao atentar-me para as respostas discursivas destes dois participantes, compreendo que tiveram alguns imprevistos e dificuldades ao testar o artefato: ambos afirmam que o processo de remover o gênero de textos foi complexo, e um deles especifica que teve problemas com a funcionalidade de encontrar palavras e que algumas sugestões do artefato não eram necessárias ou não faziam sentido.

Ao considerar o perfil dos respondentes, apesar de a maioria ser do gênero masculino e de faixa etária entre 20 e 29 anos, duas pessoas específicas se destacaram deste perfil: uma delas se identifica com o gênero fluído e a outra é um homem de 68 anos. Conforme se esperaria destas duas pessoas, a primeira, de gênero fluído afirmou achar "extremamente necessária" a linguagem neutra, além de ter vivência com a linguagem. Já o estudante de 68 anos, afirma ser desnecessária e que não faz sentido. As duas opiniões são importantes para este estudo e cada uma vem de um contexto completamente distinto: enquanto uma vem justamente de uma pessoa que muito provavelmente sofre com a linguagem sexista e generificada – eu mesma, durante este estudo, tratei-a dentro do masculino genérico, junto com os onze respondentes declarados como homens cis –, a outra vem de uma pessoa que, possivelmente pelo fato de vir de outra geração, de tempos nos quais não havia essa preocupação, não vê importância na linguagem inclusiva de gênero, e realmente não é uma questão que a afete, portanto são duas opiniões compreensíveis.

Apesar da linguagem generificada possivelmente não afetar a maioria dos respondentes, a maioria também afirma compreender a necessidade de uso da

linguagem neutra por parte da população. Dentre essas opiniões, destacarei algumas a seguir. A primeira, de uma pessoa de apenas 20 anos:

Antigamente eu era extremamente cético com a linguagem neutra, especificamente o gênero neutro. Apenas aceitava a maneira “das/os” ou “pesquisadoras/es”, mas não aceitava o gênero neutro “pesquisadores”, por exemplo. Mas recentemente tenho aumentado meus horizontes e opiniões e tenho achado mais necessário esse diálogo sobre a transformação da língua para os tempos atuais.

Há nesta fala um relato de evolução de percepção, e é algo que me motiva e dá esperanças. Na primeira vez em que li este relato, confesso que fiquei emocionada, pois não esperava ler nada parecido (e este foi o segundo respondente, ainda não havia muitas respostas ao questionário). E depois desta, recebi outras respostas parecidas, como as duas seguintes:

Já havia ouvido falar da linguagem neutra, porém nunca a tinha utilizado antes. Compreendo que a concepção da linguagem neutra se deu por grupos específicos da sociedade, como grupos feministas e LGBTQIA+, e não vejo problema na utilização dela por quem queira e a compreenda como uma forma de expressão de si e seu grupo.

A linguagem neutra se tornou algo totalmente necessário com as mudanças recentes da nossa sociedade. Nunca tinha de fato utilizado mas já ouvi muito falar sobre.

Estes dois respondentes também compreendem o uso da linguagem inclusiva de gênero, que veio para atender necessidades que antes não eram reconhecidas. Para concluir, na verdade a maioria dos respondentes fizeram afirmações parecidas sobre o uso desta linguagem, que é importante para que pessoas se sintam mais incluídas e que é importante estarmos abertas/os para este diálogo. As respostas discursivas foram, no geral, enriquecedoras e me surpreenderam positivamente.

6.2. Interpretação dos Resultados e Lições Aprendidas

Considerando as análises quantitativa e qualitativa exibidas nas duas subseções anteriores deste capítulo (6.1.1 e 6.1.2) e interpretando-as no contexto da pesquisa DSR, será possível chegar às lições aprendidas nesta pesquisa. Ao voltarmos às questões propostas na seção 5.2.1, podemos chegar a algumas conclusões:

1. O artefato possui interface simples, de boa apresentação e de fácil utilização?
 - a. Itens do questionário SUS relacionados à facilidade de aprendizagem e memorização e respectivas pontuações após conversão: 2. “Eu achei o complemento desnecessariamente complexo” (83,33%); 3. “Eu achei o complemento fácil de usar” (83,33%); 4. “Eu acho que precisaria de ajuda de uma pessoa com conhecimentos técnicos para usar o complemento” (87,5%); 7. “Eu imagino que as pessoas aprenderão como usar esse complemento rapidamente” (85,42%); e 10. “Eu precisei aprender várias coisas novas antes de conseguir usar o complemento” (77,08%);
 - b. Itens do questionário SUPR-Q relacionados à usabilidade e aparência e respectivas pontuações após conversão: 1. “O complemento é fácil de usar” (91,67%); 2. “É fácil navegar pelo complemento” (87,5%); 6. “Acho o desenho e a apresentação das informações no complemento interessantes/atrativos” (79,17%);

e 7. “O complemento tem uma apresentação limpa e simples” (87,5%);

- c. Conclusão: É possível afirmar que sim, que a interface do artefato cumpriu bem o seu papel, não sendo complexa, tendo boa apresentação e sendo fácil de utilizar. Uma sugestão de melhoria foi feita por um dos respondentes nas respostas discursivas: a opção de encontrar termo poderia sumarizar todas as ocorrências de um mesmo termo, exibindo em nova tela do menu a quantidade de ocorrências e marcaria no texto somente ao buscar pela próxima ocorrência clicando em um botão específico nesta nova tela.

2. É possível executar as funções do artefato com rapidez e eficiência?

- a. Itens do questionário SUS relacionados à eficiência e respectivas pontuações após conversão: 5. “Eu achei que as funções do complemento estão bem apresentadas e integradas” (87,5%); 6. “Eu acho que o complemento apresenta muita inconsistência” (77,08%); e 8. “Eu achei o complemento muito complicado de usar” (87,5%);

- b. Itens do questionário SUPR-Q relacionados à usabilidade e respectivas pontuações após conversão: 1. “O complemento é fácil de usar” (91,67%); e 2. “É fácil navegar pelo complemento” (87,5%);

- c. Conclusão: Sim, pode-se afirmar que as funções do artefato são executadas com rapidez e eficiência, pois estão bem apresentadas e integradas. Um usuário mencionou

explicitamente que o revisor apresenta bom desempenho e nenhum fez nenhuma crítica neste sentido, então entendo que o desempenho é favorável.

3. O artefato é assertivo ao sugerir alternativas para palavras e expressões de acordo com a linguagem inclusiva de gênero?

- a. Item do questionário SUS relacionado à minimização de erros e pontuação após conversão: 6. “Eu acho que o complemento apresenta muita inconsistência” (77,08%);
- b. Itens do questionário SUPR-Q relacionados à confiança e credibilidade e respectivas pontuações após conversão: 3. “Sinto-me confortável aceitando as sugestões do complemento” (85,42%); e 4. “Sinto-me confiante em aceitar as sugestões do complemento” (72,92%);
- c. Conclusão: Apesar do artefato possuir alguma inconsistência nas sugestões de alteração, não foi o bastante para incomodar os usuários. A metade dos usuários mencionou o fato de nem sempre as sugestões feitas pelo revisor serem necessárias, mas também foi mencionado que o botão de ignorar auxilia para estes casos.

4. As pessoas usariam e recomendariam o uso do artefato?

- a. Itens do questionário SUS relacionados à satisfação e respectivas pontuações após conversão: 1. “Eu acho que gostaria de usar esse complemento com frequência” (52,08%); 4. “Eu acho que precisaria de ajuda de uma pessoa com

- conhecimentos técnicos para usar o complemento” (87,5%); e 9. “Eu me senti muito confiante usando o complemento” (79,17%);
- b. Itens do questionário SUPR-Q relacionados à lealdade e respectivas pontuações após conversão: 5. “Provavelmente voltarei a usar o complemento no futuro” (75%); e 8. “Eu recomendaria o complemento a outras pessoas” (72,92%);
- c. Conclusão: O item 1 do SUS foi o de menor pontuação das duas etapas quantitativas do questionário (SUS e SUPR-Q), porém ao analisar as pontuações dos dois outros itens SUS referentes à satisfação e dos dois itens SUPR-Q referentes à lealdade da/o usuária/o, vemos que as pessoas que testaram tiveram uma boa experiência, conseguiram concluir com sucesso o objetivo de aplicar a linguagem inclusiva de gênero aos textos e voltariam a utilizar o revisor no futuro. Talvez não com frequência (como proposto no item 1 do SUS), mas usariam se necessário e também recomendariam. Além disso, duas pessoas, nas questões discursivas, expressaram que gostaram bastante do revisor.

Em relação às conjecturas comportamentais, duas foram levantadas na seção

5.2.1, “Elementos da Pesquisa”:

- É possível ajudar a combater o sexismo pelo uso da linguagem inclusiva de gênero;
- Parte da sociedade é favorável ao uso da linguagem inclusiva de gênero.

Para avaliar se as conjecturas são válidas, uma questão me guiou:

- Quais sentidos as pessoas produziram sobre a linguagem inclusiva de gênero após a experiência de uso do artefato?

Pelas respostas discursivas dos usuários, vemos que a maioria compreende o uso da linguagem inclusiva de gênero. Alguns citam os movimentos feministas e LGBTQIAPN+ como precursores, lembrando das pautas identitárias e de representatividade, e falam de inclusão e expressão de determinados grupos. Apesar deste grupo de usuários de teste ser majoritariamente formado por pessoas que não são diretamente afetadas pela opressão de gênero, eles entendem e demonstram-se aliados à causa. Alguns citam não ser uma prioridade na sociedade brasileira, porque realmente existem diversas questões urgentes, inclusive dentro das pautas identitárias e de opressão de gênero e sexualidade, como mais segurança e apoio às pessoas trans, desigualdade salarial, empregabilidade da população em geral – com foco especial e urgente às pessoas trans –, mais oportunidades de ensino e trabalho para pessoas marginalizadas, entre outras questões. No entanto, acredito que a partir da conscientização e em pequenos passos, vamos conseguir garantir mais direitos e condições dignas para todas/os/es.

Então, após as análises apresentadas anteriormente, vemos que os resultados esperados no contexto desta pesquisa foram alcançados. As duas conjecturas comportamentais são válidas, pois a linguagem inclusiva de gênero é comprovadamente útil e necessária, e com o apoio da área de Sistemas de Informação podemos promover a adoção da linguagem inclusiva de gênero, tornando assim nossos textos menos sexistas através do uso de um revisor. Além disso, a

validação do artefato de acordo com os critérios de usabilidade também foi atingida com sucesso. Assim, chegamos às seguintes lições aprendidas:

1. Achados técnicos:

- a. Os dicionários de adjetivos e substantivos pessoais em conjunto com os dicionários de determinantes nominais (artigos e pronomes) mostraram-se aceitáveis, apesar de apresentar alguma quantidade de falsos positivos e falsos negativos;
- b. Os dicionários de referência nem sempre são adequados para fazer sugestões de linguagem inclusiva de gênero por faltar análise sintática e semântica dos termos;

2. Achados teóricos:

- a. As pessoas se mostraram receptivas à linguagem inclusiva de gênero e entendem ser importante em determinados contextos;
- b. É possível promover a cultura da linguagem inclusiva de gênero através da apropriação de um revisor de texto de linguagem inclusiva de gênero.

6.3. Considerações do Capítulo

Neste capítulo foram expostas as respostas ao questionário online aplicado para coletar dados após o uso do artefato. Apresentei as análises quantitativa e qualitativa dos dados coletados e seus resultados. Ao final, pudemos observar as conjecturas serem validadas e levantar as lições aprendidas. Desta forma, foi comprovado que as pessoas aceitariam utilizar um revisor de texto que auxilie na construção de textos alinhados com a linguagem inclusiva de gênero.

7. Conclusão

Nesta pesquisa, levantei questões relacionadas à importância da adoção da linguagem inclusiva de gênero, à aplicação da linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa, à elaboração e desenvolvimento de uma pesquisa em Sistemas de Informação que contribua para o acultramento da linguagem inclusiva de gênero na língua portuguesa e à aceitação de um revisor de texto que auxilie na construção de textos alinhados com a linguagem inclusiva de gênero. Fiz um estudo desde o que é representação, diferença e identidade, passando por crise de identidade, cultura nacional e multiculturalismo, mostrando a diferença entre sexo, gênero e sexualidade, e ainda expus os percalços da opressão de gênero e o papel da linguagem nisso. Expliquei sobre as armadilhas da linguagem e como controlá-las, desvendando o que é a linguagem inclusiva de gênero, porquê e como utilizá-la. Então, desenvolvi um artefato, o Revisor de Linguagem Inclusiva, para compreender se é possível fomentar a adoção da linguagem inclusiva de gênero através da utilização de um sistema informacional para auxiliar na criação de textos inclusivos de gênero. Nas seções a seguir, demonstrarei os resultados e contribuições desta pesquisa, bem como suas limitações e propostas de melhorias para trabalhos futuros.

7.1. Resultados e Contribuições da Pesquisa

Os resultados obtidos ao decorrer desta pesquisa foram muito positivos. Foi comprovado que a linguagem inclusiva de gênero é necessária para a inclusão e representatividade, e que pessoas – mesmo que fora do grupo-alvo – estão dispostas a utilizá-la. Foi também comprovado que um sistema informacional revisor de texto

que auxilie na geração de textos inclusivos de gênero pode impulsionar o uso da linguagem inclusiva de gênero e assim ajudar na redução do uso de linguagem sexista.

Como contribuições desta pesquisa, além dos resultados e conhecimento teórico, deixo o artefato Revisor de Linguagem Inclusiva, com seus dicionários de referência, disponibilizado no meu GitHub (saravegga). Ao analisarmos os detalhes de implementação, vemos que a lógica desenvolvida e os dicionários de referência foram o suficiente para uma versão minimamente funcional que atingiu bom desempenho. O tratamento de palavras determinantes nominais (artigos e pronomes) em conjunto com adjetivos e substantivos pessoais, no lugar do tratamento individual de palavras, aumentou a acurácia do artefato, tornando-o aceitável e possível para avaliar as questões e conjecturas levantadas nesta pesquisa. No entanto, algumas melhorias podem ser incluídas para que este se torne um revisor ótimo, como a sugestão mais assertiva de termos levando em consideração o contexto semântico e sintático e o enriquecimento colaborativo de sugestões nos dicionários de referência.

7.2. Limitações e Trabalhos Futuros

Uma limitação do revisor aqui desenvolvido é o fato de não ter sido testado por pessoas que já utilizam a linguagem inclusiva de gênero e que já costumam fazer manualmente as alterações em seus textos para serem inclusivos de gênero. Seria interessante comparar a utilização do Revisor de Linguagem Inclusiva com a alteração manual do texto. Seria também importante ouvir a opinião de mais pessoas já com experiência na linguagem inclusiva de gênero. Além disso, os dicionários criados não foram validados com linguistas e todos os testes feitos durante o

desenvolvimento e validação do artefato até chegar ao modelo final foram feitos manualmente por mim, ou seja, não houve automatização nem confirmação externa dos dados obtidos.

Para trabalhos futuros, primeiramente, deve-se habilitar a possibilidade de alteração do texto durante a revisão feita através do artefato. Recomendo também utilizar um processador de linguagem natural – como na primeira versão do revisor, descrito na seção 4.3.1 – juntamente com os dicionários de referência criados nesta pesquisa para analisar sintática e semanticamente, para assim obter uma maior acurácia na sugestão de termos. É interessante também analisar se o *Google Bard* – ferramenta de inteligência artificial da *Google* – poderia ajudar a melhorar a acurácia do artefato, aproveitando o fato de ser também uma ferramenta *Google* e de fácil integração. Além disso, os dicionários de referência precisam ser atualizados e expandidos, e a criação de uma base colaborativa para inclusão de termos e sugestões com o auxílio de utilizadoras/es também seria muito enriquecedor para o Revisor de Linguagem Inclusiva. Por último, a criação de uma terceira funcionalidade alinhada à seção 3.3, “Utilização de Termos Abrangentes e Inclusivos”, tornaria o revisor mais completo, e possivelmente atrairia mais utilizadoras/es, tendo em vista que a técnica de alteração que envolve a sugestão de termos e expressões comuns de dois gêneros – entre outras regras detalhadas na seção 3.3 – é a mais recomendada e mais bem aceita pela sociedade, por ser mais legível que a primeira técnica (seção 3.1, “Adição do Feminino ao Sufixo”) e mais formal que a segunda (seção 3.2, “Alteração para Gênero Neutro”).

Referências Bibliográficas

“A transfobia adoece e mata. Temos que nos comprometer com a vida”, diz conselheiro de saúde no Dia Nacional da Visibilidade Trans. **Notícias do Conselho Nacional de Saúde**, 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2312-a-transfobia-adoece-e-mata-temos-que-nos-comprometer-com-a-vida-diz-conselheiro-de-saude-no-dia-nacional-da-visibilidade-trans>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

ALMEIDA, Cláudia. “A língua não deve servir apenas um passado”, mas há resistência à mudança: afinal o que é linguagem inclusiva? Cinco perguntas e respostas. **Expresso50**, 30 de junho de 2023. Disponível em: <<https://expresso.pt/geracao-e/2023-06-30-A-lingua-nao-deve-servir-apenas-um-passado-mas-ha-resistencia-a-mudanca-afinal-o-que-e-linguagem-inclusiva--Cinco-perguntas-e-respostas-c5a42900>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

ALVARENGA, Darlan. Mulheres ganham em média 20,5% menos que homens no Brasil. **G1**, 8 de março de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-ganham-em-media-205percent-menos-que-homens-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

ALVES, Juliana. Expectativa de vida de trans no Brasil se equipara com Idade Média, diz advogada. **CNN São Paulo**, 28 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/expectativa-de-vida-de-trans-no-brasil-se-equipara-com-idade-media-diz-advogada/>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

ARAUJO, Ana Luisa. Desigualdade salarial entre gêneros ainda é um problema no Brasil. **Correio Braziliense**, 23 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4926384-desigualdade-salarial-entre-generos-ainda-e-um-problema-no-brasil.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

BARBOSA, Simone Diniz Junqueira; SILVA, Bruno Santana da. **Interação Humano-Computador**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier/Campus, 2010. 384 p.

BARBOZA, Anderson. Medindo a usabilidade do seu produto com System Usability Scale (SUS). **Medium**, 18 de junho de 2019. Disponível em: <<https://medium.com/design-contaazul/medindo-a-usabilidade-do-seu-produto-com-system-usability-scale-sus-3956612d9229>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

BAUMAN, Zygmunt; tradução de Carlos Alberto Medeiros. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 110 p.

BAX, Marcello Peixoto. **Design Science**: filosofia da pesquisa em ciência da informação e tecnologia. In: XV ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2014.

Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, dois por minuto. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

BROOKE, John. **SUS: A “quick and dirty” usability scale**. In P. Jordan, B. Thomas, B. Weerdmeester (Eds.), *Usability Evaluation in Industry* (pp. 189–194). London, UK: Taylor & Francis, 1996.

BUTLER, Judith; tradução de Renato Aguiar. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 287 p.

CASA & VÍDEO. Casa e Video Brasil S/A, © 2022. Disponível em: <<https://www.casaevideo.com.br/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

CASSIANO, Ophelia. Guia para “Linguagem Neutra” (PT-BR). **Medium**, 10 de junho de 2023. Disponível em: <<https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

CASTELLS, Manuel; tradução de Carlos Nelson Coutinho & Leandro Konder. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 19. ed. [S.l.]: Paz e Terra, 2016. 632 p. v. 1.

Desigualdade de gênero: mulheres ganham menos que os homens. **Catho Comunicação**, 12 de maio de 2023. Disponível em: <<https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-mulheres-ainda-ganham-menos-que-os-homens/>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

DIAS, Alexandre. Guia de linguagem inclusiva. **Tribunal Regional Eleitoral-PB**, 11 de junho de 2021. Disponível em: <<https://www.tre-pb.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Junho/guia-para-linguagem-inclusiva>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

DOYLE, Margaret. **The A-Z of Non-sexist Language**. [S. l.]: Women's Press, 1995. 112 p.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel; ANTUNES JÚNIOR, José. **Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Entenda o que é a linguagem neutra, proibida pela Câmara dos Deputados de ser usada no setor público; texto ainda vai ao Senado. **G1**, 6 de dezembro de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/12/06/entenda-o-que-e-a-linguagem-neutra-proibida-pela-camara-dos-deputados-de-ser-usada-no-setor-publico-texto-ainda-vai-ao-senado.ghtml>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2023.

Fachin suspende lei de Rondônia que proíbe linguagem neutra em escolas. **Consultor Jurídico (CONJUR)**, 17 de novembro de 2021. Disponível em:

<<https://www.conjur.com.br/2021-nov-17/stf-suspende-lei-proibe-linguagem-neutra-instituicoes-ensino>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

FILIPPO, Denise; PIMENTEL, Mariano; WAINER, Jacques. Metodologia científica para a Pesquisa em Sistemas Colaborativos. In: PIMENTEL, Mariano; FUKS, Hugo (Org.). **Sistemas Colaborativos**. Ed. Elsevier/Campus, Rio de Janeiro, 2011. Cap. 23, p.379-404.

FOGGETTI, Fernanda. Linguagem neutra: o que é, exemplos, problemas e soluções. **Hand Talk**, 9 de março de 2023. Disponível em: <<https://www.handtalk.me/br/blog/linguagem-neutra-e-acessibilidade/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

FOLTER, Regiane. Linguagem inclusiva e linguagem neutra: entenda a diferença. **Politize**, 27 de junho de 2023. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/linguagem-inclusiva-e-linguagem-neutra-entenda/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

GASKELL, Adi. Quando casal faz home office, aumenta jornada das mulheres, diz estudo. **Forbes**, 2 de março de 2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-mulher/2023/03/a-disparidade-de-genero-no-trabalho-remoto/>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

GUÉGUÉS, Helder. Mais palavras, mais disparates. **Linguagista SAPO**, 27 de janeiro de 2014. Disponível em: <<https://linguagista.blogs.sapo.pt/os-parenteses-discriminadores-1001851>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

GUERRA, Antonia Medina (org.); CASTRO, Marta Concepción Ayala; SALAZAR, Susana Guerrero. **Manual de lenguaje administrativo no sexista**. Asociación de Estudios Históricos Sobre la Mujer (Universidad de Málaga). Málaga, 2002. Disponível em: <https://www.nodo50.org/mujeresred/manual_lenguaje_admtvo_no_sexista.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

Guia de linguagem inclusiva para flexão de gênero: Aplicação e uso com foco em comunicação social. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**. 2ª edição. Brasília-DF, março de 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/tse-guia-de-linguagem-inclusiva/@@download/file/Guia%20de%20Linguagem%20Inclusiva%20TSE_mar-2023.pdf>. Acesso em: 1 de novembro de 2023.

GÜMÜŞAY, Kübra. **Speaking and Being**: How language binds and frees us. London: Profile Books Ltd, 2020. 223 p.

HAAKE, Anneli. Hen – the debated Swedish pronoun. **Swedish Made Easy**, 23 de maio de 2018. Disponível em: <<https://swedishmadeeasy.com/hen-the-debated-gender-neutral-pronoun.html>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

HALL, Stuart McPhail; tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. [S.l.]: Lamparina, 2015. 58 p.

HEVNER, Alan. A three cycle view of design science research. **Scandinavian journal of information systems**, v. 19, n. 2, p. 4, 2007.

HEVNER, Alan; CHATTERJEE, Samir. **Design science research in information systems**. Springer, 2010.

HEVNER, Alan; MARCH, Salvatore; PARK, Jinsoo; RAM, Sudha. **Design science in information systems research**. MIS Quarterly, v. 28, n. 1, p. 75-105, 2004.

HOLANDA, Letícia. Brasil tem 34 projetos de lei contra o uso da linguagem neutra. **Metrópoles**, 7 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-tem-34-projetos-de-lei-contr-o-uso-da-linguagem-neutra>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

IRIGARAY, Luce. **This Sex which is Not One**. Porter, New York: Cornell University Press, 1985. 223 p.

KIESLING, Scott. **Language, Gender, and Sexuality**: An Introduction. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2019. 202 p.

KUECHLER, Bill; VAISHNAVI, Vijay. **Design Science Research in Information Systems**. 2011. Disponível em: <http://desrist.org/design-research-in-information-systems/#ovrDesRsch>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

LEAL, Daniela; FREITAS, Jorge Peixoto; MAGALHÃES, Sara; MATIAS, Marisa. Guia para a Utilização de Linguagem Inclusiva. **Universidade do Porto**, 2023. Disponível em [https://www.up.pt/portal/documents/76/Guia para a Utiliza%C3%A7%C3%A3o de Linguagem Inclusiva.pdf](https://www.up.pt/portal/documents/76/Guia_para_a_Utiliza%C3%A7%C3%A3o_de_Linguagem_Inclusiva.pdf). Acesso em: 1 de novembro de 2023.

LIKERT, Rensis. A Technique for the Measurement of Attitudes. **Archives of Psychology** 140, pp. 1–55, 1932.

Linguagem inclusiva. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (GOV.BR)**, 8 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/inovacao-governamental/gestao-de-carreiras/lins/linguagem-inclusiva>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

Linguagem inclusiva. **Secretaria de Comunicação (SECOM)**. [s. d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/linguagem-inclusiva>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

Linguagem neutra: o que é, exemplos e desafios. **Terra**, 8 de junho de 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/paradasp/linguagem-neutra-o-que-e-exemplos-e-desafios_0641179db09131bdba6bbc231946c10eqfuz2xye.html. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. 184 p.

LUCCA, Bruno. Brasil é o país que mais mata trans e travestis pelo 14º ano seguido. **Estado de Minas**, 26 de janeiro de 2023. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2023/01/26/noticia-diversidade,1449747/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-trans-e-travestis-pelo-14-ano-seguido.shtml>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

Manual de Linguagem Inclusiva. **Conselho Económico e Social (CES)**. Portugal, 2021. Disponível em: <<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/08/12-Manual-de-Linguagem-Inclusiva-CES.pdf>>. Acesso em: 1 de novembro de 2023.

MARCH, Salvatore; SMITH, Gerald. **Design and natural science research on information technology**. Decision support systems, v. 15, n. 4, p. 251-266, 1995.

MARGOTTI, Felício Wessling; MARGOTTI, Rita de Cássia Mello Ferreira. **Morfologia do Português**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/LLV/CCE/UFSC, 2011. 172 p.

MCCONNELL-GINET, Sally. **Gender, Sexuality, and Meaning**: Linguistic Practice and Politics. New York: Oxford University Press, 2011. 312 p.

MCCONNELL-GINET, Sally. **Words Matter**: Meaning and Power. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. 275 p.

MORAN, Kate. Usability Testing 101. **Nielsen Norman Group**, 1 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/usability-testing-101/>>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

MOWKA, Marcela. O papel e a função da linguagem não binária ou neutral no contexto das redes online. **Revista Movimento**, 28 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2019/02/o-papel-e-a-funcao-da-linguagem-nao-binaria-ou-neutral-no-contexto-das-redes-online/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

NIELSEN, Jakob. **Usability Engineering**. New York, NY: Academic Press, 1993.

NIELSEN, Jakob. Why You Only Need to Test with 5 Users. **Nielsen Norman Group**, 18 de março de 2000. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/why-you-only-need-to-test-with-5-users/>>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

PAPADIMOULIS, Dimitrios. Linguagem neutra do ponto de vista de género no Parlamento Europeu. **Parlamento Europeu**, 2018. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf>. Acesso em: 1 de novembro de 2023.

PARÊNTESES. *In*: NORMA CULTA: Língua Portuguesa em bom português. Flávia Neves, 23 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.normaculta.com.br/parenteses/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

PEFFERS, Ken; TUUNANEN, Tuure; ROTHENBERGER, Marcus; CHATTERJEE, Samir. A design science research methodology for information systems research. **Journal of management information systems**, v. 24, n. 3, p. 45-77, 2007.

PERÍFRASE. *In*: PRIBERAM. Priberam Informática S/A, © 2023. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/per%C3%ADfrase>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

PIMENTEL, Mariano; FILIPPO, Denise. Desafios para fazer Pesquisa Científica de Qualidade (rigor), Útil (aplicada) e Relevante em Informática na Educação. Notas da palestra proferida no 5o **Desafio!**. Porto Alegre, 7 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/pimentelmariano/desafios-para-fazer-pesquisa-cientifica-de-qualidade-rigor-til-aplicada-e-relevante-em-informtica-na-educacao-63798760>>. Acesso em: 31 de julho de 2018.

PIMENTEL, Mariano; FILIPPO, Denise; SANTOS, Thiago. Pesquisa e Design de Artefatos no Contexto Educacional. *In*: OSWALD, Maria Luiza Magalhães; FERNANDES, Adriana Hoffmann; SILVA, Dagmar de Melo e; JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto; FERREIRA, Helenice Mirabelli. **Metodologias de Pesquisa Online**: Investigando em/na rede com o outro. Ayvu, 2023. 554 p.

QUEIROZ, Vitória. 22% dos senadores eleitos são negros. **Poder 360**, 3 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/22-dos-senadores-eleitos-sao-negros/>>. Acesso em: 19 de março de 2023.

RABELO, Sarah. Linguagem neutra não existe. **Colab PUC-Minas**, 13 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://blogfca.pucminas.br/colab/linguagem-neutra/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

REEVO.org. **A Educação Proibida**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OTerSwwxR9Y&feature=youtu.be>>. Acesso em: 5 de junho de 2022.

REIS, Leonardo Rangel dos; RIOS, Jocelma Almeida; SANTOS, Adriana Vieira dos. Análise hermenêutica: compreendendo a interpretação.... *In*: PIMENTEL, Mariano; SANTOS, Edméa (Org.). **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação**: Abordagem qualitativa. 1. ed. Porto Alegre: SBC, 2021, v. 2, p. 1-27.

RODRIGUES, Sérgio. Escrevemos ‘alunos(as)’ ou ‘alunos/as’? Parênteses ou barra?. **Veja**, 31 de julho de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/escrevemos-alunos-as-ou-alunos-as-parenteses-ou-barra>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

RUBIN, Jeffrey. **Handbook of Usability Testing**. New York, NY: John Wiley & Sons, 1994.

RUBIN, Jeffrey; CHISNELL, Dana. **Handbook of Usability Testing**: How to Plan, Design, and Conduct Effective Tests, 2a edição. Indianapolis, IN: Wiley Publishing, Inc., 2008.

SANCHES, Andreia. Plano para igualdade põe entre parênteses o género feminino. **Público**, [S. l.], p. 8-9, 22 de janeiro de 2014.

SARAVEGGA. GitHub Inc, © 2023. Disponível em: <<https://github.com/saravegga/gender-inclusive-text-reviewer>>. Acesso em: 14 de novembro de 2023.

SAURO, Jeff. 5 Ways to Interpret a SUS Score. **MeasuringU**, 19 de setembro de 2018 (a). Disponível em: <<https://measuringu.com/interpret-sus-score/>>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

SAURO, Jeff. 10 Things to Know About the SUPR-Q. **MeasuringU**, 13 de junho de 2018 (b). Disponível em: <<https://measuringu.com/10-things-suprq/>>. Acesso em: 16 de julho de 2023.

SAURO, Jeff. SUPR-Q: A Comprehensive Measure of the Quality of the Website User Experience. **Journal of User Experience**. Volume 10, Issue 2, 2015. Disponível em: <<https://uxpajournal.org/supr-q-a-comprehensive-measure-of-the-quality-of-the-website-user-experience/>>. Acesso em: 1 de novembro de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart McPhail; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. 133 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: Uma Introdução às teorias do currículo. 3. ed. Autêntica Editora, 2010. 154 p.

SIMON, Herbert. **The Sciences of the Artificial**. MIT Press. ISBN 0-262-69191-4. 1996.

SIVADIER, Audrey. French gender-neutral pronouns: Just a dream or an achievable reality?. **Lingoda**, 9 de novembro de 2022. Disponível em: <<https://blog.lingoda.com/en/french-gender-neutral-pronouns/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

SORDI, José Osvaldo de; AZEVEDO, Marcia Carvalho de; MEIRELES, Manuel; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. A Abordagem Design Science no Brasil Segundo as Publicações em Administração da Informação. In: **Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 37, 2013, Rio de Janeiro, Anais..., Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

SPENDER, Dale. **Man Made Language**. Melbourne: Routledge & Kegan Paul, 1980. 250 p.

THEODORO, Juliana. Pronome Neutro: entenda o que é e como usar (com exemplos). **Significados**, 27 de fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pronome-neutro/>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

TSE/Câmara dos Deputados. A nova composição da Câmara. **Site oficial da Câmara dos Deputados**. [s. d.]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/>>. Acesso em: 19 de março de 2023.

VELASCO, Clara *et al.* Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. **G1**, 8 de março de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>>. Acesso em: 13 de maio de 2023.

WIERINGA, Roel. **Design science as nested problem solving**, Proceedings of the 4th int. conf. on design science research in information systems and technology, ACM, p. 8, 2009.

WIERINGA, Roel. **Design Science Methodology for Information Systems and Software Engineering**. New York, Dordrecht, Heidelberg, London: Springer, 2014.